

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NOS ANOS INICIAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL DE JOINVILLE- SC

ADENISE COSTA REIS

JOINVILLE

2020

ADENISE COSTA REIS

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NOS ANOS INICIAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL DE JOINVILLE- SC

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Dra. Ilanil Coelho.

Coorientador: Dr. Diego Finder Machado.

JOINVILLE

2020

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

Reis, Adenise Costa

R375e Educação patrimonial: desafios e perspectivas nos anos iniciais do ensino fundamental de Joinville – SC / Adenise Costa Reis; orientadora Dra. Ilanil Coelho, coorientador Dr. Diego Finder Machado. – Joinville: UNIVILLE, 2020.

179 p.: il.

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural – Universidade da Região de Joinville)

1. Ensino fundamental – Joinville (SC). 2. Patrimônio cultural – Estudo e ensino – Joinville (SC). 3. Currículo. I. Coelho, Ilanil (orient.). II. Machado, Diego Finder (coorient.). III. Título.

CDD 372

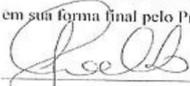
Termo de Aprovação

"Educação Patrimonial: Desafios e Perspectivas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de Joinville-SC"

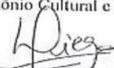
por

Adenise Costa Reis

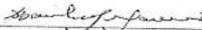
Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Prof. Dra. Hanil Coelho
Orientadora (UNIVILLE)

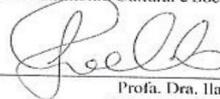


Prof. Dr. Diego Fílder Machado
Coorientador (UNIVILLE)

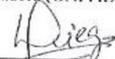


Prof. Dra. Mariluci Neis Carelli
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

Banca Examinadora:



Prof. Dra. Hanil Coelho
Orientadora (UNIVILLE)



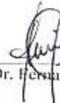
Prof. Dr. Diego Fílder Machado
Coorientador (UNIVILLE)



Prof. Dra. Michèle Gonçalves Cardoso
(UNESC)



Prof. Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso
(UNIVILLE)



Prof. Dr. Fernando Cesar Sossai
(UNIVILLE)

Joinville, 04 de novembro de 2020.

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar (FREIRE, 2005, p. 35).

Dedico esta conquista ao meu pai Aquino Natividade Costa (*in memoriam*), que deve estar muito orgulhoso de sua “menina”. Eu consegui! Para você pai, meu amor maior, meu doce e eterno amigo, onde quer que você esteja, toda a minha gratidão.

À minha mãe Naild Costa, pelo orgulho que tem de propagar que sua filha é professora.

Ao Júnio Magalhães Reis, por estar ao meu lado nas horas de ansiedade e angústia, com seu apoio e companheirismo.

À Júlia Costa Reis, filha amada, que entendeu minhas ausências e minhas omissões em muitos momentos em que precisava do meu colo amigo.

AGRADECIMENTOS

A escrita de uma dissertação é um longo processo, que incluiu um caminho permeado por inúmeros desafios, tristezas, incertezas, alegrias e muitos percalços na trajetória. Foi um caminho muitas vezes solitário, mas para conseguir percorrê-lo contei com o apoio, motivação e palavras generosas de algumas pessoas, a quem dedico este trabalho.

Quero agradecer especialmente à minha orientadora, Professora Doutora Ilanil Coelho que acreditou em mim e me orientou de maneira exemplar, sempre com um elevado e rigoroso nível de exigência, com sua visão crítica que me tirava da minha zona de conforto e me levava a questionar meus valores arraigados e ultrapassados. Agradeço sua palavra amiga de incentivo e sua paciência com a sua “orientanda favorita”. Seus ensinamentos levarei comigo para minha vida pessoal e profissional.

Ao meu coorientador, Professor Doutor Diego Finder Machado, que sempre ofereceu sua contribuição de uma forma generosa. Sua humildade e seu exemplo de profissional marcaram muito minha trajetória nesta caminhada.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville, pelo apoio durante o curso.

Aos professores membros da Banca de qualificação, professores doutores Luana de Carvalho Silva Gusso e Fernando César Sossai, pelos pertinentes apontamentos que engrandeceram este estudo.

À Secretaria de Educação de Joinville, que abriu suas portas para que a pesquisa fosse feita em algumas escolas municipais de Joinville.

Aos professores da rede pública municipal de Joinville que participaram tão generosamente desta pesquisa com suas valiosas contribuições.

À Bruna de Souza que fez as transcrições para essa pesquisa.

Aos amigos do curso que compartilharam estes momentos comigo e contribuíram para o meu crescimento pessoal.

Aos amigos que acompanharam meus esforços, minha ansiedade, meus momentos de choro e meus desabafos. Como não ser grata?

A minha mãe e meus irmãos que estiverem sempre ao meu lado.

Mais uma vez ao Júnio e à Júlia, pelo estímulo e paciência.

Agradeço a todos que de uma forma ou de outra, contribuíram para que eu chegasse até aqui.

E para finalizar...

“E aprendi que se depende sempre

De tanta, muita, diferente gente

Toda pessoa sempre é as marcas

das lições diárias de outras tantas pessoas.

É tão bonito quando a gente entende

Que a gente é tanta gente

Onde quer que a gente vá.

É tão bonito quando a gente sente

Que nunca está sozinho

Por mais que pense estar...”

(Caminhos do coração – Gonzaguinha)

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| RESUMO..... | 09 |
| ABSTRACT..... | 10 |
| 1 INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 2 EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL | 28 |
| 2.1 Recomendações oficiais no Brasil | 32 |
| 2.2.1 A história da construção da Base Nacional Comum Curricular..... | 40 |
| 2.2.2 A inserção do patrimônio cultural na Base Nacional Comum Curricular | 48 |
| 3 NARRATIVAS DOS PROFESSORES EM SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL..... | 53 |
| 3.1 Análise e discussão dos relatos das professoras | 57 |
| 3.1.1 Perfil das professoras..... | 57 |
| 3.1.2 Educação patrimonial na formação inicial e continuada das professoras | 59 |
| 3.1.3 As percepções das professoras sobre a temática do patrimônio cultural | 61 |
| 3.1.4 Percepções das professoras sobre a relação entre o patrimônio cultural e a escola em que trabalham..... | 68 |
| 3.1.5 Percepções das professoras sobre projetos desenvolvidos sobre o tema patrimônio cultural..... | 72 |
| 3.1.6 Desafios que os professores enfrentam no trabalho com o tema patrimônio cultural nas escolas da rede pública municipal de Joinville | 75 |
| 3.1.7 Perspectivas das professoras em relação à educação patrimonial nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública municipal de Joinville | 85 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 93 |
| REFERÊNCIAS | 97 |
| APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..... | 104 |
| APÊNDICE B: ROTEIRO GERAL DE ENTREVISTA PARA USO DA METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL..... | 106 |
| APÊNDICE C: TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS | 108 |

LISTA DE SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COMPHAAN- Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EPT - Educação Para Todos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPCJ - Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville

IPCM - Inventário do Patrimônio Cultural Material

IPCI - Inventário do Patrimônio Cultural Imaterial

MEC - Ministério da Educação e Cultura

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PRELAC - Projeto Principal de Educação para a América Latina e o Caribe

PPP – Projeto Político Pedagógico

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo problematizar os desafios e as perspectivas teórico-práticas da educação patrimonial nos anos iniciais da rede pública municipal de Joinville. Para tanto, inicialmente foi desenvolvida uma abordagem com o propósito de compreender como se estabelecem as interconexões entre a educação formal e o patrimônio na teoria e nas recomendações oficiais brasileiras, desde a Constituição Federativa de 1988 até a atual Base Nacional Comum Curricular. Foi realizada uma pesquisa no contexto da rede pública municipal de Joinville, por meio de entrevistas baseadas na metodologia da história oral, com dez professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental I. A análise das narrativas destas educadoras foi feita a partir de suas práticas pedagógicas e suas percepções sobre o valor e a importância dos bens patrimoniais de Joinville, visando compreender como se constrói, na escola, a relação entre patrimônio e sociedade. As evidências encontradas indicam que as interfaces entre a educação formal e o patrimônio têm avançado nas análises teóricas, sendo que o trabalho com os bens culturais encontra respaldo nas normativas oficiais. Contudo, a atual Base Nacional Comum Curricular se apresenta como um instrumento curricular prescritivo, dificultando a reflexão sobre os bens culturais na prática, conforme observado na entrevista com as professoras. Elas indicaram que precisam cumprir os conteúdos estabelecidos na matriz curricular, tendo ainda outros desafios, como poucas referências sobre o patrimônio na formação inicial e continuada, sendo que somente algumas delas conhecem ou participaram na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, desconhecendo se o tema está presente ou não nos arranjos curriculares. Além disso, há situações relacionadas às condições de trabalho nas escolas, muitas vezes desfavoráveis, como falta de materiais e de transporte para a realização de aulas de campo. Ainda que alguns relatos revelem percepções voltadas a alguns locais e epítetos vinculados ao patrimônio de Joinville, as menções sobre os bens culturais do cotidiano das crianças, incluindo a própria escola e o seu entorno, os sambaquis e paisagens naturais e culturais da região foram indicadas pelas professoras e foram identificadas intenções pedagógicas para se estabelecer laços entre patrimônio e sociedade.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Educação Patrimonial. Educação Básica Joinville.

ABSTRACT

This dissertation has as general objective to problematize the challenges and the theoretical-practical perspectives of patrimonial education in the initial years of the public municipal network of Joinville. To this end, an approach was initially developed with the purpose of understanding how the interconnections between formal education and heritage are established in theory and in official Brazilian recommendations, from the Federative Constitution to the current National Common Curricular Base. A research was carried out in the context of the public municipal network of Joinville, having as reference the narrative curriculum, through interviews based on oral methodology, with ten teachers from the early years of Elementary School I. The analysis of the narratives of these educators was made from their pedagogical practices and their perceptions about the value and importance of Joinville's heritage assets, aiming to understand how the relationship between heritage and society is built at school. The evidence found in the theoretical analysis indicates that the interfaces between formal education and heritage have advanced in theoretical analysis, and the work with cultural goods is supported by official regulations. However, the current National Common Curricular Base presents itself as a prescriptive curricular instrument, which can make it difficult to reflect on cultural assets in practice, as observed in the interview with the teachers. They indicated that they need to comply with the content established in the curricular matrix, and still have other challenges, such as few references about heritage in initial and continuing education, and only a few of them know or participated in the elaboration of the School's Pedagogical Political Project. In addition, there are situations related to working conditions that are often unfavorable. Although some reports reveal perceptions focused on aspects traditionally linked to Joinville's heritage, the mentions about the daily cultural assets of children, including the school itself and its surroundings, sambaquis and natural and cultural landscapes in the region were mentioned by teachers and pedagogical intentions were identified to establish links between heritage and society.

Keywords: Cultural Heritage. Patrimonial Education. Basic Education Joinville

1 INTRODUÇÃO

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutro, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim uma escolha entre isto ou aquilo (FREIRE, 1987, p. 34).

Este estudo tem como tema a educação patrimonial, com ênfase em sua abordagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas municipais de Joinville-SC. Parte-se da premissa de que é relevante e necessário propor discussões que contemplem esta temática no contexto escolar, contribuindo para seu aprofundamento no âmbito educativo, reconhecendo a educação patrimonial como um fator importante para a formação integral do estudante.

A pesquisa que deu origem a esse trabalho foi desenvolvida na área da educação patrimonial, no curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville. A inserção acadêmica se deu na linha de pesquisa “Patrimônio, Memória e Linguagens”, na qual são desenvolvidas investigações interdisciplinares acerca dos patrimônios culturais, com ênfase nas diferentes perspectivas teóricas relacionadas à memória e seus desdobramentos em expressões de identidades e de linguagens. O estudo também está alinhado ao projeto “Patrimônio Cultural: entre redes e enredos”, coordenado pela professora Ilanil Coelho, projeto que investiga as interfaces entre processos culturais e as transformações das cidades contemporâneas (UNIVILLE, 2020).

Em minhas vivências profissionais, ao longo de 32 anos de carreira atuando nos anos iniciais do Ensino Fundamental, identifiquei a insuficiência de debates mais aprofundados, no âmbito do Projeto Político Pedagógico das escolas, sobre a educação patrimonial. Essa problemática se desdobra, dentre outros aspectos, na falta de discussões e encaminhamentos de projetos que contribuam para o desenvolvimento de práticas pedagógicas interdisciplinares referentes à temática do patrimônio cultural, especialmente no que se refere aos bens culturais patrimonializados na cidade de Joinville.

Assim, surgiu a necessidade de dialogar com professoras que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública municipal de Joinville e levantar junto a elas informações sobre como vem sendo abordada ou não a temática da educação patrimonial nas escolas. A escolha da rede pública municipal de ensino como campo

de investigação se deu pelo meu interesse em conhecer e compreender melhor uma realidade diferente daquela a qual eu já estava familiarizada, pois atuo como educadora em uma escola privada confessional. Busquei, então, investigar se a temática da educação patrimonial está sendo ou não contemplada no âmbito da educação formal pública e de que forma isso vem acontecendo, identificando os desafios existentes e as expectativas dos docentes em relação ao trabalho nesta área de ensino. Ao aproximar-me de professoras que, assim como eu, atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, estabeleci diálogos com a intenção de discutir a importância de serem elaborados projetos interdisciplinares para o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas, questionando se em alguns momentos do processo de ensino e aprendizagem o patrimônio cultural da cidade foi trabalhado ou não e quais as expectativas em relação à relevância de desenvolver experiências escolares neste sentido. A partir das fontes levantadas, procurei responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais os desafios e perspectivas das abordagens educativas do patrimônio cultural nos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública municipal de Joinville? Desta pergunta desdobram-se outras questões: A formação inicial e continuada das professoras contemplou o tema patrimônio cultural? Como as professoras percebem o patrimônio cultural de Joinville? Que avaliações fazem as docentes sobre a abordagem do tema patrimônio cultural em suas práticas pedagógicas? De que forma este tema é inserido, ou não, no Projeto Político Pedagógico e no planejamento docente? Quais as estratégias de ensino-aprendizagem a serem adotadas tendo em vista esta fase de escolarização?

Considerando o contexto descrito, esta dissertação tem como objetivo geral problematizar os desafios e as perspectivas teórico-práticas da educação patrimonial nos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública de Joinville. Os objetivos específicos são: estabelecer as correlações entre a educação e o patrimônio cultural; identificar os conteúdos relacionados ao estudo do patrimônio cultural em documentos oficiais da educação brasileira do Ensino Fundamental I, com ênfase à abordagem apresentada na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017); investigar se a temática do patrimônio cultural foi abordada na formação inicial e continuada das educadoras; conhecer as percepções das professoras sobre o patrimônio cultural de Joinville; analisar como o patrimônio cultural é inserido ou não no Projeto Político Pedagógico das escolas e nas práticas pedagógicas das professoras; identificar desafios para a realização de abordagens sobre o patrimônio cultural nas escolas e

avaliar se há interesse das professoras em participar de cursos de formação continuada e projetos sobre educação patrimonial que lhes sirvam de subsídios para a elaboração do seu plano de ensino.

Os estudos sobre a educação patrimonial no Brasil estão inseridos em um contexto mais amplo de abordagens sobre o patrimônio. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO (2018), o conhecimento e a valorização do patrimônio cultural se constituem como uma das condições para o acesso ao direito pleno à educação e ao exercício da cidadania. Desde o estabelecimento da representação da UNESCO no Brasil em 1964, esta organização “tem como prioridades a defesa de uma educação de qualidade para todos e a promoção do desenvolvimento humano e social” (ONUBR, 2018, p. 01). Dentre os programas desenvolvidos nesta área, pode-se mencionar o Projeto Principal de Educação para a América Latina e o Caribe (PRELAC), que tem como objeto as políticas e reformas educacionais visando à obtenção da escolarização básica, erradicação do analfabetismo por meio da qualidade na educação (1980-2000). Outra ação é a Educação Para Todos - EPT que visa desenvolver uma educação inclusiva (1990 - 2015) (UNESCO, 2018).

Contudo, a educação patrimonial no Brasil, ainda que, segundo Demarchi (2015), tenha sido discutida anteriormente, somente passou a ser uma esfera da atuação administrativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em 2000, com a criação da Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC). O referido Instituto desenvolveu ações e projetos de educação patrimonial, tais como: o Projeto Casas do Patrimônio, que visa “fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural” e o Programa Mais Educação que “funciona como oportunidade de extensão das ações de educação patrimonial no ensino básico” (IPHAN, 2018, p. 03). Apesar dos avanços, o referido autor entende que o estudo deste tema ainda carece de aprofundamento no contexto da educação brasileira. O IPHAN apresenta o conceito do CEDUC de que a educação patrimonial (2014, p.19),

[...] constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

A introdução gradativa de estudos sobre a educação voltada aos bens culturais no meio acadêmico indica a importância de os educadores discutirem este tema, que pode contribuir nas escolas como um instrumento pedagógico para a construção da cidadania. Segundo Teixeira (2008), a educação patrimonial tem como base a ideia de que todo o processo educacional deve levar em consideração a coletividade na produção do conhecimento. Para tanto, deve haver uma interação entre os agentes sociais e culturais visando à socialização da cultura. Nesta mesma perspectiva, a educação patrimonial, para Teixeira (2008, p.05), “é uma prática social educativa que pode ser qualificada como um processo de alfabetização cultural”.

Esta prática, quando desenvolvida nas escolas, contribui, na concepção de Horta, Grunberg e Monteiro (1999), para que o estudante amplie a sua leitura de mundo e a sua visão sobre o contexto sociocultural em que está inserido. Desta forma, é possível que haja uma melhor compreensão de como a história de vida do estudante se vincula à história da sociedade em que ele está inserido, situando-se como sujeito no tempo e no ambiente onde vive. Estas vivências têm o potencial de desenvolver a vontade de proteger e preservar os bens culturais, valorizando a diversidade que eles representam.

A educação patrimonial pode ser contemplada desde a mais tenra idade da criança, sendo que os anos iniciais do Ensino Fundamental podem se constituir num campo fértil para o desenvolvimento de práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem. O intercâmbio entre educação formal e educação patrimonial, nesta pesquisa, tem como referência principal os estudos de Paulo Freire, já que um dos princípios centrais da proposta político-pedagógica deste educador é a cultura como meio para que se estabeleça a comunicação entre o educando e a realidade. Ele defendeu a importância do diálogo na ação educacional, favorecendo, assim, a prática democrática, pois, segundo ele, “a nossa ciência educativa não poderia sobrepor-se à realidade contextual nossa” (FREIRE, 1963, p. 11). Este olhar percebe a cultura como condição para a apropriação dos conhecimentos existentes que resultam da investigação da realidade, servindo como instrumento para a persistência das manifestações singulares de um grupo, de uma região ou, até mesmo, de uma nação, diante da dominação ou subserviência. A prática pedagógica democrática não se sobrepõe à realidade cultural e a aprendizagem significativa advém da interação entre o sujeito e a realidade. Para o autor:

[...] no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas. Pelo contrário, aquele que é 'enchido' por outros de conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a própria forma de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende (FREIRE, 1969, p. 27).

Esta pesquisa parte do pressuposto de que educação patrimonial pode ser abordada nos anos iniciais do Ensino Fundamental como um meio de (re)conhecer o patrimônio cultural e desenvolver novas leituras sobre ele. E também de partir do patrimônio cultural para ir além dele, compreendendo a complexidade cultural do mundo ao nosso redor. Para Freire (2011), a ação cultural crítica é subsidiada pela leitura do mundo, tendo como ponto de partida a reflexão do sujeito sobre si mesmo, sua história e sobre a realidade em que vive, problematizando-a e refazendo suas percepções sobre esta realidade. A ação cultural tem sentido quando se constitui da teorização da prática social e contribui para a inserção do estudante em uma realidade em transformação, sendo também ele o sujeito que poderá transformá-la. Mas, para que isso ocorra, é preciso que a educação seja capaz de promover a mudança de percepção do estudante sobre este contexto social no qual se insere, por meio da problematização de uma realidade muitas vezes conflitiva, implicando em um novo enfrentamento dos indivíduos com sua realidade. Mais que isso, "implica uma 'apropriação' do contexto, numa inserção nele, num já não ficar 'aderido' a ele; num já não estar quase sob o tempo, mas nele" (FREIRE, 2011, p. 45).

A leitura crítica do mundo implica na leitura da realidade, da história, dos objetos que simbolizam a cultura e dos significados que esses carregam. Como afirma Ramos (2004, p. 02) "se aprendemos a ler palavras, é preciso exercitar o ato de ler objetos, de observar a história que há na materialidade das coisas. Além de interpretar a história através dos livros, é plausível estudá-la por meio de objetos".

É importante defender a ideia de que a educação patrimonial faça parte da vida do estudante como uma prática social. Para tanto, ela precisa desviar seu foco dos lugares patrimonializados para as interações entre o sujeito e os bens culturais. Com o envolvimento do estudante em práticas de educação patrimonial, os bens culturais acabam deixando de ser vistos como algo que pertence ao outro, e, portanto, estudados como algo distante, que separa o sujeito do patrimônio cultural que também lhe pertence. Segundo Pinheiro (2015, p.14):

O caminho e, ao mesmo tempo, o maior desafio, é desenvolver atividades que se voltem para uma educação do patrimônio, para o patrimônio. Um desafio [...] que transpira problemáticas de matrizes teóricas e metodológicas. Entender ações educativas para o patrimônio não está em 'capacitar' para a preservação, com valores impostos por conceitos jurídicos, acadêmicos ou políticos, mas na afirmação contínua de que as pessoas são protagonistas no processo, sendo os seus valores e conhecimentos produzidos reconhecidos.

A educação patrimonial referenciada pelo patrimônio cultural nos anos iniciais do Ensino Fundamental pode contribuir para aprendizagens comprometidas com a “pedagogia da autonomia”, que se opõe à “educação bancária” (FREIRE, 2013, p. 67), pois essa última tem como prioridade repassar informações para serem armazenadas pelo aluno e depois devolvidas, reproduzindo um sistema dominante. Quando desenvolvida como mera reprodutora de informações, a educação afasta-se de seu compromisso com a aprendizagem, colocando-se a serviço do mercado, esvaziando-se da defesa dos interesses humanos. A escola deve oportunizar a construção da autonomia por parte do estudante, abrindo espaço para o desenvolvimento do pensamento crítico. Isso requer a reflexão sobre a ideologia dominante, pois a educação é dialética e contraditória, sendo que as práticas educacionais devem dialogar e problematizar questões do território que o estudante vivencia.

Nesta perspectiva, a educação patrimonial pode ser um espaço de interação do estudante com os bens culturais. Para isso, os sujeitos precisam vivenciar os espaços sociais, buscando estabelecer vínculos de identificação com esses bens, ainda que de maneira crítica. Os significados construídos neste diálogo podem favorecer a construção da sua identidade como um ser crítico, pensante, criativo, não se submetendo ao papel de mero reprodutor de ideologias estabelecidas como verdades prontas. Na análise de Santos (2008, p. 130) a educação é compreendida como:

[...] um processo que deve ter como referencial o patrimônio cultural, considerando que este é um suporte fundamental para que a ação educativa seja aplicada, levando em consideração a herança cultural dos indivíduos em um determinado tempo e espaço e que as diversas áreas do conhecimento não funcionam como compartimentos estanques, mas são parte de uma grande diversidade, resultado de uma teia de relações na qual cultura, ciência e tecnologia, em cada momento histórico, são construídas e reconstruídas pela ação do homem, produtor de cultura e conhecimento.

Nesta pesquisa, a compreensão das relações entre patrimônio cultural e educação teve como principal referência um artigo de Janice Gonçalves, no qual ela

analisou recomendações de documentos oficiais do patrimônio em âmbito nacional e internacional, bem como discussões políticas e acadêmicas sobre o tema da educação patrimonial. Segundo ela, é possível identificar duas concepções de educação patrimonial: “a que vincula as ações educativas à necessidade de proteção ou defesa do patrimônio cultural [...] e a que articula tais ações educativas à valorização ou ao empoderamento de determinados grupos sociais” (GONÇALVES, 2014, p. 01).

A primeira destas concepções entende o patrimônio como algo definido por valores que presumidamente lhes são intrínsecos, desvelados e disseminados por um determinado grupo social, exercendo função identitária e memorial referente a uma totalidade. Apresenta uma visão que se acredita ser consensual com base em um passado histórico que, muitas vezes, não coincide com os valores de outros grupos sociais que serão invocados a preservar o patrimônio cultural. Assim, a educação patrimonial assume uma função normativa, porque um grupo considera importante proteger e preservar o patrimônio cultural e quer que seus valores sejam pedagogicamente reconhecidos e assimilados por todos. Por outro lado, a segunda concepção entende o patrimônio como um processo, uma vez que preconiza que os debates a respeito dos valores atribuídos aos bens culturais e das narrativas que os vinculam às vivências sociais no tempo devem constantemente ser reabertos. Nesta perspectiva, os sentidos do patrimônio não são homogêneos, pois são parte das interações sociais, sejam elas pacíficas ou conflituosas. Esta visão, contudo, não nega a importância da preservação dos bens patrimoniais, mas busca estabelecer uma relação mais forte de pertencimento social a partir deles (GONÇALVES, 2014).

A segunda concepção dialoga mais diretamente com os objetivos da pesquisa desenvolvida, pois nela a educação patrimonial é vista como uma construção que continuamente envolve múltiplos indivíduos e grupos sociais em diferentes tempos e espaços. Entende-se que é importante e necessário educar para criar e compartilhar significados sobre o patrimônio no presente, oportunizando a reflexão sobre as possibilidades de empoderamento sociocultural na relação com os bens patrimonializados. O estudante tem direito ao passado, portanto precisa ter a oportunidade de interagir com os bens culturais que são as marcas tangíveis e intangíveis ainda presentes deste passado, podendo ter para com eles um sentimento de pertencimento ou até um sentimento de recusa. O importante é que o patrimônio cultural oportunize refletir sobre a diversidade de culturas, ideias e visões de mundo.

Os bens culturais servem de subsídios para que o estudante possa evocar e questionar os valores que são aprendidos na vivência social. Assim, a educação patrimonial tem um sentido de processo contínuo. O patrimônio é visto e compreendido como algo vivo e dinâmico (GONÇALVES, 2014). Esta ideia remete ao entendimento do patrimônio como construção cultural. Em seus estudos, Candau (2016) discute a ação da memória na construção da identidade, partindo do pressuposto de que a memória é uma reelaboração contínua do passado e a identidade é criada e recriada continuamente na interação social. É por meio da memória que advém a noção de duração que, por sua vez, possibilita a compreensão da continuidade e da ruptura. Nesta linha de pensamento, memória e identidade são indissociáveis.

Como desdobramento de suas reflexões, Janice Gonçalves sugere quatro proposições para uma ação educativa envolvendo o patrimônio cultural. A primeira delas, diz respeito à desnaturalização do patrimônio, por meio da reflexão sobre o campo que o produz. Parte da ideia de que o patrimônio não é algo natural e sim uma construção social e histórica, uma vez que a sua produção e preservação depende de arranjos de agentes e ações, contendo opções individuais e decisões coletivas. Segundo a autora:

O que é atualmente identificado como 'patrimônio cultural' foi, por consequência, mapeado, identificado, selecionado, estudado, protegido (através de tombamento, registro ou outro mecanismo de salvaguarda), além de disseminado, por agências e agentes incumbidos dessa tarefa. As interpretações que certamente estiveram na base das ações de patrimonialização decorreram de processos sociais de produção de memória, de representações sobre o passado tecidas em variados presentes, conforme o momento histórico de sua elaboração. Representações que, então, prevaleceram sobre outras, determinando o que deveria ser preservado e considerado patrimônio cultural (GONÇALVES, 2014, p. 91).

A segunda proposição refere-se à dessacralização do acervo patrimonial, com o fim de problematizar os processos históricos e sociais que o geraram. As ações de educação patrimonial podem partir da investigação dos procedimentos que produziram o patrimônio, no sentido de desmistificar a ideia de que os bens patrimonizados são inatingíveis. Na terceira proposição é enfatizada a necessidade de se pôr sob suspeita o ponto de vista sobre o processo educativo que situa em lados opostos professores e estudantes como esclarecidos e não esclarecidos, uma vez que as práticas que envolvem o patrimônio cultural precisam considerar as

percepções dos diferentes sujeitos, por meio do questionamento, da reflexão, o que pode favorecer o exercício da dúvida e da autonomia. Por fim, a quarta proposição aponta para a importância da valorização das especificidades das agências que têm a incumbência de tratar das questões relacionadas ao patrimônio cultural, principalmente os órgãos públicos que atuam nesta finalidade. É preciso que a escola interaja com todos os componentes que atuam nestas instâncias, uma vez que essas produzem e disseminam saberes e visões sobre os bens culturais.

Considerando as proposições apresentadas por Gonçalves (2014), buscou-se refletir sobre as possibilidades de se trabalhar o patrimônio cultural no contexto escolar. Para que a escola desenvolva a inserção e a discussão acerca deste tema, interagindo com as instâncias que geram e difundem conhecimentos e concepções sobre o patrimônio cultural, as ações desenvolvidas no âmbito escolar devem estar alinhadas com as normativas nacionais que regem o ensino formal. Na atualidade, o principal documento legal que normatiza a educação e a cultura no Brasil é a Constituição Federativa do Brasil de 1988. De acordo com Vieira (2007, p. 304):

Em sintonia com o momento de abertura política, o espírito do texto é o de uma 'Constituição Cidadã' que propõe a incorporação de sujeitos historicamente excluídos do direito à educação, expressa no princípio da 'igualdade de condições para o acesso e permanência na escola' (art. 206, I). Outras conquistas asseguradas são: a educação como direito público subjetivo (art. 208, § 1º), o princípio da gestão democrática do ensino público (art. 206, VI), o dever do Estado em prover creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade (art. 208, IV), a oferta de ensino noturno regular (art. 208, VI), o ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive aos que a ele não tiveram acesso em idade própria (art. 208, I), o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências (art. 208, III).

A partir do que preconiza a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) em seu Art. 1º enfatiza a importância das manifestações culturais:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Este ponto abre oportunidade para a discussão sobre os bens patrimoniais na prática educativa levando ao estudo da educação patrimonial no âmbito escolar. Para especificar e complementar estas leis foram implementadas outras normativas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), que é um conjunto de

normas instituídas pela Lei 8.069, no dia 13 de julho de 1990, visando garantir determinados direitos às crianças e adolescentes brasileiros. No Art.58 do ECA está definido que: “No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura”.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997), passaram a vigorar na educação brasileira a partir de 1997 com o intuito fundamental de orientar os professores em ações voltadas para o acesso dos estudantes aos recursos culturais importantes para a conquista de sua cidadania, por meio de uma postura participativa, reflexiva e autônoma. A base legal para a instituição destes marcos normativos foi a Constituição Federal de 1988, que define a educação como sendo um direito de todos, visando "o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

Em dezembro de 2017 foi homologada a Base Nacional Comum Curricular-BNCC (BRASIL, 2017). Essa normativa passou a direcionar o ensino brasileiro a partir da sua aprovação. Neste documento, são contempladas cinco áreas do conhecimento, compostas por seus respectivos componentes curriculares. No Ensino Fundamental foram definidas as seguintes áreas: Linguagens (Língua Portuguesa, Artes, Educação Física e Língua Inglesa); Matemática; Ciências da Natureza (Ciências); Ciências Humanas (Geografia e História); Ensino Religioso. São estabelecidas competências e habilidades dentro de cada unidade temática, sendo que os estudantes precisarão desenvolvê-las para usufruírem dos direitos de aprendizagem expressos por meio destas competências e habilidades, considerando o seu progresso no processo de ensino.

O estudo dos bens culturais está situado principalmente na área de Ciências Humanas que, segundo a BNCC (BRASIL, 2017, p.356):

[...] devem, assim, estimular uma formação ética, elemento fundamental para a formação das novas gerações, auxiliando os alunos a construir um sentido de responsabilidade para valorizar: os direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais. Cabe, ainda, às Ciências Humanas cultivar a formação de alunos intelectualmente autônomos, com capacidade de articular categorias de pensamento histórico e geográfico em face de seu próprio tempo, percebendo as experiências humanas e refletindo sobre elas, com base na diversidade de pontos de vista.

A partir das normativas nacionais, cada sistema de ensino (estadual ou municipal) organiza a matriz curricular que serve como norte para o direcionamento dos conteúdos a serem trabalhados. Considerando todas estas referências e a realidade local, cada comunidade escolar elabora o seu Projeto Político Pedagógico - PPP. De acordo com Gadotti (2007) a construção do PPP parte do instituído¹ da escola, que abrange a sua história, o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, as características dos seus atores internos e externos e o seu modo de vida. O que precisa ser feito é confrontar este instituído com o instituinte. Ou seja, diante da organização burocrática da escola pública, na qual muitas vezes o debate sobre o pedagógico desaparece em meio aos debates burocráticos, é importante lidar com as exigências da cidadania e os processos de identificações sociais, por meio da abordagem de pautas que discutam as necessidades de uma sociedade cada vez mais pluralista. O Projeto Político Pedagógico da escola é um processo que precisa ser constantemente retomado, tendo em vista as finalidades que a comunidade escolar pretende alcançar.

As unidades temáticas, os objetos do conhecimento a serem trabalhados, as habilidades e competências a serem desenvolvidas na escola deverão estar de acordo com a abordagem proposta pela BNCC, delineadas na matriz curricular e discutidas no Projeto Político Pedagógico da escola, considerando-se as especificidades da comunidade em que se inserem. No caso do presente estudo, busca-se compreender as especificidades da rede pública municipal de ensino de Joinville.

O município de Joinville se localiza na região nordeste de Santa Catarina, Brasil. No Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), foi divulgado que a população joinvilense era de 515.288 habitantes, sendo que em 2019 este número foi estimado em 590.466 pessoas. É a cidade mais populosa do Estado. A área de Joinville é de 1.130,878 quilômetros quadrados. É sede da Microrregião de Joinville, da Mesorregião do Norte Catarinense e da Região Metropolitana do Norte/Nordeste Catarinense. Apresenta um dos mais altos índices de desenvolvimento humano (IDH 0, 857) entre os municípios brasileiros, ocupando a

¹ Gadotti (2007) entende por instituído da escola tudo o que já está estabelecido nela (histórico, perfil da comunidade, das famílias, dos educadores, dos alunos), que deve ser discutido conjuntamente pela comunidade escolar na elaboração do seu Projeto Político Pedagógico para se chegar ao instituinte, ou seja, para que sejam re(criadas) ações no sentido de planejar os rumos que a escola pretende seguir.

13ª posição nacional e a quarta entre os municípios catarinenses (JOINVILLE EM DADOS, 2019).

Joinville tem uma gestão responsável pelo patrimônio cultural. Em 1980 foi criada, pela Lei Municipal nº 1.772, a Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural (COMPHAAN), composta por representantes do governo, da sociedade e das organizações empresariais. O objetivo foi a elaboração de políticas públicas municipais de preservação do patrimônio cultural, de acordo com as políticas das esferas estadual e federal.

Em dezembro do mesmo ano foi instituído o instrumento legal de preservação por meio da Lei n.º 1.773. Esse tem como propósito dispor acerca da proteção do patrimônio cultural. No artigo 1º dessa Lei constam os parâmetros de proteção cultural no âmbito municipal, definindo que o patrimônio histórico, cultural, arqueológico, artístico e natural de Joinville é formado pelos seus bens imóveis. Define ainda que a conservação desse patrimônio é de interesse público. No ano de 1982 foi criada a Fundação Cultural de Joinville (FCJ) por meio da Lei 1.863, de 23 de abril. Essa fundação passou a ter a responsabilidade da aplicação da Lei de Tombamento Municipal que tem como objetivos incentivar, difundir e conservar o patrimônio cultural e artístico. Na Lei Orgânica, de 1990 está definido o compromisso do município de Joinville com o patrimônio. Esse passou a ter como função a promoção da proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural local.

O Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville – IPCJ foi implementado como instrumento que contém o registro de bens culturais materiais móveis e imóveis e de saberes, celebrações, formas de expressão e lugares considerados como patrimônio imaterial joinvilense. Foi instituído pela Lei Complementar no 363/2011. Nesse marco legal consta o Inventário do Patrimônio Cultural Material (IPCM) e Inventário do Patrimônio Cultural Imaterial (IPCI). Trata-se de um mecanismo legal que complementa a Lei Municipal no 1.773/1980, que instituiu o tombamento como mecanismo de proteção de bens culturais materiais móveis e imóveis em conformidade com os princípios constitucionais e com o Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001). O IPCJ viabilizou uma política pública municipal de salvaguarda, proteção e valorização do patrimônio imaterial de Joinville, que não era contemplada pela legislação municipal (JOINVILLE, Plano Municipal de Cultura 2012)

Joinville tem um significativo conjunto de patrimônio cultural, contando com 43 sambaquis, 7 museus especializados, 3 museus de arte, 3 museus de história, 2

galerias de arte e 1 museu de ciências (JOINVILLE EM DADOS, 2019). As pesquisas desenvolvidas por Machado (2018) sobre o número de bens tombados em Joinville após a primeira década do século XXI indicam que, até 1996, este município tinha somente 3 bens tombados na esfera federal. Naquele ano, outros 3 bens foram tombados pelo estado. Em 2001, foram inseridos mais 39 bens nessa lista, a maior parte formada por edificações situadas na área urbana (exceto 5 casas rurais construídas em arquitetura enxaimel). Em 2018, os tombamentos estaduais em Joinville incidiram sobre bens culturais localizados na área rural, sendo que 17 casas foram incluídas no projeto federal Roteiros Nacionais de Imigração. Ainda nesse projeto, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional já havia formalizado, em 2011, o tombamento federal de quatro bens em Joinville. Entretanto, o maior número de tombamentos se deu no âmbito da gestão municipal que, a partir de 2003, colocou em funcionamento sua própria política de tombamento. Até o início de 2018, foi registrado o tombamento 78 bens imóveis e dois bens móveis pelo município, havendo 5 bens imóveis inseridos no Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville, mecanismo de proteção instituído por lei em 2011.

Para uma melhor compreensão sobre as possibilidades de trabalhar o patrimônio nos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública municipal de Joinville, há necessidade de conhecer como se configuram os olhares sobre o patrimônio cultural em Joinville, o que remete aos estudos de Coelho (2010) e suas considerações sobre a migração e a sua relação com os processos culturais neste município. Neste sentido, devem ser consideradas as transformações e as ressignificações inseridas no contexto da cidade pelo movimento migratório em contraponto à ordem vigente, trazendo novos contornos para a formação cultural da cidade. Com isso,

[...] as memórias de travessias evocaram cidades praticadas, reivindicaram direitos à memória e à identidade e fissuraram generalizações sobre o ser ou não joinvilense. E ainda, pelos atos narrativos do presente, foi-me possível compreender como os sujeitos operaram o passado, buscando transformar os sentidos das suas memórias em evidências a serem consideradas para a instituição de uma nova verdade histórica da cidade e, mais, para o próprio futuro urbano (COELHO, 2010, p.349).

Em seus estudos, Machado (2018) traz uma análise sobre os saberes e práticas construídos no processo histórico voltado à preservação, proteção e valorização do patrimônio cultural de Joinville. Entre as percepções evidenciadas pelo

autor, consta que “[...] tanto entre profissionais do patrimônio como entre o público não especialista, persiste uma ilusão patrimonial que se fundamenta em valores presumidamente imanentes, que deveriam ser disseminados e reconhecidos pela população da cidade” (MACHADO, 2018, p. 369). Com isso, limita-se o diálogo entre os profissionais que trabalham com o patrimônio cultural e a população em geral.

Considerando o objetivo deste estudo, foi investigada a visão de professoras sobre como se constrói a relação entre patrimônio e sociedade. Partiu-se da hipótese de que, em Joinville, há grupos hegemônicos que tomam seus marcos de identificação cultural e vinculação ao passado histórico como marcos da cultura e da história de toda a população da cidade. Isso acaba por limitar o uso social do patrimônio, já que os valores expressados não correspondem, muitas vezes, aos valores dos estudantes, fazendo com que muitos não consigam estabelecer vínculos de pertencimento com os bens culturais patrimonializados na cidade.

O conjunto patrimonial da cidade de Joinville foi constituído em diferentes momentos, sendo influenciado pelas diversas mudanças populacionais ligadas aos fluxos migratórios internos desde os anos de 1970/1980 (COELHO, 2010). Este patrimônio está aberto a novas significações, devido às diversidades presentes no território urbano e às práticas culturais da vida cotidiana, o que sinaliza ressignificações e estabelecimentos de outros vínculos com o patrimônio construído.

Considerando os aspectos abordados, a presente dissertação, além desta introdução, foi organizada em dois capítulos. O capítulo “Educação e Patrimônio Cultural”, apresenta uma reflexão sobre as possibilidades da educação patrimonial no Ensino Fundamental, valendo-se das contribuições da bibliografia sobre o tema e das atuais referências curriculares que regem a educação nacional, que têm como documento norteador a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). Neste sentido, é apresentando o contexto histórico da elaboração deste documento da educação brasileira, buscando compreender como o patrimônio cultural é abordado nele.

O capítulo “As Narrativas das Professoras em suas Práticas Pedagógicas Relacionadas ao Patrimônio Cultural” contextualiza, inicialmente, o percurso metodológico caracterizado por meio de uma pesquisa ação, com abordagem qualitativa e com o uso do método dedutivo. As entrevistas foram produzidas com

base na metodologia da História Oral², tendo como referência o currículo narrativo, e foram desenvolvidas com a participação de dez professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública municipal de Joinville. Posteriormente, são problematizadas as narrativas destas educadoras, refletindo sobre como elas compreendem o patrimônio cultural em suas práticas pedagógicas relacionadas a este tema. Nas “Considerações Finais” são apresentados os principais desafios e as perspectivas das abordagens educativas do patrimônio cultural nos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública municipal de Joinville manifestados nos relatos das professoras entrevistadas.

² A gravação das entrevistas e as respectivas transcrições serão disponibilizadas para o Laboratório de História Oral da Univille quando decorridos dois anos da sua realização.

2 EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL

São muitas as perspectivas teóricas a respeito da palavra educação, dependendo do contexto e da finalidade em que este termo é utilizado. Do ponto de vista crítico-social, segundo Libâneo (2010, p. 81), “a educação compreende o conjunto dos processos formativos que ocorrem no meio social, sejam eles intencionais ou não-intencionais, sistematizados ou não, institucionalizados ou não”. Nesta perspectiva, o processo educacional não se restringe ao âmbito escolar, uma vez que “integra o conjunto dos processos sociais, pelo que se constitui como uma das influências do meio social que compõe o processo de socialização”. Por outro lado, em sentido estrito, “a educação diz respeito a formas intencionais de promoção de desenvolvimento individual e de inserção social dos indivíduos, envolvendo especialmente a educação escolar e extraescolar”. Entende-se, portanto, que sendo realizada dentro ou fora das instituições educativas, o processo educacional sempre apresenta um caráter de envolvimento com a sociedade.

No âmbito da educação, podemos inserir a educação patrimonial como um dos temas a serem abordados dentro das universidades, especialmente na formação inicial e formação em serviço dos professores. Para Gonçalves (2014), a formação dos profissionais da educação precisa considerar a necessidade de produzir conhecimentos sobre o patrimônio cultural, promovendo reflexões críticas no sentido de questionar determinados procedimentos e processos de patrimonialização e organização dos acervos. É importante que a universidade construa caminhos que levem à autonomia intelectual do estudante para que haja uma compreensão de como se estrutura a memória social e os processos que produzem os bens materiais e imateriais.

Estas ponderações dialogam com o pensamento de Freire (2013), que ressalta a necessidade da educação para a autonomia e identidade do educando. Para isso, é imprescindível respeitar a sua curiosidade, o seu gosto estético, a sua linguagem, considerando a sua inquietude nas vivências sociais.

A prática educativa, conforme Freire (2011), pressupõe uma concepção dos seres humanos e do mundo, o que implica em uma postura crítica do educador ao orientar os estudantes. Esta mediação feita pelo professor, por meio do seu trabalho-ação, situa-se na dialética entre subjetividade e objetividade, fazendo associação

entre as imagens sensoriais, o pensamento e a linguagem para desenvolver a percepção crítica da realidade e a construção coletiva da identidade e da cidadania. Este processo requer o uso de metodologias, a definição de objetivos e opções de valor. O ato de transformar o mundo está diretamente ligado ao ato de conhecê-lo, de dizê-lo e de pronunciá-lo. Por isso, o estudante necessita conhecer a sua realidade, tendo a oportunidade de analisá-la criticamente e de optar por aceitá-la ou transformá-la.

Sendo assim, a educação patrimonial precisa ser um meio de interação com os bens culturais, buscando questionar e compreender os seus significados. Ela pode abrir espaço para a participação cidadã da comunidade, criando nos indivíduos um sentimento de pertencimento às manifestações culturais do seu meio. Com isso, pode-se despertar nos envolvidos a necessidade de proteger e preservar os bens culturais.

A função da educação patrimonial, de acordo com Priamo (2013, p. 161), é “[...] criar laços afetivos da comunidade com o seu patrimônio cultural, a partir da construção do conhecimento, gerando ações e reações que busquem proteger estes bens em função de uma identificação com os mesmos”.

Nas práticas pedagógicas, podem ser propostas diversas reflexões a partir das interações com os bens culturais, que podem ser acionadas a partir da própria historicidade dos objetos. Para Ramos (2004, p. 04) “não se trata mais de ‘visitar o passado’, e sim de animar estudos sobre o tempo pretérito, em relação com o que é vivido no presente”.

Nestas práticas, o patrimônio cultural adquire novos significados e oportuniza aos sujeitos envolvidos no processo uma percepção mais abrangente sobre a função deste bem cultural no presente. Para Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p.4) “o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”.

De acordo com Franco, Prados e Bonini (2015, p. 319):

[...] a Educação Patrimonial deve ser um diálogo permanente entre as vivências, experiências e percepções dos educandos e cidadãos ante os bens culturais e suas formas de ser e de agir cotidianos, com os conteúdos escolares e ações educativas desenvolvidas nas unidades escolares e instituições culturais, como forma de entender os processos constituintes de sua identidade cultural auxiliando na gestão do patrimônio cultural.

As práticas pedagógicas desenvolvidas na educação patrimonial, segundo o Guia Básico da Educação Patrimonial elaborado por Horta; Grunberg e Monteiro (1999, p. 4), têm o propósito de “levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural”.

Sendo assim, a escola, como parte do patrimônio cultural, tem a função fundamental de construir e reconstruir conhecimentos ligados aos bens culturais. Como afirma Santos (2008, p. 131),

[...] a escola é uma instituição que faz parte do patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, é alimentada por diversos patrimônios culturais, representados pelo conhecimento produzido e acumulado ao longo dos anos, fruto da herança cultural constituída pelos sujeitos sociais ao longo da vida, ou seja, a tradição, que deve ser compreendida também como um processo de construção e reconstrução.

Nesta mesma linha de pensamento, Franco, Prados e Bonini (2015) enfatizam que as propostas educativas dentro da educação patrimonial precisam ser norteadas por princípios éticos, tendo em vista a valorização da vida comunitária, e devem ser convergentes com a realidade na qual os estudantes estão inseridos. Para tanto, não deve ser realizada por meio de práticas impositivas, e sim, por meio do incentivo, da sensibilização sobre o rico universo cultural que permeia as vivências destes estudantes, marcadas por um conjunto de significações constituídas no local em que vivem. Desta forma, a educação patrimonial contribui para a formação de um cidadão capaz de interferir e agir individualmente e, também, no meio social. Para Franco, Prados e Bonini (2015, p. 340):

É nesse sentido que a educação patrimonial colabora para o desenvolvimento de um olhar crítico frente aos bens culturais que constituem as cidades, os bairros, regiões e do país, o que favorece o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento e de identificação com esta imensa gama de representações presentes no patrimônio cultural e de posturas de corresponsabilidade para sua manutenção e preservação.

A educação patrimonial é entendida como um processo que pode servir de referência para o estabelecimento de vínculos sociais, de significações e problematizações que se constroem no contexto da escola. É um processo dinâmico de ensino e aprendizagem que implica a participação, o questionamento e a reflexão

por parte dos envolvidos. Como afirmam Franco, Prados e Bonini (2015, p. 319), a educação precisa caminhar para superar “[...] a simples transmissão e contemplação dos bens patrimoniais destituídas de sentido, presentes em muitas propostas educativas em instituições de educação formal e não formal, de modo, ainda, que haja colaboração com a gestão do patrimônio cultural”.

Essa dinâmica educacional exige a postura ética do educador, o que remete aos estudos de Freire (2013). Na visão deste educador, ensinar requer uma postura ética capaz de orientar o educando para que seja crítico, desenvolvendo a capacidade de comparar, intervir, de muitas vezes romper com determinados paradigmas e tomar decisões que o tirem de sua zona de conforto. Como diz Paulo Freire (2013, p. 35) “pensar certo [...] demanda profundidade e não superficialidade na compreensão e na interpretação dos fatos”. Neste sentido, o autor destaca a relação entre a docência e a discência no processo de ensino-aprendizagem, considerando as dimensões da ética e da estética. A ética diz respeito às interações do ser humano no mundo e as suas relações com o outro. A estética contempla as expressões humanas, as atitudes de diálogo e o respeito mútuo nestas relações. Para que isso ocorra, é necessária uma visão global do sujeito, ou seja, percebê-lo em suas experiências existenciais e culturais, contribuindo para a construção de sua autonomia e capacidade crítica. A educação precisa ser um processo dialógico e transformador para que o estudante tenha consciência do seu papel em uma sociedade democrática.

Na visão de Delors (2012), quando os professores abordam em suas práticas pedagógicas conteúdos relacionados à coletividade e ao contexto em que a escola está inserida, reforçam a ligação entre a escola e a comunidade. Neste sentido, trabalhar a questão do patrimônio cultural contribui para que a escola seja um espaço de discussão e aprendizagem, bem como de referência para o estudante desenvolver o sentimento de pertencimento sociocultural no sentido de se ver e refletir historicamente no tempo e espaço compartilhado por esta comunidade.

Considerando os aspectos descritos, a educação patrimonial é potencialmente significativa para a formação de cidadãos que compreendam a importância de valorizar a cultura, dialogando com os múltiplos sentidos do patrimônio cultural em suas vivências sociais.

2.1 Recomendações oficiais no Brasil

A inclusão da educação nos documentos normativos brasileiros apresenta-se gradativamente de acordo com o contexto histórico-social de cada época. Os estudos de Carneiro (2015) evidenciam que a Constituição Imperial de 1824 implantou os colégios e universidades, relacionando-os aos direitos civis e políticos, e estabeleceu a gratuidade do ensino primário. Na primeira Constituição Brasileira, a relevância atribuída à educação não foi expressiva. O foco estava na gratuidade do ensino primário e na implantação das ciências humanas nos colégios e nas universidades.

Modificações mais abrangentes foram observadas na Constituição de 1891. De acordo com Vieira (2007), os principais pontos abordados foram: a educação passou a ser laica, pois houve a separação entre igreja e Estado; se determinou a exclusividade do Estado em legislar sobre a educação superior, além de poder criar escolas de nível secundário nos estados e promover a instrução primária e secundária no Distrito Federal. A educação laica foi um passo importante para a redução da influência da igreja no sistema educacional, pois, na República, era visto de modo negativo a influência da igreja no sistema educacional.

A Constituição de 1934 foi significativa para a educação nacional. Segundo Carneiro (2015), esse documento definiu que a União Federal seria responsável por fixar as diretrizes e bases da educação brasileira. Foi criado, assim, o Conselho Nacional de Educação, sendo que os estados e o Distrito Federal passaram a ter autonomia para organizar seus conselhos estaduais. Foi definido que a União deveria elaborar o Plano Nacional de Educação a partir de dois eixos: a sistematização do ensino em níveis e áreas especializadas e a oferta de subsídios aos Estados no acompanhamento do ensino, nas ações técnicas, liberando os recursos financeiros complementares. Outros avanços na área da educação nessa Carta Magna foram: o ensino primário gratuito para todos, oferecido em escolas públicas para qualquer faixa etária; destinação de 10% da renda arrecada nos impostos pela União e pelos municípios e de 20%, pelo Estado e Distrito Federal para ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo também viabilizadas bolsas para alunos carentes. Parte dos patrimônios da União, dos Estados e do Distrito Federal foi destinada à criação de fundos da educação. Os profissionais do magistério público passaram a ingressar por meio de concursos públicos. Pode-se observar nesta Carta Magna o

aumento na destinação de recursos para a educação e o ingresso dos profissionais por meio de concursos, o que foi um passo importante para a democratização do ensino.

No período do Estado Novo³, foi elaborada a Constituição de 1937, que tinha como prioridade o ensino profissionalizante para as classes populares. Segundo Vieira (2007), a arte, a ciência e o ensino passaram a ter livre iniciativa, podendo ser desenvolvidos por meio individual ou por grupos. O Estado passou a dar ênfase à educação pré-vocacional e profissional para suprir, segundo o Governo, a necessidade de abastecer o mercado de trabalho, omitindo-se quanto às demais modalidades de educação. O ensino religioso passou a ser uma matéria dos cursos primários e secundários, ainda que o documento não expressasse obrigatoriedade. Neste período, a educação teve como prioridade o atendimento às necessidades abertas para a política de expansão industrial no país, sendo destinada mais ao ensino profissionalizante. Sendo assim, a educação brasileira relegou a segundo plano a questão cultural e social na formação dos indivíduos.

Em 1946, são retomados os ideais democráticos anteriormente expressos na constituição de 1934. Conforme Carneiro (2015, p. 31) a Constituição de 1946 apresenta os seguintes princípios da educação:

- a) compulsoriedade do ensino primário para todos e sua gratuidade nas escolas públicas;
- b) gratuidade do ensino oficial nos níveis superiores, para alunos carentes;
- c) obrigatoriedade de oferta de ensino primário gratuito por parte de empresas com mais de cem empregados e exigência às empresas industriais e comerciais de assegurarem aprendizagem aos trabalhadores menores;
- d) ingresso no magistério através de concurso de provas e títulos;
- e) fornecimento de recursos por parte do Estado, para que o direito universal de acesso à escola primária fosse assegurado, buscando, desta forma, a equidade social;
- f) responsabilidade educativa compartilhada pela família e pela escola, podendo haver oferta pública e privada em todos os níveis de ensino;
- g) oferta obrigatória de ensino religioso, embora fosse de matrícula facultativa para os alunos.

Entende-se, portanto, que a Constituição de 1946 retomou o caminho da descentralização administrativa e pedagógica da educação, tanto no setor público como privado, sem eximir o Estado das suas responsabilidades perante a sociedade. Por outro lado, a Constituição de 1967, na concepção de Vieira (2015), representou

³Estado Novo foi um regime ditatorial arregimentado por Getúlio Vargas, instituído em 10 de novembro de 1937. Desde 3 de novembro de 1930, Vargas governava o país. O primeiro período foi o Governo Provisório (1930-1934) que perdurou até a reconstitucionalização do país. Com a decretação da Constituição de 1934 iniciou-se o Governo Constitucional (RODRIGUES, 2017, p.1).

um retrocesso para a educação brasileira. Houve a desvinculação dos recursos destinados à educação pública, enquanto o setor privado recebeu um fortalecimento sem critérios de recursos públicos, incluindo bolsas de estudo. A obrigatoriedade do ensino foi determinada na faixa etária entre 7 e 14 anos, porém era permitido o trabalho para crianças a partir de 12 anos de idade.

Em 1969, foi promulgada outra Carta Magna que, segundo Carneiro (2015), teve poucas mudanças significativas em relação à anterior. Os pontos mais importantes foram: a obrigação dos municípios de aplicarem um percentual mínimo de 20% da receita tributária no ensino primário e os vários Atos Institucionais acionados frequentemente contra a liberdade docente. Nesse ambiente antidemocrático, a ação dos educadores foi limitada pela censura, além de punir os que não atendiam aos interesses do Estado. Esses grupos dominantes reprimiram as iniciativas docentes no sentido de trabalhar a criticidade, a livre expressão e a valorização da cultura como um todo.

Na análise das Constituições brasileiras anteriores à Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), percebe-se que a educação patrimonial não é diretamente abordada. Essa Carta Magna, em seu Art. 205, estabelece a educação como direito fundamental que deve ter a coparticipação do Estado, família e sociedade: “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A Constituição de 1988 estabelece uma relação mais aprofundada entre educação e cultura. Com relação ao direito de acesso à educação e à cultura, a Carta Magna de 1988, em seu Art. 210, declara que “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. Ainda no Capítulo III, seção II, Art. 215 (BRASIL, 1988, p.171) está determinado que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Sendo assim, é dever do Poder Público resguardar as expressões de cultura popular, sendo expresso que: “§ 1.º O Estado protegerá as *manifestações* das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”.

Art. 216 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1.º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2.º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3.º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4.º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5.º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Com a aprovação da Constituição de 1988, foram aprofundados os estudos sobre o Plano Nacional da Educação, disposto no art. 214, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996). O Plano Nacional da Educação, em seu Art.2º, inciso VII (PNL, 2014) enfatiza a “promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País”.

Castro et. al (2010, p. 39) afirma que a LDB traz a “possibilidade de ações orientadas para um trabalho de conscientização e preservação do patrimônio cultural no país no âmbito das instituições escolares”. No Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) está determinado que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Um fator importante neste documento é o estabelecimento de garantias para as crianças e adolescentes, que a partir deste passaram a ser vistas como sujeitos de direitos fundamentais como o acesso à educação, bens culturais, lazer, liberdade artística, saúde, tendo uma vivência familiar e comunitária amparada pela legislação.

Com isso, houve um avanço na legislação brasileira, pois a lei que, antes, era utilizada para punir e constranger as crianças e adolescentes passou a ter critérios

específicos para protegê-los de determinados abusos cometidos no período da ditadura militar. Segundo Oliveira (2002, p.9) este documento “[...] assegura cidadania e direitos iguais aos adultos e aos jovens desassistidos pela família, poder público e sociedade”.

A partir da promulgação desta lei, o poder público passou a ter compromissos essenciais com relação ao acesso aos bens culturais por parte das crianças e o adolescente como determina o Art. 59 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990): “Os Municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude”.

Os marcos legais apresentados serviram de fundamento para que fossem encaminhadas normativas a serem utilizadas nos sistemas de ensino brasileiro, resultando na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), que antecederam à construção da Base Nacional Comum Curricular. No Ensino Fundamental, estes parâmetros foram organizados em seis volumes, sendo eles: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física. Também apresentam outros três volumes: o primeiro traz uma apresentação geral dos conteúdos abordados nos temas transversais e a questão da ética; o segundo volume apresenta os temas relacionados à pluralidade cultural e à orientação sexual e o terceiro volume se refere ao meio ambiente e à saúde. Sendo a pluralidade cultural um tema transversal, esse poderia ser abordado em todas as disciplinas e o documento indicava a importância de que fossem elaborados projetos interdisciplinares para que o estudo desses temas fosse aprofundado.

Um dos objetivos fundamentais deste documento é: “Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertença ao País”. Desta forma, os PCNs destinados ao Ensino Fundamental procuraram abranger as temáticas que deveriam fazer parte da formação integral do estudante deste nível de ensino. Houve, nesse sentido, a intenção de auxiliar o professor para que o aluno construísse a sua cidadania, tendo acesso aos bens culturais, dialogando com temáticas relevantes no contexto social desenvolvendo a criticidade. Segundo os PCNs de História e Geografia (BRASIL, 1997, p.8), dentre os objetivos gerais do Ensino Fundamental está:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais.

Percebe-se nos PCNs a valorização da pluralidade cultural e o respeito às diferenças como linhas centrais nas discussões. Assim, este documento assume uma dimensão sociopolítica. Pode-se entender que as ações definidas nos documentos oficiais não são aleatórias e sim, se configuram como mecanismo de sistematizar o processo educativo em função dos aportes ideológicos que se quer impor ou manter.

A teoria da ação dialógica de Freire (1987) pressupõe alguns fundamentos: a colaboração, a união, a organização e a síntese cultural. As ações educativas podem estar a serviço da dominação ou da libertação. A síntese cultural implica na convivência entre as culturas, mantendo-se a identidade e o respeito às diferenças. A democracia na prática educativa implica que essa não seja invasiva.

Partindo deste pressuposto, os conteúdos propostos nos PCNs de História, já desde o primeiro ciclo do ensino fundamental indicam temáticas a serem abordadas como a história local, os grupos indígenas que ocuparam os espaços em épocas anteriores. No segundo ciclo, o eixo temático refere-se à história das organizações populacionais, enfatizando as lutas de grupos sociais e étnicos, por meio do levantamento de diferenças e semelhanças entre eles e do estudo de suas inserções nas causas políticas, sociais, culturais, éticas ou econômicas.

Nesta perspectiva, os PCNs abriam espaços para que fossem trabalhados de forma crítica os conteúdos relacionados à formação da história local, características dos grupos culturais, os movimentos sociais, dentre outros aspectos ligados à pluralidade sociocultural. Dentre os temas transversais dos PCNs está o de Pluralidade Cultural que enfatiza a relação do ser humano com os bens culturais. A cultura é entendida como:

[...] o conjunto de códigos simbólicos reconhecíveis pelo grupo: neles o indivíduo é formado desde o momento de sua concepção; nesses mesmos códigos, durante a sua infância, aprende os valores do grupo; por eles é mais tarde introduzido nas obrigações da vida adulta, da maneira como cada grupo social as concebe.

Neste sentido, os PCNs reconhecem que a criança constrói uma identidade cultural própria no convívio com seu grupo social e articulam para que a escola seja

um espaço onde essa identidade seja reconhecida, respeitada e valorizada. Sendo assim, o estudante dialoga com a complexa sociedade brasileira, permeada pela rica diversidade cultural e as contradições sociais. Contudo, ainda que houvesse abertura para que a pluralidade cultural fosse desenvolvida em todas as disciplinas por tratar-se de um tema transversal, as discussões em termos de conteúdo sobre o patrimônio cultural ficaram centralizadas ao ensino de História. Isso indica que a organização do volume contendo os temas transversais foi insuficiente para que, na prática, os bens culturais fossem inseridos nas abordagens das demais disciplinas.

2.2 A Base Nacional Comum Curricular e o patrimônio cultural

O Documento Oficial que normatiza a educação no Brasil atualmente é a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). A compreensão de como foi inserida a temática do patrimônio cultural na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017) requer uma discussão prévia a respeito da questão do currículo no Brasil e de como foi construído este documento. O educador Paulo Freire foi um dos precursores das discussões sobre questões relacionadas ao currículo na educação brasileira, abordando a função que a escolarização poderia assumir neste processo a partir das diretrizes curriculares encaminhadas nos documentos normativos das ações educativas. Sua teoria enfatizou a cultura, tendo como foco a diversidade cultural humana, e foi considerada como referência principal na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Antes mesmo de se discutir a educação patrimonial no Brasil, já havia uma discussão sobre cultura fundamentada na teoria de Paulo Freire, no sentido de que o currículo promovesse o diálogo e a reflexão das comunidades com os seus bens culturais, por meio de projetos interdisciplinares que tivessem como temas geradores estes bens.

Alinhado à teoria freiriana, Sacristán (2000, p. 21) afirma que “o currículo se modela dentro de um sistema escolar concreto, dirige-se a determinados professores e alunos, serve-se de determinados meios, cristaliza, enfim, num contexto, que é o que acaba por lhe dar o significado real”. Por isso, para este autor, as diretrizes curriculares devem representar uma prática social e cultural no cotidiano escolar, considerando uma multiplicidade de relações para o desenvolvimento de ações e decisões pedagógicas. Estas ações são políticas, administrativas, de supervisão, de

avaliação de especialistas e pesquisadores educacionais, que têm como referências propostas curriculares, normativas, documentos que formalizam intenções pedagógicas, os objetivos e metas, a história educacional, as concepções e a identidade de cada região e da comunidade escolar na qual estas ações são propostas.

Freire (1987) contestou os currículos tradicionais e defendeu a ideia de que o estudo da história não se limita às informações sobre fatos, pois deve ser ampliado para o conhecimento sobre a própria historicidade e as relações entre estes fatos, analisando como esses interferem no contexto sociocultural. Por isso, o estudo da cultura abre possibilidades de análise sobre o passado, o presente e o futuro da sociedade, por meio da pedagogia do diálogo, que se fundamenta na situacionalidade do ser no mundo, ou seja, na busca da compreensão sobre o ser humano na sociedade e as razões que contribuíram para que determinadas situações se apresentem da forma como são observadas no presente. Nas palavras dele: “O ato educativo alarga o ser humano na medida em que se considera o ser um estar – prática cotidiana de pensar e atuar criticamente sobre a situação em que se constitui o estar no mundo e com o mundo” (FREIRE, 1987, p. 101). Nesta perspectiva, o professor deve ter a capacidade e a autonomia de questionar a ordem vigente no sentido de construir uma educação problematizadora. Essa se caracteriza como um exercício de ética na atividade docente.

Contudo, esta trajetória que vinha sendo construída no Brasil sobre a cultura no currículo foi desconsiderada na elaboração da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017) e as proposições de Freire foram abstraídas das discussões na elaboração desta normativa. Diante disso, cabe pensar sobre a organização deste instrumento curricular, questionando as intencionalidades subjacentes a este processo. De acordo com Cara (2017, p. 07), a BNCC é um dos mecanismos que vêm sendo utilizados como parte de uma política pública educacional que desconsidera a pedagogia. Isso porque “[...] praticamente retoma a seriação do ensino fundamental, ao cometer o erro de acelerar – e forçar – a alfabetização de crianças, ao mergulhar no obscurantismo, mas – principalmente – ao investir no tradicionalismo pedagógico”. E acrescenta que: “[...] orientada por supostos direitos de aprendizagem, a BNCC reduz o trabalho pedagógico dos professores com os alunos a uma lista de conteúdos que devem ser cumpridos e (equivocadamente) transmitidos”. Com isso, há uma

redução no espaço destinado à reflexão sobre estes conteúdos, que são passados de forma a reproduzir conceitos.

Este tradicionalismo pedagógico indica a intencionalidade de manter e aprofundar a prescrição curricular. Conforme Goodson (2007, p. 241), este modelo curricular “[...] foi basicamente inventado como um conceito para dirigir e controlar o credenciamento dos professores e sua potencial liberdade nas salas de aula”. O autor analisa a relação entre a prescrição e o poder fomentado para que o currículo se torne um meio organizado no sentido de reproduzir as relações de poder existentes na sociedade. As reflexões propostas a partir da análise que ele propõe indicam que, quando as modalidades sistematizadas de educação e aprendizagem estão pautadas em um currículo prescritivo, elas se adequam aos padrões de poder e capital cultural dominantes e com isso subjugam os grupos sociais que não estão inseridos neste esquema. Para Goodson (2007, p. 247),

O currículo prescritivo e o interesse dos grupos dominantes estão imbricados em uma parceria histórica poderosa que estrutura essencialmente o currículo e efetivamente subverte qualquer tentativa de inovações ou reformas. As prescrições fornecem ‘regras do jogo’ bem claras para a escolarização, e os financiamentos e recursos estão atrelados a essas regras. A pesquisa em currículo, com poucas e honrosas exceções, também tende a seguir as ‘regras desse jogo’, aceitando o currículo prescritivo como seu ponto de partida, mesmo quando, em casos isolados, defendem a resistência ou a transformação.

A discussão desta questão passa, necessariamente, pela trajetória histórica de construção da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), buscando identificar os aspectos que foram suprimidos da matriz curricular e as possíveis razões que sustentaram tais decisões, havendo a necessidade de se pensar como a cultura enquanto mecanismo de reflexão e aprendizagem se apresenta nesse instrumento curricular.

2.2.1 A história da construção da Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), é um documento elaborado para nortear a educação básica no Brasil que, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 1996), é estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio.

A BNCC está integrada ao Plano Nacional de Educação – PNE, que, por sua vez, foi organizado em conformidade com a Constituição Federal de 1988. O processo de elaboração da BNCC iniciou com a primeira versão em 2014. No ano seguinte, foi aberta uma consulta pública com o propósito de que a sociedade participasse com suas opiniões. Nesta etapa, foi registrada a contribuição de 45 mil escolas, o que ocasionou a elaboração da segunda versão deste documento em 2016, após debates em seminários em todas as regiões do país. A terceira e última versão foi elaborada em 2017, por meio de um novo ciclo de debates, desta vez por parte de segmentos representativos da sociedade: pesquisadores, formadores de professores e representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, que foram convocados pelo Ministério da Educação – MEC. Estes profissionais organizaram seminários sobre as obrigatoriedades do currículo e a BNCC foi homologada pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC em dezembro do mesmo ano (BRASIL, 2017).

Na análise do processo de construção da BNCC, é possível fazer algumas indagações relacionadas ao debate democrático que, segundo Freire (1967), deve ser o princípio norteador da *práxis* pedagógica. Percebe-se que a participação dos pais, alunos e professores mostrou-se limitada nesta trajetória. Inicialmente, em 2014, foram direcionadas medidas para que o envolvimento dos referidos segmentos se efetivasse e, em 2015, foram realizadas consultas públicas neste sentido. Porém, na continuidade da elaboração desta normativa e nas providências de finalização do documento, foram convocados somente segmentos como pesquisadores, formadores de professores, dirigentes municipais e estaduais para colaborar junto ao MEC, que estava no comando desse processo, sem que houvesse um diálogo constante com pais, estudantes e professores. Essa participação pouco efetiva dos membros das comunidades escolares, que são aqueles que vivenciam, na prática, as problemáticas que se apresentam no cotidiano das escolas, gera questionamentos sobre o real interesse em se organizar um currículo verdadeiramente voltado para a realidade das escolas brasileiras de educação básica. Isso suscita dúvidas acerca da consulta pública, no sentido de questionar se essa não teve um caráter meramente formal. Resta ainda indagar sobre a não participação de outros segmentos como os sindicatos de professores e a União Nacional dos Estudantes, que poderiam contribuir

nas discussões, uma vez que representam justamente os sujeitos centrais do processo de ensino e aprendizagem.

Apresenta-se, portanto, uma discussão sobre os procedimentos anti-democráticos na elaboração da BNCC. Freire (1967) propõe a educação como prática da liberdade por meio de um método ativo, dialogal e crítico. O currículo deve ser construído democraticamente, tendo como referência os protagonistas do processo educativo, que são os pais, professores e alunos. Para tanto, os conteúdos programáticos que norteiam a educação não deveriam ser impostos aos educandos e, sim, abrir espaço a uma educação problematizadora que implica um esforço permanente para que os indivíduos se percebam como autores de sua própria história.

Na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017) consta que essa tem a função de atender às recomendações dos documentos que normatizam a educação no Brasil. Para tanto, a Carta Constitucional, no Art. 210, já reconhece a necessidade de que sejam “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988). Este documento cumpre a meta 7 do Plano Nacional da Educação - PNE, que tem a finalidade de potencializar a qualidade da Educação Básica, dinamizar o fluxo escolar e desenvolver a aprendizagem (BRASIL, 2017). Na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017) está registrado que cada instituição educativa poderá construir o seu currículo por meio de estratégias que forem consideradas adequadas e que estejam inseridas em seu Projeto Político Pedagógico, desde que cumpra as diretrizes deste documento. A referida normativa registra ainda que pretende assegurar a efetivação dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento a serem assegurados por meio de habilidades e competências a serem abordadas com os estudantes.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017, p. 8) define competência como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”. São apresentadas dez competências gerais a serem desenvolvidas na Educação Básica. Muitas dessas competências gerais apresentadas na BNCC já haviam sido contempladas nos objetivos gerais do Ensino Fundamental dos Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual (1997), tais como, a valorização da pluralidade cultural, o diálogo como forma de mediação

de conflitos. Contudo, observa-se que na BNCC há maior ênfase às tecnologias digitais, até porque esta ferramenta pedagógica tem sido mais disseminada nas últimas décadas. Outra mudança é a supressão de terminologias ligadas ao gênero, limitando, assim, discussões que poderiam ser feitas nas escolas no sentido de desconstruir preconceitos que por vezes circundam no meio social, aliando-se a um debate que deve ser feito por toda sociedade.

É importante investigar as evidências que indicam que a supressão de gênero na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017) pode estar ligada às forças ideológicas representantes do poder, que interagiram nas últimas etapas da elaboração desta normativa. Cara (2017) entende que, pelo fato dos ultraliberales terem apoio irrisório entre os educadores e devido à forte rejeição às fundações empresariais, a BNCC teve influência direta dos ultraconservadores na sua terceira fase de elaboração e na sua aprovação. Desde a terceira versão, por decisão da secretária-executiva do Ministério da Educação, o MEC excluiu os temas de identidade de gênero e de orientação sexual da base curricular. Isso se consolidou no encontro realizado na tarde do dia 14 de março de 2017, quando representantes da bancada religiosa do Congresso Nacional receberam este compromisso. Nas palavras de Cara (2017, p. 01):

[...] os ultraconservadores desejam impor uma composição de sociedade pautada por uma concepção desatualizada de família, orientada pelo predomínio machista do homem sobre a mulher e pela exclusão das identidades de gênero e de orientação sexual que diferem da heterossexualidade. Ou seja, defendem posições que agridem os valores mais básicos expressos na Constituição Federal de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, divergindo, portanto, do pressuposto mínimo de respeito ao próximo.

A aprovação da BNCC nestes moldes da terceira versão teve repercussão nacional e internacional, não somente entre a comunidade acadêmica. Segundo Cara (2017) a submissão do Ministério da Educação à vontade das bancadas fundamentalistas foi objeto de reportagens da mídia brasileira e do exterior. Houve denúncia da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, por meio de críticas em pronunciamento oficial de três relatores da Organização das Nações Unidas (ONU) para os Direitos Humanos à Educação, Liberdade de Expressão e Liberdade Religiosa. O bispo anglicano Desmond Tutu (Prêmio Nobel da Paz em 1984 por sua luta contra o apartheid em seu país, a África do Sul), tornou pública sua posição de que a neutralidade em situações de injustiça demonstra uma escolha pelo lado do

opressor. Por meio da exclusão da identidade de gênero e orientação sexual da BNCC, o poder público impôs às escolas restrições ao trabalho com os valores constitucionais de combate à discriminação – suprimindo de um instrumento curricular a necessidade de enfrentamento do machismo, da homofobia, do sexismo e da misoginia nas escolas brasileiras, justamente em um cenário em que tais situações se agravam. Além disso, foi realizada pelo Conselho Nacional de Educação a inclusão do ensino religioso na BNCC, sem isso ter sido demandado pela decisão recente do Supremo Tribunal Federal que permite, mas não obriga, o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras.

Em uma discussão sobre a proposta de Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017) de História, Calil (2015, p. 01) apresenta críticas em relação a “[...] sua perspectiva patriótica, a fragmentação da abordagem, a exclusão dos conceitos e processos fundamentais para a compreensão do mundo contemporâneo e a concepção de direitos humanos subordinada ao consumo”. Ele questiona esta perspectiva afirmando que os conteúdos do 5º ano, por exemplo, centram-se em explicar o que é ser brasileiro, indicando uma ideia unificadora e reducionista da existência de um tipo brasileiro. O autor observa a ausência de referências aos termos socialismo, comunismo, anarquismo e marxismo, enquanto outros termos como stalinismo, fascismo e nazismo são mencionados. Ele entende que o debate se concentrou nos componentes curriculares e não foi oportunizada a discussão sobre os problemas cotidianos que ocorrem no ambiente escolar e que se convertem no motivo principal dos resultados insatisfatórios. Estes problemas dizem respeito às condições precárias de trabalho dos educadores, falta de políticas de permanência dos estudantes, dentre outros problemas. Para Calil (2015, p. 02),

O processo de construção das Bases Nacionais vem sendo marcado pelo autoritarismo em todas suas fases, desde a indicação dos especialistas que redigiram a proposta sem qualquer explicitação dos critérios adotados para sua escolha até a forma de gestão da chamada ‘consulta pública’. O pressuposto geral é que a prerrogativa de definir os conteúdos cabe ao MEC, e não às distintas áreas de conhecimento. A consulta pode apenas produzir ‘sugestões’, cuja sistematização é prerrogativa do MEC e seus assessores e especialistas. Nela certamente as contribuições qualificadas de profissionais da área se perderão em meio a torrentes de sugestões produzidas com finalidades as mais diversas, incluindo-se desde sugestões de grupos religiosos fundamentalistas em defesa do ensino do criacionismo até críticas de saudosistas da ditadura militar.

Considerando os aspectos apresentados, pode-se entender que, embora seja sustentado o discurso na BNCC sobre a necessidade da orientação sexual, conforme o quadro 1, a seguir, estas discussões que antes eram contempladas pelos Parâmetros Curriculares, agora denotam uma tentativa de neutralização das discussões sobre gênero, condições de ensino e demais temas relacionados à crítica social na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017).

| nº | Descrição das competências |
|----|--|
| 01 | Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. |
| 02 | Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. |
| 03 | Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural. |
| 04 | Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. |
| 05 | Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. |
| 06 | Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. |
| 07 | Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. |
| 08 | Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas. |
| 09 | Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. |
| 10 | Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. |

Quadro 1: As dez competências gerais da BNCC
Fonte: BNCC (2017, p.09)

Na análise do Quadro 1, é importante questionar se as variações culturais e econômicas dos municípios brasileiros possibilitarão as condições necessárias para

que as competências apresentadas sejam desenvolvidas segundo a realidade de cada escola. Destaca-se ainda a necessidade de investimento na formação docente, pois, como afirma Freire (2005, p. 80): “o educador é o sujeito de sua prática, cumprindo a ele criá-la e recriá-la. A formação do educador deve instrumentalizá-lo para que ele crie e recrie a sua prática através da reflexão sobre o seu cotidiano [...] deve ser constante, sistematizada, porque a prática se faz e se refaz”. É por meio da formação inicial e continuada que o professor encontrará subsídios para sua contínua atualização e aperfeiçoamento profissional, o que contribuirá na reflexão sobre o currículo. Freire (1987, p. 116) afirma que:

[...] o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição, um conjunto de ideias a ser depositado nos educandos, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada.

É oportuno o questionamento sobre a abertura que a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017) oferece para que os educadores sejam submetidos a pressões no sentido de seguir o currículo prescrito para que este seja tomado como receita a ser aplicada com os alunos. É preciso considerar ainda que há professores com déficit formativo e que enfrentam condições de trabalho às vezes precárias. Cara (2027, p. 07) caracteriza a BNCC como sendo um “desserviço na promoção de um controle injusto do trabalho docente, desvincilhado da oferta de condições de trabalho aos educadores e da boa prática pedagógica, que é obrigatoriamente dialógica, emancipatória e construtiva”.

No que se refere aos conteúdos propostos pela BNCC no Ensino Fundamental, esses são compostos por cinco áreas do conhecimento e nove componentes curriculares. As áreas do conhecimento são: linguagens que se subdivide em Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa; Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas, que se subdivide em História e Geografia e Ensino Religioso. Estes componentes curriculares são divididos em unidades temáticas que abrangem uma série de objetos de conhecimento, sendo que cada um deles corresponde a diversas habilidades, que se relacionam a variados objetos de conhecimento (conteúdos, conceitos e processos) que, por sua vez, são dispostos em unidades temáticas. Esta dinâmica de organização abre espaço para a abordagem multidisciplinar, que significa agrupar várias disciplinas em busca de um objetivo comum. O propósito apresentado é que esta forma de organização curricular favorece

o desenvolvimento de um conjunto de habilidades. Contudo, não há uma esclarecimento sobre como esta multidisciplinaridade poderia contribuir para a interdisciplinaridade, que seria a troca e o diálogo entre as disciplinas no sentido de promover reflexões que promovam abordagens mais aprofundadas dos conteúdos e desenvolvam a relação entre o que está sendo estudado e o contexto social, abrindo espaço para que o estudante se perceba como sujeito do processo.

Conforme Cara (2017, p. 05),

A BNCC homologada nasce velha e equivocada em termos pedagógicos – aliás, ela sequer considera a pedagogia. Criada por meio de um processo fantasioso de participação, inflado em 8.400%, resultou em um documento fraco, que não irá cumprir com sua missão: orientar o trabalho docente. Pelo contrário, servirá apenas para controlá-lo e desvalorizá-lo ainda mais. Enquanto ela existir (a BNCC), sua função residirá, exclusivamente, no subsídio às avaliações de larga escala e à produção de livros didáticos – o que, diante do obscurantismo da norma homologada, não é pouco, além de ser perigoso.

Uma questão a ser discutida é sobre como se moveram os interesses subjacentes para que a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017) fosse articulada desta forma. Neste sentido, Cara (2017, p. 07) pondera que buscou-se atender a uma política econômica pautada pelos desígnios do mercado financeiro uma vez que “a desconstrução da política de educação cumpre um papel importante: a educação é um direito que abre porta aos demais”.

Diante destas questões, pode-se pensar sobre as limitações que um currículo prescritivo impõe aos sistemas de ensino, questionando se há validade nesta organização curricular. Para Goodson (2007) o currículo prescritivo se desenvolve a partir da definição dos principais elementos utilizados na organização dos mecanismos que normatizam o ensino, por meio de vários segmentos e sequências de uma forma sistemática. A aceitação da prescrição envolve, sobretudo e de várias maneiras, a aceitação de modelos estabelecidos de relações de poder. Este tipo de currículo se estabelece e se perpetua quando encontra cúmplices, que fazem com que seu poder seja cotidiano e sem registros. “Os vestígios do poder cotidiano e da autonomia para as escolas e para os professores dependem de acatar a mentira fundamental” (GOODSON, 2007, p. 242).

Esses modelos estabelecidos indicam a influência do poder econômico sobre o que se quer que seja ensinado nas escolas brasileiras. Bernardi, Uczak e Rossi (2018) realizam uma abordagem sobre as relações do movimento empresarial na

política educativa nacional, indicando que o setor privado mercantil interferiu na elaboração da Base Nacional Comum Curricular- BNCC. As articulações empresariais foram no sentido de atender interesses próprios para os quais a educação serve como instrumento de implementação de políticas que venham subsidiar as necessidades do mercado econômico, ou seja, formar trabalhadores úteis, por meio de uma educação tecnicista.

A partir do momento que se compreende que a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017) tem como prioridade prescrever e que ela é voltada para a instrução, pode-se refletir que este documento restringe uma composição democrática de educação com base na cultura. Este ponto era justamente uma questão que o educador Paulo Freire discute por meio de seus pressupostos teóricos que serviram de referência para a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais e foram suprimidos na Base Nacional Comum Curricular de (2017). Isso porque, para Freire, a cultura se caracteriza como um fundamento essencial no trabalho educativo. Ele defendeu a ideia de que todos devem ter acesso aos bens culturais, discuti-los, apropriando-se destas aprendizagens para (re)construir sua relação com estes bens. Diante destas mudanças, cabe questionar como a cultura e o patrimônio cultural são abordados na BNCC.

2.2.2 A inserção do patrimônio cultural na Base Nacional Comum Curricular

A BNCC (BRASIL, 2017) se propõe a estabelecer relações entre os conhecimentos considerados fundamentais a serem desenvolvidos no currículo formado pela base comum e a parte diversificada para atender às necessidades de aprendizagem dos estudantes. Para tanto, apresenta os princípios éticos, políticos e estéticos como norteadores destas abordagens. O princípio ético abrange a diversidade cultural e ambiental; o princípio político engloba a capacidade de exercitar o diálogo e a criticidade e de inserção no mundo do trabalho; o princípio estético diz respeito à cultura, fruição das artes e a capacidade criativa.

As possibilidades de se trabalhar o patrimônio cultural nos anos iniciais do Ensino Fundamental a partir desta normativa geral estão pautadas nestes princípios e podem ocorrer por meio da abordagem dos conteúdos relacionados ao lugar em que a criança vive, a rua, o bairro, o município, o estado. Nas séries iniciais do Ensino

Fundamental, a BNCC apresenta títulos no sentido de direcionar os conteúdos a serem trabalhados em cada ano, em uma perspectiva supostamente de busca da diversidade e pluralidade. Apresenta conteúdos como sujeitos e grupos sociais para o 1º ano; grupos sociais e comunidades para o 2º ano; comunidades e outros lugares de vivência para o 3º ano, lugares de vivência e relações sociais para o 4º ano e mundos brasileiros para o 5º ano. O problema que precisa ser pensado é como isso será desenvolvido para que estes princípios não sejam tomados como meramente formais e sim aplicados às práticas desenvolvidas.

Na BNCC dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (BRASIL, 2017, p. 357) está expressa a importância da escola “valorizar e problematizar as vivências e experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos, por meio do lúdico, de trocas, da escuta e de falas sensíveis, nos diversos ambientes educativos (bibliotecas, pátio, praças, parques, museus, arquivos, entre outros)”. A ideia defendida no documento é que o aluno estude progressivamente a escola, a comunidade, o estado e o país. Para trabalhar estas questões, são sugeridas algumas metodologias como: trabalho de campo, entrevistas, observações, investigações, depoimentos, registros, dentre outros. Com isso, é feito um registro neste documento de que a normativa oferecerá ao aluno a oportunidade de compreender-se e compreender o seu entorno social. Resta saber como todas estas questões serão trabalhadas. É importante um olhar atento por parte dos docentes sobre como serão direcionados estes estudos para que haja o diálogo, a discussão e a problematização, e não a aceitação de diretrizes curriculares impostas no cotidiano escolar.

É necessário questionar, ainda, em quais condições o patrimônio cultural será abordado, qual o espaço que lhe será dado na matriz curricular e no Projeto Político Pedagógico de cada escola para que estas abordagens sejam aprofundadas, considerando que os documentos elaborados para atender às especificidades locais devem estar alinhados com a BNCC e não poderão desvirtuar aquilo que esta normativa geral propõe. É necessário pensar ainda sobre quais metodologias serão utilizadas no planejamento destas práticas e como os professores serão capacitados para a abordagem desta temática.

A abordagem da questão da pluralidade cultural na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), segundo Calil (2015, p. 08) produz contradições flagrantes, desconsiderando a multiplicidade cultural do território brasileiro e não possibilitando a compreensão da organização social, política, econômica e cultural.

A perspectiva liberal implica também em forte individualização da História, em oposição aos avanços consolidados pela História Social, o que enseja forte ênfase nos sujeitos individuais em detrimento das forças sociais. Assim no quarto ano do Ensino Fundamental, antes mesmo de serem apresentadas a qualquer noção sobre direitos sociais, as crianças aprenderão que 'as relações de consumo são regulamentadas pela legislação, por meio de estudo de documentos como o Código de Defesa do Consumidor, identificando mudanças e permanências nessas relações ao longo do tempo'. Como em momento algum serão apresentadas à história e ao conceito de capitalismo, certamente entenderão o consumo de mercadorias como natural e inevitável, ainda que com 'mudanças ao longo do tempo'.

Desta forma, não é oportunizada a democratização da cultura, no sentido de promover a reflexão sobre a posição que cada sujeito tem na sociedade e a transição do pensamento ingênuo ao pensamento crítico. A prática libertadora na educação implica em um diálogo horizontal entre professor e estudante que permita a compreensão da realidade. O homem é um ser que cria e recria, como indica Freire (1967) e, portanto, altera o mundo em que vive, por isso pode exercer um papel ativo na sociedade, transformando-a. A cultura tem uma dimensão humanista porque se apresenta como uma consequência das ações dos sujeitos no mundo, um resultado do seu esforço, uma agregação contínua das suas experiências. Sendo assim, a cultura na educação deve ser uma incorporação ao mesmo tempo crítica e criadora e não um ajuntamento de informações prontas que devem ser seguidas. Para que isso ocorra, um ponto fundamental é a democratização da cultura, que se impõe à sujeição de grupos dominantes que pretendem definir quais aspectos culturais devem ser mais valorizados em detrimento de outros. Esta democratização da cultura ocorre quando o sujeito assume a sua posição no mundo, reconhecendo que seu trabalho pode modificar a realidade.

A democratização da cultura proposta por Freire (2011) requer, em um primeiro momento, que os sujeitos diretamente envolvidos com as práticas educativas participem da elaboração das diretrizes que nortearão o trabalho pedagógico. Ainda que a BNCC tenha sido apresentada como uma normativa elaborada por toda a sociedade, as definições finais ficaram a cargo de um grupo convocado pelo Ministério da Educação, sendo que professores, pais e estudantes tiveram pouca representatividade nestas decisões finais da elaboração do documento, o que permite questionamentos sobre o seu caráter democrático.

As discussões sobre a educação patrimonial são necessárias para que seja possível fazer escolhas, definir objetivos, planejar como podem ser abordadas as

questões sobre o patrimônio cultural nas escolas. Ao discutir o currículo na ação educativa, Freire (2008) não desvincula a teoria da prática. Este educador entende que o currículo deve ser elaborado no sentido de emancipar o cidadão e não para atender aos interesses de alguns grupos. O autor enfatiza a importância do diálogo na elaboração do currículo e na prática educativa, pois somente assim a educação poderá contribuir para capacitar os estudantes a lerem o mundo.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017) destaca a importância da padronização curricular e se afasta das referências do currículo crítico proposto por Freire (2011), que se pauta no respeito à diversidade. Por isso, evidencia-se a preocupação sobre como serão trabalhadas as realidades locais, as especificidades culturais para que esta padronização não seja uma limitação no trabalho com o patrimônio cultural local. Difícil negar a possibilidade de retrocesso que a educação brasileira pode ter quando se pensa em seguir prescrições curriculares, correndo o risco de que o professor seja um mero transmissor de conhecimentos. Seria a educação bancária que Paulo Freire tanto criticou, aquela em que o professor deposita informações e o aluno retorna em forma de trabalhos avaliativos desprovidos de reflexão.

Tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, o estado de Santa Catarina elaborou o seu Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (Santa Catarina, 2019) e o município de Joinville construiu sua matriz curricular seguindo essa mesma normativa.

O Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense(2019) insere conteúdos relacionados à diversidade como princípio formativo (Educação Especial, Educação Escolar Quilombola, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar do Campo, Educação de Jovens e Adultos, Educação Ambiental, Educação para as Relações Étnico-raciais), complementando um espaço que havia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e atendendo diferentes legislações vigentes como a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), entre outras.

No que se refere aos anos iniciais do ensino fundamental são seguidas as normativas da BNCC utilizando inclusive as mesmas nomenclaturas. Essa situação também se aplica ao município de Joinville que na sua matriz curricular descreve os conteúdos a serem trabalhados do primeiro ao quinto ano dos anos iniciais seguindo a BNCC. Contudo, essas descrições são feitas de forma bastante genérica, havendo

uma sobrecarga de conteúdos a serem cumpridos, dificultando para que haja um aprofundamento sobre o patrimônio cultural material e imaterial.

Desta discussão sobre as bases teóricas que subsidiam a educação no Brasil, torna-se oportuno pensar sobre algumas possibilidades de articular a educação patrimonial nas escolas, por meio de estudo sobre as noções de currículo narrativo proposto por Goodson (2007), conforme será abordado no próximo capítulo. Esta discussão é precedida pela apresentação do percurso metodológico utilizado no desenvolvimento desta pesquisa. Por fim, o capítulo apresentará uma reflexão sobre como dez professoras percebem, significam e articulam em suas práticas pedagógicas o conjunto patrimonial da cidade de Joinville.

3 NARRATIVAS DOS PROFESSORES EM SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Com o objetivo de problematizar os desafios e as perspectivas teórico-práticas da educação patrimonial nos anos iniciais da rede pública municipal de Joinville, foi traçado um percurso metodológico, no sentido de caracterizar os procedimentos utilizados no decorrer da pesquisa. Este capítulo se destina inicialmente à caracterização da abordagem de pesquisa qualitativa e seu desenvolvimento com uso da metodologia da história oral e dos conceitos de currículo narrativo que serviram de referência para a pesquisa. Apresentam-se, ainda, os critérios utilizados para composição da amostra da pesquisa e os instrumentos utilizados na coleta de dados, bem como na análise e discussão dos relatos das professoras nas referidas entrevistas.

Quanto à abordagem, a presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa. De acordo com Bogdan e Biklen (2001), este tipo de investigação tem caráter subjetivo, pois sua ênfase está na compreensão do objeto de estudo e não em dados estatísticos que possam ser levantados sobre ele. Para desenvolvê-la, o pesquisador coleta informações descritivas, ou seja, palavras ou imagens ao invés de números. Estes resultados tendem a serem analisados de forma indutiva e o maior interesse da pesquisa está em conhecer as diferentes perspectivas dos participantes em relação ao tema estudado.

Segundo Marconi; Lakatos (2007), o enfoque qualitativo é utilizado em pesquisas sociais, pois o propósito não é oferecer respostas ao objetivo da pesquisa por meio de dados estatísticos e sim analisar documentos ou outras fontes de forma subjetiva, ou seja, buscando compreender o discurso subjacente aos dados coletados. Portanto, esse enfoque contribui na análise de entrevistas com perguntas em que a análise posteriormente será feita por meio da divisão em classes (categorias) que compõem os elementos mais importantes desta investigação. Conforme Gil (2009), é por meio da interpretação qualitativa que a compreensão de um grupo social em relação a determinado tema pode ser mais bem compreendida no contexto em que ocorre, possibilitando captar suas intencionalidades, a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas.

Por tratar-se de pesquisa com seres humanos, o projeto foi submetido previamente ao Comitê de Ética em Pesquisa da Univille, que emitiu parecer

favorável⁴. A coleta de dados foi desenvolvida por meio de entrevistas orais, conforme um roteiro de perguntas previamente elaborado, tendo como referência a metodologia da história oral (Apêndice B). As entrevistas foram realizadas no período de novembro 2019 a janeiro de 2020, com dez professoras dos anos iniciais da rede pública municipal de Joinville nas escolas em que as professoras participantes trabalhavam no período de realização da pesquisa. A definição desta amostra teve como critério o zoneamento das escolas na geografia do município, sendo quatro da zona Sul, quatro da zona Norte e duas da zona rural. Dentre as entrevistadas, nove atuavam no bloco 2, formado por professores pedagogos habilitados para anos iniciais que, na configuração da rede municipal de ensino de Joinville, lecionam somente nas disciplinas de História e Geografia; uma professora fazia parte do bloco 1, que é composto pelos professores que lecionam as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ensino Religioso⁵. As respostas das professoras, na análise interpretativa, foram identificadas pelas iniciais dos nomes das entrevistadas, atendendo à solicitação delas para que seus nomes não fossem registrados na íntegra no texto.

As referidas entrevistas foram realizadas a partir dos procedimentos metodológicos da História Oral, definida por Portelli (1997, p. 15) como “a ciência e arte do indivíduo”. Para ele, o uso desta metodologia contribui nas pesquisas sobre padrões culturais, estruturais e processos históricos, no sentido de aprofundar as abordagens sobre os temas investigados. Este processo se realiza por meio de conversas com pessoas que relatam suas experiências e memórias e as implicações que estas tiveram em suas vidas. Assim como a linguagem, a memória é social e se concretiza quando verbalizada pelas pessoas, por meio de instrumentos socialmente criados e compartilhados.

⁴ Parecer do Comitê de Ética número 3.619.237, emitido 03 de outubro de 2019.

⁵ A organização em bloco 1 e bloco 2 foi implementada em maio de 2018. Todos são formados em Pedagogia. Anteriormente a essa implementação o município não cumpria a lei federal que determina que a carga horária de hora atividade dos professores para planejamentos, correções, deve de 33% da carga horária total de trabalho. Foram tiradas duas disciplinas que eram ministradas pelos professores regentes da turma, resultando na contratação de Pedagogos para ministrarem as disciplinas de História e Geografia, surgindo então o bloco 2. Foram divididos os professores do bloco 1 que são os professores regentes que ministram Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Ensino Religioso e o professor de bloco 2 que leciona História e Geografia. Essa denominação refere-se aos professores do 1º ao 5º ano (JOINVILLE, Regimento Único das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, 2018).

De acordo com Alberti (1996), uma entrevista de História Oral oferece a possibilidade de apresentar relatos de ações passadas de forma simultânea aos resíduos de ações implicadas no contexto da sua realização. Por tratar-se de uma ação interativa, a entrevista registra uma conversa na qual o entrevistador procura oportunizar que o entrevistado discorra acerca de sua experiência. O espaço maior de fala é concedido ao entrevistado, mas há neste processo também parte do próprio relato do entrevistador acerca de ações passadas ligadas a conhecimentos científicos ou acadêmicos que ele tenha desenvolvido anteriormente. Quem está concedendo a entrevista, por sua vez, tem a oportunidade de modificar algumas convicções do entrevistador, por meio do seu relato. Ambos os participantes se interessam em interpretar o passado e desencadeiam ações neste sentido.

Neste sentido, Alberti (1996, p. 04), afirma que a especificidade e a possibilidade da História Oral é “documentar as ações de constituição de memórias. Tomar a entrevista como resíduo de ação, e não apenas como relato de ações passadas, é chamar a atenção para aquilo que se quer guardar como concebido legítimo, como memória”. Ela afirma ainda que esse procedimento de constituição de memórias não se trata de um processo cognitivo de rememoração e esquecimento, pois significa produzir uma nova forma para aquela ação interativa que está sendo transformada em objeto de estudo. Por isso, a história oral tem a possibilidade de indagar sobre a memória em um espaço no qual ela não é somente significada, mas também acontecimento. Isso porque, segundo Alberti (1996, p. 10)

[...] a história oral permite não apenas compreender como o passado é concebido pelas memórias, mas principalmente como essas memórias se constituíram. [...] E tomar a memória como fato permite entender como determinadas concepções do passado se tornaram coisas, sem o que as explicações do presente permanecem insuficientes. [...] A grande riqueza da história oral é ela permitir investigações sobre como representações se tornam fatos – o que pressupõe um caráter ‘acontecimental’ da memória, para além de sua função de ‘significar’ o passado.

Assim, a História Oral oferece a possibilidade de pesquisar como se manifestam as percepções dos participantes sobre determinados fatos sociais relacionados ao objeto de estudo e quais as implicações podem ser percebidas na fala do entrevistado em relação a esses fatos. Esta metodologia foi aplicada em uma pesquisa na área da educação por Silva (2020), que utilizou a História Oral para entrevistar cinco professores de diferentes disciplinas específicas (História Antiga, História da África, História Moderna, História do Brasil e História da América) dos

cursos de graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP). A aplicação da metodologia da História Oral, no caso da pesquisa de Silva (2020, p. 111), foi direcionada para investigar “os sentidos atribuídos à docência universitária, como entendem o papel de professores formadores de professores de História e que relações estabelecem com o ensino de História”.

Na presente pesquisa, foram analisadas as narrativas das professoras da rede pública municipal de Joinville, a partir de suas práticas pedagógicas e suas percepções sobre o valor e a importância dos bens patrimoniais deste município, visando compreender como se constrói, na escola, a relação entre patrimônio e sociedade. A análise destes relatos contribuiu também para conhecer as perspectivas e os interesses destas educadoras quanto à participação em discussões e projetos sobre educação patrimonial para a elaboração de seu plano de ensino e demais práticas pedagógicas. Na transcrição das entrevistas, os relatos das professoras foram identificados pelas letras iniciais de seus nomes. Belei et al. (2008, p. 180) recomendam o uso de gravadores para que seja preservado o conteúdo fornecido pelo entrevistado, com os registros das “palavras, silêncios, vacilações e mudanças no tom de voz, além de permitir maior atenção ao entrevistado”. As entrevistas realizadas foram áudio-gravadas e após sua finalização, o Termo de Consentimento (Apêndice A) foi assinado por cada uma das professoras. Além do áudio, foram produzidas transcrições para auxiliar a análise e interpretação (Apêndice C).

A pesquisa foi desenvolvida tendo como referência o conceito de currículo narrativo proposto pelo pesquisador Ivor Goodson da University of Brighton, Education Research Centre, que examinou algumas possibilidades de reorganização do currículo e propôs estudos e projetos com base nas narrativas de aprendizagem. Trata-se de alternativa de trabalhar a educação a partir de diferentes acepções das configurações de aprendizagem que aceitam o currículo prescritivo. Goodson (2007, p. 249) desenvolveu um estudo com o objetivo de melhor compreender o “sentido e o significado da aprendizagem informal nas vidas dos adultos, e também identificar as formas pelas quais o aprendizado de adultos pode ser apoiado e intensificado”. A referida pesquisa desenvolveu-se a partir da “aprendizagem narrativa – um tipo de aprendizagem que se desenvolve na elaboração e na manutenção continuada de uma narrativa de vida ou de identidade”. Ele partiu da ideia de que, dentre “[...] os motivos

que emergem na aprendizagem narrativa estão o trajeto, a busca e o sonho – todos eles motivos centrais para a contínua elaboração de uma missão de vida”. A partir dos estudos desenvolvidos, este pesquisador formulou propostas no sentido de entender a forma como as pessoas aprendem ao longo da vida, o que pressupõe uma maneira diferenciada de pesquisa com base no conceito de capital narrativo, ou seja, os sentidos construídos pelos relatos dos entrevistados. Estes estudos podem contribuir para se compreender como os relatos dos participantes pode elucidar respostas de aprendizagem visando captar algum sentido na questão do engajamento com a aprendizagem, em sua relação com pessoas vivendo suas vidas.

[...] ver a aprendizagem como algo ligado à história de vida é entender que ela está situada em um contexto, e que também tem história – tanto em termos de histórias de vida dos indivíduos e histórias e trajetórias das instituições que oferecem oportunidades formais de aprendizagem, como de histórias de comunidades e situações em que a aprendizagem informal se desenvolve (GOODSON, 2007, p. 249).

Nesta perspectiva, o currículo narrativo pode ser entendido como uma trajetória a ser percorrida por um grupo de educadores no sentido de construir meios que contribuam para relacionar a aprendizagem à história de vida dos sujeitos envolvidos neste processo. Por tratar-se de um estudo que envolveu a inserção da pesquisadora no contexto da rede pública municipal de Joinville, para pesquisa junto às professoras, foi desenvolvida uma pesquisa-intervenção. Esta é caracterizada por Portugal (2008, p. 18) como sendo “[...] uma opção política diante das formas de dominação em que há participação de práticas acadêmicas”. Desta forma, a pesquisa-intervenção desvia-se da forma padrão na qual o pesquisador se restringe a observar a realidade e passa a intervir no contexto em que se insere.

3.1 Análise e discussão dos relatos das professoras

3.1.1 Perfil das professoras

Foram entrevistadas dez professoras da rede pública municipal de Joinville, com idade entre 25 e 55 anos; seis delas nasceram nesta cidade, duas em São Paulo, uma em Brasília e uma em Goioerê (PR). O perfil das entrevistadas denota atuação na área da educação, conhecimento sobre o desenvolvimento infantil e ampla experiência no trabalho com crianças dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao

5º ano). Os períodos de trabalho variaram de quatro a trinta e seis anos de serviço, sendo: quatro delas com até dez anos de trabalho, cinco que já trabalharam por períodos de dez a 20 anos e uma com 35 anos de magistério. Dentre elas, quatro já trabalharam também em escolas particulares.

O relato da professora a seguir indica que a atividade docente requer dela grande envolvimento. Por isso, em algumas situações, ela teve dificuldades de conciliar as atividades profissionais com a vida pessoal nas relações com a família e precisou fazer escolhas.

T.N: [...] eu comecei em 2010, mas eu fiquei grávida em 2012, tive o Davi e fiquei em casa por seis anos. Comecei a trabalhar no ano passado. Por toda questão de cuidado, quem é pedagoga sabe o quão é importante ficar em casa com o filho e dar todo o suporte até os seis anos, por causa da questão da maturidade.

Esta professora traz um pouco da sua história de vida como mãe e pedagoga, indicando que o seu conhecimento sobre o desenvolvimento infantil lhe faz pensar sobre a necessidade que um filho até seis anos de idade tem quanto à presença da mãe. Esta consciência mostra também o seu modo de perceber o trabalho com as crianças, o qual não está desvinculado de sua trajetória de vida.

O relato de uma professora que atuou em outra atividade profissional indica as razões pelas quais ela migrou para o magistério. Segundo C.A.P. “É uma área que eu sempre gostei, área da educação, a escola sempre me fascinou. [...] Acabei indo para a área da Pedagogia”. A resposta dessa professora mostra seu vínculo com a educação e com a Pedagogia como uma opção de vida, já que fez questão de destacar a ruptura que operou quando escolheu ingressar na formação e na carreira do magistério.

As experiências da professora com maior tempo de magistério ocorreram na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental:

S.Z.F: [...] Eu iniciei com os pequenos na Educação Infantil e fiquei muitos anos no antigo “pré”, que agora é o primeiro ano e, depois, eu trabalhei um pouco no primeiro ano, no segundo ano e no terceiro ano. Eu me aposentei na rede particular, prestei o concurso para o município e vou fazer dez anos agora de trabalho na rede municipal. Ano passado, eu vim para essa escola, o Avelino Marcante, onde eu fui desafiada a trabalhar com um quinto ano. E esse ano, eu mudei de novo e fui para o bloco dois, onde eu sou professora de História e Geografia do primeiro ao quinto ano.

Além de denotar experiência, tanto na rede particular quanto na rede pública de ensino, e de ter trabalhado desde a Educação Infantil até o quinto ano do Ensino Fundamental, a fala da professora indica que sua profissionalidade é pautada por suas disposições em aceitar novos desafios lançados nas escolas por onde percorreu como docente.

Ainda que a maioria das professoras tenha relatado experiência na docência maior que dez anos, sete delas iniciaram suas atividades na escola no ano de realização das entrevistas, o que mostra certa rotatividade nas unidades escolares: uma professora é efetiva há quatorze anos; uma há dez anos e a outra há cinco anos. Dentre elas, seis trabalham somente nas escolas em que foram realizadas as entrevistas, enquanto três têm carga horária também em outra escola pública e uma trabalha em escola particular no contraturno. No que se refere às turmas com as quais estavam trabalhando, oito professoras indicaram que atuavam do 1º ao 5º ano, nas disciplinas de História e Geografia. Dentre elas, uma trabalha com turmas multisseriadas de 4º e 5º ano e uma trabalha de manhã com o 3º ano e à tarde em turmas multisseriadas de 2º e 3º anos. Quanto às duas demais professoras, uma é alfabetizadora no 1º ano e uma trabalha com 1º ano, 4º ano e educação plena⁶, além de também atuar no 9º ano na disciplina de Ensino Religioso. Portanto, houve maior participação nas entrevistas de professoras que atuam nas disciplinas de História e Geografia⁷.

3.1.2 Educação patrimonial na formação inicial e continuada das professoras

Os relatos das professoras sobre sua formação inicial e continuada indicaram que todas são graduadas em Pedagogia; quatro têm especialização na área da educação, sendo que uma delas fez vários cursos de pós-graduação *lato sensu* e, dentre elas, uma tem duas especializações e outra fez três cursos de pós-graduação e estava fazendo mais dois:

J.E.B: [...] em práticas psicopedagógicas, tenho uma pós também em alfabetização e letramento e tenho uma outra pós em Psicologia Comportamental e Desenvolvimento em Sala de Aula. Atualmente eu faço

⁶ A denominação Educação Plena no município de Joinville é dada para as atividades pedagógicas desenvolvidas por meio de oficinas no contraturno escolar.

⁷ A distribuição das aulas na Rede Municipal de Ensino de Joinville, conforme a Matriz Curricular dos anos iniciais do Ensino Fundamental (2017), define que as turmas dos anos iniciais devem ter uma aula semanal de História e uma aula semanal de Geografia.

especialização em Psicopedagogia, e também em Neuropsicopedagogia e ainda faço especialização em Altas Habilidades, é um campo de trabalho que hoje tem demandas porque há muitas crianças com altas habilidades [...].

Uma das professoras é Mestre em Ensino de Ciências, Matemática e Tecnologias. Estes dados apontam para o interesse por parte das professoras no aperfeiçoamento profissional por meio dos cursos de formação continuada, em um movimento de aprender e ensinar, o que remete aos estudos de Freire (2005, p. 51): “[...] aprendi na caminhada que é condição fundamental para continuar caminhando estar sempre aberto à aprendizagem”.

Contudo, nos relatos das professoras, ao serem questionadas se em algum momento da sua formação estudaram ou ouviram falar sobre o tema patrimônio cultural, foi possível constatar a insuficiência de abordagens sobre este assunto nos cursos de formação, pois sete educadoras afirmaram que não ouviram falar ou não se lembravam. Conforme M.H.K.A. “Patrimônio Cultural, não me lembro de ter visto isso na Faculdade. Talvez eu tenha visto na pós, mas como era um dia inteiro de aula, então não é uma coisa muito aprofundada”. Com isso, percebe-se que, em alguns casos, há uma distância entre as propostas dos cursos de formação de educadores e a realização de discussões sobre práticas que sustentem o estudo dos temas que envolvem a relação do aluno com a sociedade, sua história e suas referências culturais.

S.Z.F: [...] eu agora estou mais envolvida na área da História e Geografia, principalmente a História, e tenho me deparado com isso. [...] ouvimos falar de patrimônio porque isso é uma coisa que faz parte das nossas vidas, mas não que a escola tivesse me dado estes caminhos.

A fala desta professora denota que as referências não obtidas nos cursos de formação sobre o patrimônio fizeram-se necessárias depois na sua prática. Ela reconhece o patrimônio como elemento integrante da vida das pessoas, mas foi a necessidade de trabalhar com esse tema com os alunos que a levou a buscar informações por meio de pesquisas que ela desenvolveu de forma autônoma. Outro relato mostrou indícios de que houve estudos sobre o tema no período de formação:

C.A.P.: Eu estudei na época da faculdade, tanto em disciplinas específicas de História da Educação. Na área de História particularmente sempre tive curiosidade. No curso de mestrado parti mais para a área das tecnologias, como essas influenciam no processo de ensino aprendizagem no ensino básico, no fundamental aqui de Joinville. Por isso, não chegamos a entrar especificamente nessa área de História.

Somente uma professora relatou ter participado de uma experiência significativa envolvendo patrimônio cultural no período de formação acadêmica. Ela conta sobre algumas circunstâncias, o período, o local e as pessoas envolvidas naquelas vivências, trazendo à tona lembranças que foram marcantes daquela atividade:

T.N: Sim, estudamos. Foi em 2011, eu voltei para a faculdade e eu já tinha as matérias específicas que precisavam ser estudadas. Como eu já tinha feito aquela matéria, não precisei fazer de novo. [...] Era História...alguma coisa voltada para a História. A questão patrimonial [estudada foi] museu e questão indígena, fomos numa tribo aqui em Araquari. [...] Foi bem legal. A professora era engajada com isso. [...] E daí ela nos levou para ver como era a educação dentro da tribo.

Nessa memória a entrevistada fala da atividade da qual ela participou e assinala lembranças da postura da professora dela. Essa memória emerge como uma forma de conectá-la com o patrimônio, por meio de uma experiência passada que merece ênfase porque foi significativa e que, naquele momento, ela quis compartilhar. Essa experiência se aproxima da proposta de Freire (1969), pois naquela vivência houve uma apropriação do conhecimento sobre a temática que estava sendo estudada, criando a possibilidade de posteriormente este conhecimento ser aplicado em suas práticas pedagógicas.

As professoras que fizeram referência a terem ouvido falar ou vivenciado alguma experiência envolvendo patrimônio cultural relacionaram estes momentos somente à disciplina de História. Diante da necessidade de reflexão sobre o papel do ser humano no contexto social, que por meio de suas ações interage no espaço, construindo a cultura, estas abordagens têm o potencial de serem mais abrangentes quando os conteúdos não são trabalhados exclusivamente na disciplina de História ou de Geografia e sim com o envolvimento de outras áreas em projetos interdisciplinares.

3.1.3 As percepções das professoras sobre a temática do patrimônio cultural

As respostas das entrevistadas demonstraram que, em suas percepções, o tema patrimônio cultural está ligado ao seu ofício de professora. De acordo com C.A.P. “Muito. Até quando eu não era professora específica da área de História e Geografia, é algo que a gente precisa trabalhar até em relação à escola”. O patrimônio cultural

também foi relacionado com locais e alguns epítetos atribuídos a Joinville, conforme o relato:

L.R.P: Eu vejo na nossa cultura. É a história de Joinville. Eu morei e moro aqui desde que eu nasci, nunca saí de Joinville. Quando vêm pessoas, amigos de fora, parentes, tem uns lugares para mostrar, a própria entrada de Joinville é linda, ali eles têm a curiosidade, nossa cidade das flores, cidade das bicicletas, cidade da dança, que hoje é reconhecida mundialmente. Eu acredito que não só para eles, mas para nós também é importante isso. [...] ainda é muito fraco isso, deveria ser mais explorado nas escolas e não só nas escolas, a administração de Joinville [deveria] colocar isso mais a fundo. [...] eu vejo que nós temos ainda as nossas casas enxaimel. [...] não só aqui na cidade de Joinville, mas em Pirabeiraba, aqui perto tem vários lugares maravilhosos em que dá para fazer visitas. Quando se trabalha isso com a criança se percebe que é onde eles visitam, passam, nem que seja de carro, mas dizem: 'Prof. eu já vi isso'; 'Essa casa eu também já vi'. É um cotidiano deles, pois vão até o shopping e, no caminho, na rua se pode ver essas estruturas de Joinville.

Alguns depoimentos evidenciam uma concepção voltada aos elementos que tradicionalmente têm sido mais focados nos espaços sociais quando se fala do patrimônio cultural de Joinville, como as casas “enxaimel”, os epítetos “cidade das flores”⁸, “cidade das bicicletas”⁹, “cidade da dança”¹⁰. Algumas percepções sobre o que é o patrimônio cultural podem também estar associadas aos bens culturais que mais são evidenciados pela mídia e outros meios de divulgação sobre a cidade e a região.

São oportunas as explicações de Gonçalves (2014) a esse respeito ao afirmar que aquilo que se considera como o patrimônio cultural de uma cidade é consequência de um processo de mapeamento, identificação, seleção e estudo dirigido por agências designadas para esse fim. Importante retomar aqui as duas concepções apresentadas pela autora, a partir das quais o patrimônio cultural pode ser visto: na primeira, é algo definido por valores que lhes são próprios, e que são identificados e disseminados por

⁸ As construções enxaimel como representativas da arquitetura local e o título de “Cidades das Flores” atribuídos a Joinville estão ligados à colonização da região pelos imigrantes, em sua maioria de origem germânica. Em seu processo histórico, a cidade recebeu novos contingentes de imigrantes e diversas influências, passando por transformações culturais contínuas que evidenciam possibilidades para que outros aspectos da cidade possam ser utilizados para caracterizá-la.

⁹ De acordo com a Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville (2016) Joinville recebeu o título “Cidade das Bicicletas” por conta da expansão industrial na década de 1970, devido à quantidade de bicicletas que os trabalhadores colocaram em circulação. O imaginário social joinvilense incorporou esta denominação e um número considerável de operários continuam a utilizar a bicicleta para o transporte diário.

¹⁰ Joinville é reconhecida como a Capital Nacional da Dança pela Lei nº 13.314 por sediar o Festival de Dança e por abrigar a única filial da Escola do Teatro Bolshoi fora da Rússia (<https://senado.jusbrasil.com.br>, 2020).

um determinado grupo social que presumidamente representa uma totalidade; na segunda, é entendido ou como processo, uma ideia construída no presente, sempre reaberta, uma manifestação cultural que implica em compartilhamento e não atribui ao patrimônio sentidos homogêneos.

Nas entrevistas realizadas, alguns relatos indicaram as percepções sobre o patrimônio cultural a partir de uma visão que se aproxima mais da primeira concepção apresentada. Houve relato que indicou que os estudantes têm assimilado a história de Joinville bastante ligada à imigração e à expectativa da vinda do príncipe de Joinville e da princesa para morar na casa que teria sido construída com esta finalidade¹¹.

E.C.S.B: [...] No quarto e no quinto ano eles se interessam muito pelos imigrantes que vieram para o Brasil, principalmente aqui para Joinville. A família real portuguesa para eles é muito interessante. Os alunos se interessam em saber que a princesa veio de Portugal, que ela se casou na França (eles achavam até então que ela tinha vindo aqui para Joinville). Descobriram que ela não veio, mas mesmo assim já é um ponto máximo que a casa foi construída, foi mobiliada para receber o príncipe e a princesa. Para eles a parte da família real, dos imigrantes é bem atrativa.

Percebe-se a necessidade de abordar a história de Joinville de forma crítica, pesquisando os fatos e suas interpretações, buscando conhecer quais informações que os alunos têm como predominantes e como podem ser discutidas estas questões. Alguns relatos neste sentido parecem trazer à tona uma memória coletiva sobre a cidade, que é criada e difundida por opiniões supostamente predominantes. É importante refletir sobre as implicações que estes aspectos têm quando se pensa o patrimônio de Joinville no sentido de não excluir outros bens culturais que não fazem parte da lógica patrimonial que se pressupõe dominante.

Essa contrapartida foi observada nos relatos que trouxeram outros olhares sobre a cidade, voltando-se para bens culturais mais próximos do aluno, com os quais ele interage cotidianamente. Neste sentido, as professoras estabeleceram relações entre o patrimônio cultural e o entorno da escola, o lugar onde os alunos moram, a comunidade, como no relato de E.C.S.B. que afirma “sim, a gente tem que saber disso principalmente quando é dentro da nossa cidade, quando é próximo ao nosso bairro, é importante a gente ter essa interação”.

¹¹ Em 1843 a filha de Dom Pedro 1º casou-se com um príncipe francês e ganhou como dote um terreno perto da colônia de São Francisco, atual Joinville, que ficou conhecida como “Cidade do Príncipes” ainda que o casal nunca tenha vindo à Joinville (CARVALHO, 2007).

A relação entre educação e os bens culturais foi evidenciada em algumas falas que mostram o patrimônio cultural como algo presente na vida das pessoas em diversos espaços da cidade. Conforme a percepção de C.A.P. “[...] o CAIC Francisco fez vinte anos agora, há professores que estão lá desde o começo e que agora têm aula com os filhos dos alunos que já tinham”. Esta professora faz referência ao fato de que as histórias de vida dos professores se entrelaçam com a história da própria escola, em um processo em que são construídas memórias individuais e coletivas. Ela também se remete às especificidades de bairros de Joinville, por vezes marginalizados, mencionando a importância de se estudar sua história, como esses se compõem e se caracterizam. O relato a seguir aponta para discussões sobre a desigualdade socioeconômica existente no município, que muitas vezes se converte em estigmatização dos bairros mais pobres.

C.A.P: Trabalhamos [a história] na escola, independente se eu trabalhasse, por exemplo, no Jardim Paraíso. Eu fiz um trabalho também sobre o Jardim Paraíso, que é tão estigmatizado, marginalizado em Joinville e sobre o que se pode fazer para melhorar a história do Jardim Paraíso. Isso é muito importante, até quando se explica os conteúdos em Português, Matemática, para nós que trabalhamos do primeiro ao quinto com todas as disciplinas, como História, Geografia, Ciências e as demais. Sobre a educação patrimonial, eu falo em relação à nomenclatura, porque às vezes damos uma assustada falando que é sobre ‘educação patrimonial’, mas na verdade trabalhamos o tempo inteiro na sala de aula, seja falando da comunidade e da escola, seja falando do nosso bairro ou da nossa cidade.

Por meio da fala de algumas professoras foi possível perceber que há interesse dos alunos em estudar os assuntos de História, pois quando foi perguntado se eles gostam de falar de História, a educadora T.N. respondeu: “Falam, eles adoram e já vão emendando com outras coisas”. O relato de S.Z.F. vai no mesmo sentido: “Tudo depende da forma como o assunto é conduzido...se você mostra que isso é uma coisa interessante, eles vão contigo, eles viajam nas histórias. Vai depender muito do que se traz e da importância que é dada para isso”. Esta professora menciona que quando são utilizadas metodologias como o diálogo, por meio de perguntas que favoreçam para que o aluno participe da aula, quando ele pode se relacionar de forma interativa com o objeto de estudo, o interesse em estudar a história é maior.

A necessidade de educar para a manutenção, a conservação, enfim o cuidado com o patrimônio cultural foi mencionado por algumas entrevistadas. Segundo M.H.K.A. “É importante eles saberem o que é o patrimônio cultural, como conservar, como manter”.

M.G.A.A.M: Eu acho importante. [...] primeiro para as crianças conhecerem que a cidade tem um patrimônio, que nós temos que preservar esse patrimônio, que tudo é um patrimônio, que é nosso patrimônio. Eu acredito que temos que primeiro ensinar as crianças a cuidarem do patrimônio, hoje em dia eles também não têm muito a visão de cuidar, de preservar a história, destroem tudo. É um papel fundamental da escola reforçar, embora os pais também têm essa função em casa, sobre todo o patrimônio que possuímos, sobre como cuidar, sobre como preservar. Eu acredito que a escola está bem ligada sim. [...] trabalhamos sobre o meio ambiente, porque muitas vezes eles não têm esta noção, principalmente quando se trata de público. A impressão que temos [é] de que quando é privado eles querem cuidar e quando é público podem destruir. É fundamental trabalharmos com isso, é cultural, sendo público ou privado, temos que preservar.

Esta preocupação demonstrada na fala das professoras indica a percepção delas de que deve haver uma responsabilidade coletiva quanto à preservação dos bens patrimonializados. Em contrapartida, é relevante pensar que a preservação não se contrapõe à interação do aluno com os bens culturais, pois é a partir destas vivências que este interlocutor poderá experimentar o sentimento do contato com o passado, percebendo que esse exerce uma função no presente. Na medida em que proporciona a interação entre o estudante e o patrimônio cultural, a educação se torna mediadora da relação que ele vai estabelecendo com estes bens culturais. O relato de uma professora mostra a necessidade de o estudante interagir com os bens culturais.

E.C.S.B: A criança precisa desde cedo interagir com a história, saber de que maneira foi feito [...] ela se apossa de um conhecimento [e] tira as conclusões dela, tira as perguntas dela, as dúvidas dela surgem [e] são esclarecidas em sala ou até em trabalhos, em pesquisas. [...] principalmente esses prédios mais antigos, as casas mais antigas, bairros que já têm um certo tempo de construção. É muito importante a estrutura dos prédios, das casas, para as crianças conhecerem como era antes e o que mudou, como foi se transformando. Tudo isso para eles é bom.

Entretanto, alguns comentários das entrevistadas indicaram incertezas quanto à associação entre educação e patrimônio na percepção de algumas professoras. C.S.A. afirmou que “[...] depende, às vezes parece que sim e às vezes parece que não”. Para M.H.K.A. “Tem, bastante patrimônio, mas nem o professor sabe que aquilo é um patrimônio. A gente sabe ‘um Museu’, ‘o Sambaqui’, ‘poetas, escritores’ viraram patrimônio, mas você nem sabe que é”. J.E.B. afirma “[...] eu conheci mesmo a relação de patrimônio quando eu peguei a matriz curricular do quarto ano, eu tive que pesquisar [...]”.

Uma professora teve inicialmente dúvidas ao falar sobre as suas percepções sobre o patrimônio cultural, porém posteriormente expressou sua opinião: S.Z.F. [...]

“não sei, acho que não. [...] conversamos com as crianças sobre a história das coisas, do seu passado e tem coisas que precisam ser preservadas. [...] a partir disso se pode fazer sim um viés com a coisa do patrimônio”. Apesar das dúvidas observadas nas respostas das professoras, elas foram unânimes em responder que consideram importante a experiência das crianças de estudarem o patrimônio. Neste sentido, C.S. afirma: “Com toda certeza, porque com isso ela vai conhecer mais a cidade, é muito importante”; E.C.S.B. afirma: “Sim, eu acho que sim, principalmente em História”. Para outra professora:

C.A.P: [...] a criança precisa se perceber como agente transformadora da sociedade, porque enquanto ela não consegue se entender como agente transformadora, ela acaba não refletindo sobre algumas questões, algumas políticas sociais e econômicas que são importantes para toda uma comunidade.

Esta professora faz referência ao estudo crítico da História, que problematiza as questões políticas e econômicas, que discute sobre a cultura, favorecendo para que o estudante pense sobre como a sociedade se constrói e desenvolva mecanismos para atuar nela. Este envolvimento do estudante com o meio social em que vive, mediado pela escola, foi evidenciado no comentário de outra professora como uma forma de construir conhecimentos, que se contrapõem à “alienação”.

T.N.: A questão de saber onde você está morando, o lugar que você tem, a cultura. Por exemplo, o Juarez Machado, nós temos um pintor aqui em Joinville. Ele tem um grande nome e as pessoas não sabem. Elas não têm cultura, não é que não querem aprender, ninguém ensina para elas que tem essa cultura. Nós temos os museus e isso é uma informação boa, isso faz bem para a nossa cidade. [...] muitas coisas aqui na nossa cidade nós não conseguimos perceber porque ninguém mostra, porque cultura é uma coisa que abre a mente das pessoas e eles querem pessoas alienadas.

Este relato faz pensar na função da escola enquanto mediadora no processo de construção do conhecimento do estudante sobre o meio social e na forma como esse se insere na sociedade. Cabe aqui um diálogo sobre a construção do conhecimento que converge com a discussão apresentada pela professora. Trata-se da visão de aprendizagem embasada em Freire (1983). Para este educador, conhecer é uma atitude curiosa do sujeito diante da realidade. Conhecer requer uma ação transformadora de apropriação daquilo que é aprendido e aplicação deste conhecimento em situações existenciais concretas.

As abordagens sobre o patrimônio cultural nas escolas passam, necessariamente, pelo conhecimento dos educadores sobre o tema. As entrevistadas foram unânimes em afirmar que é importante desenvolver esses saberes. Segundo C.S. “[...] é porque eu preciso estar à parte dos patrimônios da cidade, para passar para os meus alunos como um conhecimento”. De acordo com C.S.A. “é importante porque tem coisas de patrimônio que nem sabemos que existem”. E para E.C.S.B. “Sim. Conhecer o patrimônio, porque aquele prédio foi construído, como foi, em que época, até para trazer isso para a sala de aula”. Nesta mesma perspectiva, L.R.P. afirma que “Sim. Com certeza, porque é uma troca”. Para outra professora,

J.E.B: É importante para o professor conhecer, porque o que não se ensina, também não conhece. Não é assim 'eu vou estudar isso porque eu quero' não, você tem que mostrar a importância de conhecer [...]. Antes de eu entrar com as matérias de História e Geografia, muitas coisas eu não conhecia ou eu nem lembrava porque eu aprendi quando eu estava no Ensino Fundamental.

As professoras, em suas falas, mostraram que a compreensão da lógica patrimonial é um ponto significativo para que elas possam melhor desenvolver suas práticas com os estudantes. Outro relato mostrou a necessidade do conhecimento do professor para um melhor direcionamento e aprofundamento das abordagens sobre o patrimônio cultural:

M.H.K.A: Sim, eu acho que nós deveríamos saber. [...] esses professores que pegam aulas de História e Geografia deveriam ter uma base mais profunda para tratar com as crianças. [...] temos que passar para as crianças tudo o que elas precisam aprender. E patrimônio cultural, se não passarmos para a criança, como ela vai passar para o filho depois? Como é que os alunos vão ensinar os pais em casa? Porque muitos pais também não têm estudos.

Esse relato expôs a ideia de que a escola, por meio do aluno, muitas vezes chega às famílias. Interessante esta observação do ponto de vista de que o conhecimento que o aluno passa a ter por meio das práticas pedagógicas pode chegar até seus pais e um dia será ensinado também aos seus filhos. Com isso, pode-se pensar que, se a escola tiver como um dos seus propósitos educar o olhar para ver a cidade e a sua história, ela estará não apenas construindo conhecimentos para a geração atual, mas também para as famílias e as futuras gerações. Por isso, como diz uma professora:

T.N: O papel da escola é abrir o mundo [para as] crianças, com informações. Não mentiras, eu falo muito para eles sobre as questões da história que o povo conta e da história 'por trás', as verdades que muitas vezes são colocadas para nós desde pequenos e que se ensinar aquilo porque está num livro.

A fala da professora apresentada acima indica que, para ela, o sentido de “verdade” parece aludir às repetições ditadas às crianças fora do ambiente escolar, cabendo à escola questioná-las com outras “informações”, inclusive indo além do que está “num livro” sobre a história da cidade em que vivem.

3.1.4 Percepções das professoras sobre a relação entre o patrimônio cultural e a escola em que trabalham

O diálogo com as professoras investigou também se em algum momento da sua trajetória profissional nas escolas em que trabalharam elas haviam ouvido falar sobre patrimônio cultural. Houve referências sobre conteúdos relacionados aos bens culturais e que não aparecem com esta nomenclatura, mas que são trabalhados com o propósito de discutir este tema na escola. Segundo o relato de uma professora,

J.E.B: Não com o tema patrimônio cultural, mas na matriz curricular do quarto ano [...] só tem sobre o município de Joinville. Já o quinto ano estuda sobre Santa Catarina, o Estado, não entra nada de Joinville. Olhando a matriz e conforme fomos trabalhando, tinha até o tema patrimônio cultural, só que para trabalhar isso com as crianças é mais complicado hoje, porque a escola que eu trabalho atualmente a gente tem muitas dificuldades financeiras.

A matriz curricular da rede pública municipal de Joinville segue a normativa da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), sendo que ambas servem de norte para as práticas pedagógicas nas escolas. Nesta matriz, as disciplinas de História e Geografia passaram a ser ministradas por professores específicos, o que trouxe benefícios ao ensino, na opinião da professora apresentada a seguir:

C.A.P: [...] há alguns anos aqui em Joinville, antes de o município atender à lei dos trinta e três por cento, os professores em sala de aula de História e de Geografia tinham a matriz, mas os conteúdos eram passados de forma muito superficial, eu sei porque eu era uma dessas professoras. Acabávamos direcionando a História e a Geografia, tínhamos aquela responsabilidade de [que] todos os pontos da matriz fossem contemplados, mas sempre foi primordial trabalhar o Português e a Matemática, pois a Provinha Brasil, que é uma prova de avaliação nacional, avalia essas duas disciplinas. A partir de dois mil e dezoito a prefeitura atendeu a lei federal dos trinta e três por cento de hora atividade e as disciplinas de História e Geografia ficaram com professor específico. Apesar dessas disciplinas serem bem parecidas, as crianças conseguem ver e diferenciar desde o começo o que é História e o

que é Geografia. A partir desse momento tem sido muito importante porque começamos a direcionar as aulas sem perder a alfabetização e as questões específicas de cada etapa. É um trabalho a longo prazo: dois mil e dezoito, dois mil e dezenove e agora dois mil e vinte, vamos precisar de alguns anos para perceber que teve esse efeito que eu já consigo perceber no dia a dia.

Entretanto, algumas professoras comentaram que os indícios relacionados ao patrimônio cultural nas referidas normativas são insuficientes para orientar os profissionais da educação visando à aprendizagem dos alunos, no que se refere a essa temática. Conforme M.H.K.A. “[...] temos umas pitadas na matriz curricular, mas não é nada que a criança vai sair daqui sabendo com clareza o que é, como conservar ou para que serve”. Com isso, pode-se deduzir que os conteúdos e direcionamentos presentes na matriz curricular do município, na opinião dessa professora, não atendem às necessidades existentes, de modo a subsidiá-la na elaboração do seu plano de aula para o desenvolvimento das práticas envolvendo o patrimônio cultural na escola.

Outro documento que pode contribuir neste sentido dentro das unidades educativas é o Projeto Político Pedagógico – PPP. Os resultados das entrevistas realizadas indicaram que, dentre as dez professoras entrevistadas, seis não sabiam informar se o Projeto Político Pedagógico da escola contempla o tema educação patrimonial e uma informou que este conteúdo não é abordado no referido documento. Somente três entrevistadas fizeram referência à inclusão deste tema no PPP.

C.A.P: [...] na verdade ele aborda não com essa nomenclatura educação patrimonial, mas tanto na escola Laura Andrade que eu trabalhava, como no CAIC Francisco, abordamos este tema no sentido de conhecimento da comunidade pela criança. É uma escola que tem uma situação bem importante e nos dois projetos políticos pedagógicos as instituições têm bem claro que isso é muito importante.

Estas referências indicam que, também no Projeto Político Pedagógico de algumas escolas o estudo sobre o patrimônio cultural aparece com outras nomenclaturas até o 3º ano, cabendo às professoras fazer as adaptações para incluir o patrimônio no seu planejamento, mas algumas professoras optam por abordar este tema a partir do 4º, conforme o relato da professora a seguir.

T.N: No quarto ano em História falamos tudo sobre Joinville. [...] tem a igreja que é o patrimônio histórico. [...] desde a igreja quando era de madeira, eles falam também do terminal. Patrimônio histórico também? Querendo ou não é uma coisa que ganharam e está aqui pertinho. A questão do trilho de trem que há tantos anos já passa por aqui, quando foi [que iniciou].

A participação das professoras na construção do Projeto Político Pedagógico da escola foi inexpressiva, pois sete delas não estavam presentes quando este documento norteador das práticas pedagógicas dentro daquela instituição foi elaborado ou revisto. Este fator pode estar relacionado à rotatividade de professores identificada anteriormente, uma vez que a maioria das justificativas apresentadas para esta não participação foi a de que quando chegaram na escola, já tinham sido realizados os cursos e reuniões que incluem os norteamentos das ações planejadas para o ano.

C.A.P.: Não, porque eu entrei ano passado e tem um dia em especial que a gente faz uma revisão do PPP, mas eu não cheguei a participar, eu acredito que este ano eu consiga efetivamente participar até porque temos uma matriz nova no município, vamos ter que alterar todos os projetos políticos pedagógicos das escolas. Este ano é possível que eu participe.

Houve três entrevistadas que participaram na elaboração do Projeto Político Pedagógico indicando que este documento passa por revisões na escola durante o ano. Segundo J.E.B. “[...] todos os anos, nas escolas que eu trabalho temos dois dias iniciais para trabalhar com o PPP. Nesta escola foi a mesma questão, sempre estamos reelaborando o PPP, mas do patrimônio não conhecemos”.

Portanto, os dados das entrevistas indicam que a maioria das professoras não participou da construção do Projeto Político Pedagógico da escola, havendo também desconhecimento sobre o conteúdo deste documento. As poucas professoras que participaram da elaboração do PPP ou afirmaram conhecê-lo, indicaram que o patrimônio cultural é contemplado de maneira insuficiente nele.

O Projeto Político Pedagógico, de acordo com Gadotti (1999), deve ser elaborado coletivamente, considerando os aspectos que envolvem a escola em seu meio e abrangem toda a comunidade escolar. Ele inclui o percurso histórico da escola, o conjunto de seus currículos, o perfil dos seus atores internos e externos, os objetivos, metas e procedimentos instituídos que precisam ser discutidos pelos envolvidos no processo escolar e continuamente revistos, estando sempre em construção. O seu propósito fundamental é servir de subsídio para o planejamento dos professores e o desenvolvimento de ações e práticas dentro da escola.

Por isso, quando se pensa em inserir o patrimônio cultural nas práticas educativas nos sistemas de educação formal, é necessário que se discuta como estes conteúdos serão articulados no Projeto Político Pedagógico das escolas. A própria

escola e seu entorno pode ser objeto para as práticas que promovam a associação entre a educação e o patrimônio cultural, conforme o relato desta professora.

C.A.P: Como eu trabalho com turmas de primeiro ao quinto ano, temos coisas muito específicas de cada etapa, nos primeiros aninhos o conteúdo é muito voltado para a alfabetização. Abordamos muito o que tem em torno da criança, que ela realmente conhece, para ficar algo mais compreensível, que seja mais significativo para ela. A questão da educação patrimonial vem no sentido de conhecer a estrutura da escola, o que é a escola, o que aquela comunidade representa para os primeiros aninhos. Depois, quando chega no terceiro ano, começamos a falar sobre o que o bairro tem. Por exemplo, no bairro Comasa tem questões muito importantes voltadas ao sambaqui, a questão de formação do bairro, como ele surgiu, como a empresa Tupy influenciou para surgir esse bairro. As crianças vão se apropriando aos poucos, elas vão se entendendo também como sujeitos ativos nessa história, porque é a história do presente que elas estão fazendo.

O dizer desta professora aponta para um trabalho sobre o patrimônio com os alunos desde o primeiro ano, que pode ser sucessivamente ampliado. A criança começa percebendo os bens culturais do próprio espaço em que estuda, ao mesmo tempo em que aprende a ler e escrever. Estas práticas desenvolvidas no início do ensino fundamental em relação à escola e o bairro em que os alunos vivem, são ampliadas nos anos seguintes para estudos sobre o município e o Estado, conforme o relato de uma professora.

C.A.P: Quando chega no quarto e quinto ano, conseguimos ter isso mais formado com eles, [é possível] partir para Joinville, para Santa Catarina e fazer uma formação mais específica com esse entendimento, já que eles são agentes que participam da história, que fazem história e que eles estão dentro dela de certa forma. Consegue analisar até locais físicos, por exemplo, como a casa do príncipe e da princesa [que] representa a chegada em Joinville, que é o museu da Imigração. Estava fechado esse ano, só conseguimos fazer esse trabalho a longo prazo para que quando chegue no sexto ano e vamos falar de história, eles tenham essa base bem fundamentada.

Os relatos de várias professoras mostraram que, ao estudarem a escola, o bairro, o município, o Estado, elas incluem em suas abordagens o patrimônio cultural, ainda que esse não apareça com essa nomenclatura. Como disse uma das professoras,

E.C.S.B: Nesse ponto, a criança adquire a história no geral. Aquilo foi construído pelos imigrantes que vieram de tal lugar, que fizeram assim, que foi no século tal. Ela passa a conhecer, percebe que aquilo ali faz parte da história dela também. Eu já fiz trabalho na sala de aula que os alunos descobriram que os pais e que os avós vieram de outros países... eles não sabiam. Tinha criança que o bisavô nasceu em Portugal e veio para o Brasil quando criança. O aluno foi descobrir isso através do trabalho; o outro descobriu que o bisavô era polonês, ele não tinha noção disso. Então foi um

trabalho em sala de aula que envolveu a história deles, querendo ou não eles estão envolvidos naquilo ali.

Conforme o relato desta professora, ao estudarem a história dos imigrantes, aqueles alunos estavam explorando a sua história também. Assim, os saberes sobre o patrimônio cultural podem ser produzidos pela reflexão sobre a sua história e a do grupo em que vivem e as relações que são estabelecidas com o patrimônio, conforme também relata a professora a seguir.

J.E.B: É muito importante para eles saberem o que é deles, o que podem utilizar, porque é um bem comum a todos, e hoje vemos muito a questão de 'eu estrago porque não é meu!'. Mas a escola é um patrimônio também, eu não posso estragar porque sai do meu bolso, não foi uma coisa dada, então é isso que trabalhamos muito com eles.

Fica assim evidenciada, em alguns relatos das entrevistadas, a busca pela interação com os bens culturais da comunidade e da região onde vivem, a importância do estudo sobre a identidade destes grupos sociais, como enfatiza uma professora.

C.A.P: [...] no meu trabalho em específico eu tento focar principalmente a nossa realidade como comunidade. Por exemplo, o que o Comasa tem de importante e como às vezes é um bairro marginalizado, o Boa Vista é até mais importante que o Comasa [...] Espinheiros é um bairro que tem ali toda a sua história, uma história da humanidade, tem habitantes que ficaram por ali há mais de cinco mil anos atrás, é um bairro que tem muita importância histórica para Joinville. E é muito legal quando as crianças conseguem perceber isso porque é a partir dali que elas vão começar a cuidar do bairro, se tornarem agentes transformadores, para que eles consigam compreender o pertencimento, a identidade mesmo [...] e defender essa identidade na comunidade.

São oportunidades para discutir a história do lugar em que os alunos vivem, os bens culturais que fazem parte desta história, a relação entre passado, presente e futuro e isso pode ser feito por meio de projetos que tenham como tema gerador os bens culturais de Joinville.

3.1.5 Percepções das professoras sobre projetos desenvolvidos sobre o tema patrimônio cultural

Nas entrevistas realizadas, foram registradas as percepções das professoras que participaram de projetos interdisciplinares que tiveram como tema gerador os bens culturais de Joinville. Uma professora relatou sobre a troca de ideias entre os

colegas de trabalho e as contribuições dos estudos de campo realizados no desenvolvimento destes projetos.

C.A.P: [...] ano passado, no CAIC Francisco sobre o Sambaqui trabalhei com o quinto ano e precisei da ajuda da professora para trabalhar os textos em sala de aula, porque eu tenho pouco tempo com os alunos, só duas aulas por semana. [...] fizemos visitas de campo, exploração, fomos até o Sambaqui fazer a explicação. Eu fiz também na aula dela, então é primordial para desenvolver um projeto a esse nível. No Laura também foi a mesma coisa. Então, a gente trabalhou por exemplo com as ODS, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e eu precisei também das professoras para trabalhar com os textos e tudo mais, aí foram projetos menores no caso. E projetos mais específicos para a área de Geografia, a utilização da água e tudo mais.

Uma professora relata sua experiência na qual ela trabalhou com um kit pedagógico disponibilizado pelo museu do Sambaqui, compartilhando este material com outros professores realizando assim um diálogo interdisciplinar.

C.A.P: [...] tem crianças e professores que nunca foram no museu. [...] O Museu do Sambaqui tem o kit pedagógico que os professores conseguem buscar e levar para a sala de aula. Então ano passado, a experiência que fiz foi levar esse material para a escola e foi muito legal. Porque não foi só eu que utilizei nas aulas de História e Geografia. Era um tema específico para o quarto e o quinto ano, tema dos Sambaquis, os primeiros habitantes de Santa Catarina. Eu levei todas as turmas lá, foi bem interessante para as turmas, mas para os professores eu achei que foi fantástico. A direção fez um trabalho com os professores do sexto ao nono ano. Foram duas semanas diferentes, levei num momento na escola Lauro Andrade e tive que esperar mais um momento, busquei novamente e levei novamente lá para o CAIC Francisco para deixar uma semana os materiais lá. Esse trabalho eu acho que influenciou de forma positiva. Até a forma de trabalhar, de motivar os professores a trabalhar de forma interdisciplinar porque a gente precisa no nosso dia a dia trabalhar juntos, é uma dificuldade ainda que a gente ainda encontra bastante.

Foram positivas as percepções das professoras quanto ao desenvolvimento de projetos interdisciplinares. Estas atividades de interação e cooperação entre educadores é uma forma de cada disciplina contribuir na abordagem da temática e assim as discussões podem ser aprofundadas. Os dados da pesquisa indicaram que os projetos interdisciplinares contribuem no sentido de ampliar a visão dos sujeitos envolvidos sobre o patrimônio cultural, pela participação das diversas disciplinas e, nas séries iniciais, eles possibilitam que a criança conheça a história sabendo que faz parte dela. De acordo com C.S.A. “Porque eles têm que aprender desde pequenos sobre o patrimônio, [quando] tem visitas e exposições, participar. Isso é muito importante pra criança”. Uma professora fez referência ao papel que estas ações

conjuntas desenvolvidas na escola têm no sentido de oportunizar ao estudante a reflexão sobre a sua identidade cultural:

C.A.P: [...] para o estudante especificamente, o mais importante é a questão de identidade cultural e social, muito importante. É algo que, se não passar, onde ele vai ver isso, se não for na escola? Não é em casa, na hora do almoço ou do jantar que vão falar sobre este assunto. A questão de pertencimento a um local específico ou aquela comunidade, aquela região. [...] Joinville é uma cidade conhecida nacionalmente, seja pela dança, seja pela questão histórica do museu do Sambaqui, por exemplo, que tem um legado bem grande. Então, se passamos isso, se eles não se apropriarem da forma que a gente espera, essa questão de pertencimento, de identidade, de como cuidar de tudo isso, [os alunos poderão perder a oportunidade de conhecer os bens culturais da cidade].

Interessante mencionar a importância que a identidade cultural recebe na fala da professora e a função dos projetos para se trabalhar o pertencimento dos alunos em relação aos bens culturais da sua cidade. Por meio da interação entre as disciplinas, são mobilizados conhecimentos significativos sobre o patrimônio cultural.

Contudo, na rotina escolar estes projetos acontecem com pouca frequência sendo que a principal justificativa é a falta de tempo. Três professoras indicaram que não participaram de projetos, mas apenas de algumas atividades sobre o tema, como afirma C.S.A. “Não, não, nunca fiz. Mas a única coisa que teve sobre patrimônio aqui na escola, que a escola foi cedida é pro museu Fritz Alt eles vieram fazer uma exposição, ficou uma semana aqui na escola [...] foi aberto pro público e as pessoas vieram visitar”. Disse ainda que já realizou passeios com as crianças C.S.A. “Saímos pra passear, conhecer tipo ir no museu...”. O relato de outra professora indica que, em algumas situações, os projetos nos quais ela participou careceram de maior aprofundamento, como afirma M.H.K.A. “Um projeto que a gente se aprofunde com as crianças? Não, damos uma pincelada, levamos os alunos no museu, falamos sobre o Sambaqui, porque isso faz parte da matriz, porque se não fizesse parte também provavelmente ninguém falaria sobre isso”.

Nas palavras de uma professora de História, no momento em que as crianças passaram a ter disciplinas separadas como História e Geografia na matriz curricular dos anos iniciais do Ensino Fundamental, o conteúdo relacionado ao patrimônio cultural passou a ser trabalhado exclusivamente nas aulas destas disciplinas. Ela também indica que não há um projeto interdisciplinar integrado entre os professores de diferentes áreas do saber:

T.N. [...] a questão do interdisciplinar que eu digo é que antes dava para fazer isso. O professor de sala que fazia, ele tinha a amplitude maior dessa questão de trabalhar o Português, a Matemática junto com a Geografia, junto com a História. A criança estava aprendendo a Matemática, mas ela também estava lendo a informação no enunciado feito para ele responder. [apresenta] a situação problema, conta a historinha e a criança resolve o problema. Ela lendo a historinha já vai conseguir visualizar e saber que isso faz parte da cidade, vamos dizer isso faz parte de um rio, alguma coisa do tipo. Ela consegue trabalhar também a questão da Geografia, da História.

Outra entrevistada afirmou que abordou o tema patrimônio em suas aulas, vinculado aos conteúdos de sua disciplina, sem a participação de outros educadores: M.G.A.A.M. “Não. Trabalhei assim vinculado, esse ano mesmo trabalhei sobre o patrimônio, a cultura do bairro, a gente saiu pra ver tudo que tem aqui na, no bairro e tal”. Houve também indicação de que há projetos sendo desenvolvidos na escola como um todo. J.E.B.: “[...] Agora assim a gente tem até um projeto pra restauração da biblioteca, mas foi criado pela escola mesmo”. Os projetos interdisciplinares também necessitam da interação dos envolvidos para alcançarem seus objetivos. Como afirma S.Z.F “vai depender muito assim da parceria. Não é muito simples assim”.

3.1.6 Desafios que os professores enfrentam no trabalho com o tema patrimônio cultural nas escolas da rede pública municipal de Joinville

As práticas pedagógicas envolvendo o patrimônio cultural requerem a disponibilização de materiais que possam servir de recursos para as abordagens a serem desenvolvidas. Neste sentido, a professora C.S.A. comentou “Alguma coisa e é bem pouco o que tem [...] uma sala informatizada não temos para levar as crianças [para pesquisar]”. O relato de outra professora também indica que há poucos recursos para desenvolver as atividades.

E.C.S.B: “Eu acho que têm poucos recursos. Poderia ter um pouco mais. São livros que têm, pesquisas na internet, que fazemos ou então levamos a criança até o local, coisa que eu acho difícil o acesso, para a escola é complicado. Se o professor tem duas ou três turmas, tirar essas turmas e conseguir autorização dos pais para leva-las até o local, é complicado.

Os livros didáticos foram mencionados com um material normalmente disponível nas escolas, porém, conforme o relato de algumas professoras, esses não atendem às necessidades para o planejamento das aulas no que se refere ao patrimônio cultural, conforme opinião da professora T.N. “Temos [livros] só que o do

quarto ano não abrange o município, no caso porque no quarto ano estudamos o município na grade curricular, na matriz curricular”. O comentário de outra professora também indica que o referido tema é pouco contemplado nos livros didáticos disponibilizados na escola, conforme J.E.B: “Temos alguns livros, conseguimos de doação que passa de uma escola para a outra. Tem sobre Joinville, mas não exatamente sobre o patrimônio”.

Considerando que o livro didático é um recurso insuficiente para planejar as práticas pedagógicas, as professoras buscam alternativas. Segundo M.G.A.A.M. “Acredito que tenha porque trabalhamos esse ano com livros e também podemos pesquisar, hoje em dia com a tecnologia ficou muito fácil de pesquisar”. J.E.B. afirma que “[...] hoje eu utilizo muito o Google mesmo, o site de pesquisa da prefeitura de Joinville, eu vou procurando...”. Mas nem sempre o acesso à internet é possível, como afirma M.H.K.A. “Tem alguns livros. Temos data *show*, mas o nosso acesso à internet é péssimo. Às vezes não abre nem pra fazer chamada”. A leitura de imagens com o uso da lousa digital foi um recurso mencionado como meio para abordar a temática do patrimônio cultural por uma professora.

L.R.P. [...] tem a lousa em todas as salas. Quando eu preciso algo, eu trago, eu pesquiso sempre, é porque eles são pequenos então precisa de uma imagem para eles terem noção, o que é um patrimônio cultural. Eles não têm noção do que é um patrimônio. Quando eu trouxe esse assunto em sala eu trouxe as imagens para eles [...] abre a mente deles [...] através da imagem, de um vídeo. [No estudo] da história de Joinville [o professor] consegue colocar o patrimônio cultural.

Este depoimento mostra a importância das imagens para que os estudantes visualizem e identifiquem o objeto do assunto estudado, podendo melhor compreendê-lo. Os mapas conceituais são exemplos citados no relato de uma entrevistada apresentado a seguir. Ela também fala que a realização destas práticas pedagógicas por vezes requer o deslocamento da turma da sala e, para que isso aconteça, há algumas dificuldades.

T.N: Levar para poder pesquisar. Por exemplo, a questão dos Sambaquis, eu preciso fazer visualização porque a visualização é mais fácil para a aprendizagem. Quando o professor faz a sua fala, tem o campo de visualização para eles [terem a] percepção. E dessa forma é muito mais fácil. A mesma coisa se [estamos] estudando Geografia 'A, a gente vai ver aqui, vou fazer um mapa conceitual aqui do lugar, fazer um mapa da cidade, do bairro'. [...] O Croqui: 'Vou fazer o croqui aqui do bairro [...] Mas como que eu vou fazer professora?'. 'Vamos para fora fazer a visualização', é muito mais fácil. Mas dá? Não dá. Precisa ter outras pessoas junto para levar as crianças,

porque eu sozinha não tenho como... quarto ano, são peraltas, vai como? Tem que ter mais gente. Só que não tem, cada um tem sua função.

De acordo com o relato de outra professora, o estudo do patrimônio cultural por meio do uso de recursos como livros, lousa digital, internet, entre outros, pode ser aprofundado quando os estudantes têm a possibilidade de visualizar e ter contato com materiais concretos.

T.N: E sair é muito importante porque eles vão visualizar o que é direita e o que é esquerda, vão atravessar, vão ir para frente, vão voltar para trás, essa questão de percepção é muito importante e eles conseguem assimilar melhor, ter uma aprendizagem significativa, quando ele visualiza, quando ele toca. [...] a gente tenta às vezes passar uma informação que a maioria das crianças consegue absorver e tem uma percepção boa. E aquelas crianças que são mais fracas? Elas não conseguem fazer visualização. Se eu levasse a campo, seria muito mais fácil, eles conseguiriam perceber o que é isso, o que é aquilo, olhando.

Houve o relato de outra professora contando sobre o uso de materiais entregues na escola pelo projeto “Mala Viajante” que tem o objetivo de levar até as unidades escolares materiais para que os alunos possam utilizar quando um museu da cidade precisa ficar fechado por algum motivo. Segundo esta professora,

S.Z.F: Quando eu vou falar de coisas do passado, procuro trazer materiais ou procuro andar pela escola, ver o que daqui é história da escola. Esse ano tivemos uma visita bem bacana do pessoal do museu da Imigração, eles têm um projeto chamado 'Mala Viajante' e aí nessa mala eles trazem infinitos utensílios e objetos do tempo ainda dos imigrantes e também de pessoas que fazem doação de coisas que têm em casa, mas que sabem que fazem parte da história. As crianças tiveram bastante acesso e eles resgatam bastante a memória desses objetos. Da família deles. [...] isso tem um pouco a ver com o patrimônio. Eles vêm para a escola, fazem uma mesa redonda, abrem a mala e as crianças, de olhos vendados, tem que escolher um daqueles objetos. Depois eles vão sentar e tem que tatear e tentar lembrar o que é aquilo, tentar sentir o que aquilo pode lembrar. E aí vão saindo as histórias.

As aulas de campo nos locais de estudo foram mencionadas como uma prática pedagógica enriquecedora no sentido de proporcionar experiências significativas de contato com os bens culturais. Uma professora relacionou esta atividade com a faixa etária dos alunos, que se caracteriza pelo interesse em participar de atividades lúdicas. Segundo T.N. “[...] criança a gente trabalha pela ludicidade, então ele precisa disso, do primeiro ao quinto ano ali eu acho que é super importante é a questão de sair a campo”. Nas práticas pedagógicas de estudo de campo, os estudantes podem interagir com os bens culturais, como afirma a professora a seguir.

T.N: Sim, os museus, isso é fato, passear pela cidade. Ir até o rio Cachoeira e o rio Mathias, os outros rios, porque a gente fala muito na Geografia das questões dos rios, por onde começa, onde termina, fazer essa visualização, esse trabalho de campo é magnífico. Só que não tem isso, dentro da sala não se consegue fazer isso [...] não digo Matemática, Português, que é uma coisa mais regradinha, mas em História e Geografia é um trabalho de campo total, não tem como fazer História e Geografia dentro da sala. Você tem que levar data show (quando funciona) e mostrar as imagens. Mas mesmo assim, nada melhor que a visualização de frente.

Apesar de algumas professoras terem indicado que os materiais sobre o patrimônio disponíveis são insuficientes, elas afirmaram que há apoio para a abordagem do tema patrimônio cultural na escola para conseguir materiais para desenvolver as atividades. Conforme E.C.S.B. “Pela escola sim, quando a gente precisa de um material. 'Eu quero elaborar um trabalho, quero fazer, preciso do material tal', a escola fornece material quando necessário”. Na opinião de uma professora, quanto aos materiais e o apoio pedagógico, não há impedimentos para a realização das práticas sobre patrimônio cultural. Segundo C.S. “Não, eu acho que não tem nenhum empecilho, é realmente à vontade mesmo, é querer [...]. Se eu quiser levar os alunos em uma pesquisa de campo, eles super apoiam nessa parte”. Porém, alguns pontos precisam ser cumpridos, como afirma M.H.K.A. “Sim, tem apoio da escola. Desde que a gente não fuja muito da matriz curricular”. Uma professora afirmou que as sugestões da supervisora da escola contribuem no seu trabalho: L.R.P: “[...] a supervisão olha o nosso planejamento, elas dão ideias, assim a gente consegue [...] elas acrescentam o que fazer ou não”.

Entretanto, há críticas relacionadas à falta de apoio por parte do município para a realização das aulas de campo. Segundo M.H.K.A. “[...] por recurso financeiro mesmo, de o professor querer levar as crianças, querer sair, mas eles não têm dinheiro para pagar um ônibus e quando [o professor] pede do município vem lá no final do ano”. Outro relato menciona a burocracia que coloca em descompasso a necessidade do transporte em determinado momento em relação ao atendimento da solicitação desse.

L.R.P: É a locomoção até o lugar. É difícil porque é tudo uma burocracia hoje em dia. Se quiser ir para algum lugar, tem que ter todo um porquê. [...] Só que daí precisa de um ônibus e é difícil esse acesso porque no primeiro trimestre, trabalhei patrimônios. Chega o ônibus lá final do trimestre, do terceiro trimestre, o que eu vou agregar aquilo que eu já trabalhei com eles? Se eles já fizeram um trabalho, se eles já fizeram atividade, se eles já fizeram as provas referentes a isso? Eles deveriam colocar isso junto com o conteúdo que está sendo trabalhado em sala de aula.

Para T.N. “Há bastante apoio da questão de 'você pode fazer'. O problema é fazer sozinha, o apoio que a gente precisaria seria do município, de disponibilizar os ônibus porque as datas a gente consegue na escola”. Mais relatos indicaram que os desafios que se apresentam quando o professor e a escola se propõem o abordar o tema patrimônio cultural estão relacionados aos recursos materiais e humanos, conforme a entrevistada a seguir.

C.A.P: [...] a falta do ônibus, eu trabalho de manhã e à tarde, no CAIC Francisco eu trabalhava só à tarde. Tinha ônibus até duas da tarde, não tinha como levar as crianças para o museu, eu até tentei na época, mas as crianças teriam que vir de manhã. [...] o problema dos recursos, a biblioteca poderia fornecer, a gente podia identificar esses materiais, fazer uma varredura e selecionar. Eu não conseguia fazer isso, o que eu pude fazer foi trazer os materiais do museu [...] mas nem sempre o professor vai conseguir fazer isso, pois ele tem hora atividade com exigências, realmente precisa desenvolver muitas coisas naquele tempo e precisa de pessoas da gestão que nos apoiem, mas que estão também sobrecarregadas por conta de outras funções.

Essas críticas estão relacionadas tanto à não disponibilização de transporte para o deslocamento dos alunos, quanto ao envolvimento de alguns profissionais, como os supervisores pedagógicos, em funções dentro da escola não diretamente relacionadas ao contexto das salas de aula, não podendo oferecer o devido apoio ao professor. Com isso, há relatos de que as professoras se sentem sobrecarregadas quando precisam viabilizar o desenvolvimento dos estudos de campo, conforme a fala da professora a seguir.

C.A.P: [...] eu acredito que tem pessoas ótimas do município, o problema é que estamos sobrecarregados burocraticamente, acaba tendo o desvio de função. Por exemplo, no CAIC, tem uma supervisora, só que também trabalha como orientadora, porque [a escola] está sem orientadora, sem bibliotecária. O professor acaba tendo que se virar. [...] Esse material que eu busquei lá no Museu do Sambaqui, eu que entrei em contato, não foi algo da supervisão, eu já sabia desde a minha formação inicial que existia esse material, eu fui buscar, eu que tive a responsabilidade com o material. O professor tem muita responsabilidade em relação a isso, mas de qualquer forma eu destaco ali a ação das supervisoras, elas têm um papel fundamental no apoio aos professores, nas dicas, quando tem passeio, as questões dos ônibus e tudo mais, a gente precisa do trabalho da supervisão para isso.

As dificuldades socioeconômicas das famílias dos alunos também foram mencionadas em vários momentos das entrevistas realizadas como sendo problemas que dificultam ou impedem a realização de práticas sobre o patrimônio cultural. Segundo T.N: “[..] fica bem difícil quando é escola de baixa renda. No Floresta o

peçoal já tem um patamar um pouco maior, não tem tanta criança pobre mesmo, aqui a gente vê criança que realmente não tem lápis, não tem caderno [...] é a condição”. Com isso, em determinadas situações, as aulas de campo não são realizadas, como se pode perceber na fala da professora.

J.E.B. [...] até por questão social das crianças, os pais não dão tanta importância para o estudo, o importante é a criança terminar, porque é o ensino obrigatório e depois ir trabalhar para ajudar na renda. Se formos fazer um passeio, fazer algo muito complicado, aqui não tem uma valorização. Porque o importante é a criança estar estudando. Dizer que a gente tem os sambaquis, até estudamos isso, mas como é que a gente vai até lá? As crianças tem que pagar. E até o município oferece alguns passeios, mas é um por escola: quem tem duas, três turmas, se torna difícil e se formos levar metade da turma e deixar a outra metade por questão de renda escolar isso se torna muito [...] complicado.

Portanto, além de não poderem contar com a ajuda de alguns profissionais da escola que estão atuando em outras funções, os problemas socioeconômicos das famílias dos alunos, aliados às dificuldades de conseguirem transporte proporcionado pelo município, são desafios enfrentados nas tentativas de se trabalhar o patrimônio cultural nas escolas, como também relata esta professora:

T.N. Tem a questão de ir nos museus. [...] Fazer passeio, só que na verdade não funciona. Porque o município não disponibiliza o ônibus, então tem que fazer tudo. Como as crianças são de baixa renda, não tem como dizer que precisamos fazer o passeio que custa cento e cinquenta reais. Antigamente no meu tempo, a gente fazia bastante passeio porque eles disponibilizavam o ônibus, agora eles não disponibilizam mais. [...] O desafio seria da ajuda do município com a questão de transporte. E uma pessoa que auxilie na questão de sair para a rua para a visualização.

O relato desta professora continua, ela também indica mais dificuldades que encontra para explorar fisicamente o espaço e os bens culturais da cidade e região, inserindo os conteúdos trabalhados na sala de aula em estudos de campo.

T.N. E às vezes não dá para fazer o estudo em uma aula só, teria que ter mais aulas.... até sair da escola, ajeitar, isso vai gastando tempo para visualizar por onde passamos ao vir para escola, a rua principal, ver a rua Monsenhor Gercino 'O que tem aqui?' 'Ah tem o trilho do trem, tem o terminal de ônibus', 'Aonde fica na direita ou na esquerda?' 'Aqui a gente tem elevações? Tem morros?' 'A planície, a questão da vegetação, tem muitas árvores?' 'Vamos aqui fora, vamos ver se está muito quente ou se está frio, o clima como está aqui, está úmido?'

Assim, em diversas situações, os estudantes são privados do acesso físico ao patrimônio cultural, pois as iniciativas das professoras em realizarem estudos de

campo para proporcionarem a interação deles com os locais e bens culturais da região acabam não sendo viabilizadas diante dos problemas existentes, conforme a fala da professora E.C.S.B. “[...] o mais difícil é levar a criança para conhecer aquele patrimônio, 'aquela casa é antiga, aquele prédio é antigo, ele pertenceu a fulano de tal'. Mas ter acesso àquilo é mais difícil, é mais complicado”. De acordo com outra professora,

M.G.A.A.M: [...] sempre quando se trabalha um tema, o ideal é que se tenha essa [oportunidade de] ir lá conhecer. [...] Hoje em dia, com a tecnologia, a gente consegue mostrar ali no tablet, mas com a criança pegando na mão é mais fácil para o conhecimento. [...] para trabalhar o sambaqui, se você tem aqui um museu do Sambaqui, seria melhor levar a criança lá, porque isso enriquece. [...] todo esse patrimônio cultural que a cidade tem, deve ser explorado sim, tem que ter mais recurso para isso.

Mais relatos apontam que há desafios no trabalho com o patrimônio cultural nas escolas no sentido de efetuar o deslocamento das turmas para locais de visitação, devido, principalmente aos custos do transporte e de profissionais de apoio pedagógico. S.Z.F.: “Isso envolve saídas, poder ir numa praça, ver um monumento, ir num museu. [...] eu sinto que ainda estou um pouco amarrada na escola”.

São entraves que dificultam e muitas vezes impedem as interações com o patrimônio cultural de forma mais efetiva, no contato direto com os bens culturais. O relato da professora a seguir também revela este problema na escola na qual ela trabalha. Para se realizar um estudo de campo, é necessário muitas vezes organizar meios de arrecadar o dinheiro para subsidiar os custos do transporte.

M.G.A.A.M: [...] Este ano eu fui com eles ao Museu da Bicicleta, que tem aqui em Joinville, fomos conhecer sobre meios de transporte. Foi um passeio riquíssimo. Eu gostaria de ter ido no museu Sambaqui quando eu trabalhei este assunto. Eu falei: 'Como é que eu estou em Joinville, que tem um Museu do Sambaqui e eu não vou levar as crianças?' Não foi possível. Para o ano que vem, se Deus quiser, eu vou conseguir porque vou me organizar antes, mas tem que fazer algum tipo de festinha, vender alguma coisa para arrecadar um dinheiro para poder levar essas crianças. Se tivéssemos mais verbas destinadas a passeios para conhecimento cultural, para sair da escola, porque tudo que tem aqui envolvendo cultura precisamos fazer essa festinha, arrecadar esse dinheiro e pagar o ônibus ou usar o dinheiro da APP da escola. Realmente quando se trata de patrimônio cultural, há essa dificuldade de sair da escola. Tem crianças aqui no Vila Nova que nunca tinham ido ao cinema, que foram ao cinema com a escola, crianças que quando a gente foi ao Museu da Bicicleta e depois eu perguntei qual foi o passeio mais legal que você fez 'Eu fui ao Museu da Bicicleta'. Foi o passeio da vida. [...] Quando você me perguntou 'É o papel da escola?' Sim, é o papel da escola.

Este comentário da professora se refere ao papel da escola no trabalho com a cultura, indicando o fato de que, para alguns alunos, o acesso a determinados bens culturais é viabilizado por meio da escola. A alternativa que a professora mencionou foi a realização de eventos na escola para custear as despesas, o que exige uma organização a longo prazo e envolvimento de outros profissionais. Outra possibilidade mencionada foi que, em algumas ocasiões, é possível conseguir transporte para os alunos por meio de parcerias.

C.S.A.: A comunidade em si é bem carente e não consegue, mas esse ano tem uma parceria com a empresa Fremax, eles nos cedem pela Gidion-Transtusa, um ou dois ônibus por ano. A gente também não pode abusar porque já é ganhado e se fizermos uma programação destinada a tal lugar eles nos cedem.

Além das dificuldades que as professoras apontaram anteriormente relacionados aos estudos de campo, a necessidade de cumprir um programa de ensino e aprendizagem foi também mencionada como um desafio. Há relato indicando que o ensino da Língua Portuguesa e da Matemática é cobrado como prioridade. Este comentário talvez se relacione ao fato de a professora trabalhar com o 1º ano (alfabetização). Segundo C.S.A. “[...] temos que seguir uma grade curricular e nela temos muitas coisas para fazer entre Língua Portuguesa e Matemática. Temos que dar conta daquilo e, às vezes, é isso que nos impossibilita [de trabalhar o tema do patrimônio cultural]”. As professoras de História e Geografia apontam a falta de tempo para aprofundar os estudos sobre os bens culturais. Como uma delas explicou:

L.R.P: Não temos muito tempo. O problema da educação é o tempo. Eu tenho muito conteúdo para pouco tempo. Como História e Geografia [se ensina] uma vez na semana, e são duas aulas só, eu tenho que fazer as coisas muito correndo. Eu tenho que ter avaliação com eles, eu vou ter que ter uma atividade, eu vou ter que ter coisa [escrita] em caderno. Se eu fizer tudo isso, já são três semanas. Para mim é muito complicado, porque até o final do trimestre eu tenho que estar com tudo certo.

Outra professora disse que o patrimônio cultural não está na matriz curricular. De acordo com M.H.K.A. “Não está na matriz e temos que cumprir e dar conta daquilo, por causa dos indicadores que nos são cobrados [...]”. Os indicadores aos quais a professora se refere são cobrados nas avaliações realizadas pela Secretaria da Educação, nas quais é verificado como está o desempenho dos alunos em determinados conteúdos. Para outra professora:

J.E.B. É que temos que vencer o conteúdo, recebemos uma matriz, por mais que nos foi passado que não precisa terminar tudo o que tá proposto, temos que vencer três notas por trimestre. Como eu tenho História e Geografia, uma semana eu [ensino] história, dou o conteúdo, a outra semana tenho que avaliar, porque fechou o mês. Depois vou pegar Geografia, tenho que dar o conteúdo, fazer a prova, fechou o mês. Então, são três trimestres, são três notas, é um conteúdo e uma prova. Temos pouco tempo para conversar [sobre] o que as crianças conhecem.

Há grande preocupação por parte das professoras em atender às normativas determinadas na BNCC e na matriz curricular. A maioria delas trabalha com as disciplinas de História e Geografia e precisam produzir três avaliações e inserir no diário três notas de cada uma destas disciplinas por trimestre. A rotina para o cumprimento das diretrizes curriculares muitas vezes se torna exaustiva, podendo levar o professor a ter que priorizar determinadas práticas que possam ser desenvolvidas em menor tempo e com custos reduzidos. Segundo T.N.: “[...] temos uma aula por semana. Essa semana ‘fiz isso’, semana que vem já esqueceram. Precisamos de notas porque tem que ter ali o registro em papel, esse é o problema”.

Uma professora explica a forma como ela se organiza para trabalhar com as disciplinas de História e de Geografia.

S.Z.F: [...] o primeiro ano é a história deles. O segundo ano já é o meu ambiente, a minha escola, o meu espaço, a minha casa; o terceiro ano é o bairro, quarto ano é a cidade e quinto ano é o estado. Uma vez por semana História e uma vez Geografia. Então eu tenho duas aulas. [...] como eu tenho duas aulas seguidas, não faço as duas aulas porque uma hora e meia às vezes é pouco tempo. Então eu faço uma semana História, uma semana Geografia. E quando eu não dei conta de todo aquele conteúdo, na semana seguinte eu retomo. Para isso eu tenho liberdade na escola.

No relato a seguir, é possível identificar que a professora entende o ensino como “conteudista” no sentido de que o fundamental parece se dar conta de uma “grade” curricular, não importando se há aprofundamento dos conteúdos. Com isso, há o risco de comprometer em muito a qualidade deste ensino.

J.E.B: É pelo tempo, temos um ensino ainda que é muito conteudista. A gente precisa dar conta. Eu até falo que a gente está numa quantidade de conteúdos e não na qualidade de ensino. Hoje, temos um problema, que é geral, não é só da rede pública, é da privada também, porque temos que dar conta. Até os pais querem notas, eles não querem uma qualidade, [dizem] ‘o meu filho não precisa saber disso’. Tem muitos que perguntam: ‘Para que ele vai aprender isso?’ Não tem [para eles] uma importância, porque a gente sabe que é importante saber o que é nosso, o que é do outro e o que a gente pode cuidar ou não.

As falas destas professoras indicam que a necessidade de cumprir as normativas prescritas na Base Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), em muitas situações dificulta um trabalho reflexivo com os estudantes sobre o patrimônio e chega a gerar angústias entre os docentes. Isso indica a necessidade de se pensar sobre o quanto o currículo prescritivo afeta as ações pedagógicas, uma vez que inviabiliza a flexibilidade do trabalho. Esta análise remete aos estudos de Goodson (2007, p. 241), que sugere uma organização curricular narrativa: “diz respeito a viver sem hábitos ou aprendizagens rotineiras, a romper com as prescrições predeterminadas do currículo, a voltar-se para a definição, apropriação e narrativa contínua de seu próprio currículo”.

Houve relato indicando o número de alunos na sala como uma dificuldade enfrentada pela professora S.Z.F.: “Trinta e dois numa turma e trinta e três na outra, tínhamos este ano. Foram um quinto ano assim [...] Bem puxado sabe”. Os problemas mencionados, aliados a outros que podem surgir no decorrer do processo de ensino, segundo as professoras, podem acarretar defasagens na aprendizagem dos alunos, como mostra o relato de uma professora.

J.E.B. [...] conversando com os meus alunos, eu percebi que eles não conhecem muitas coisas. Eles têm uma defasagem de cultura mesmo, dizem assim 'não conheço nenhum lugar aqui de Joinville'; o shopping eles conhecem porque é passeio, mas se você dizer assim 'tem museu?', 'Nossa! tem museu aqui professora?' Não conhecem. [...] trabalhamos a zona rural de Joinville, eles não sabiam onde ficava, nem o que significa zona rural. Trabalhamos uma questão econômica da zona rural, que antigamente os pais mandavam os filhos para a cidade para estudar e hoje não, eles disseram que querem continuar ali, para dar continuidade ao trabalho do pai. Disseram: 'temos uma plantação'; 'tenho aqui uma questão rural de turismo mesmo, rural' os pais dão a continuidade para os filhos. Eles não têm essa noção, não conhecem isso. Eu perguntei se alguém conhece Pirabeiraba, eles não sabiam onde fica. A questão é educacional. [...] são pequenos lugares que a gente vê que dá pena de ver a falta de desenvolvimento socioeconômico.

Outro desafio apontado, principalmente pelas professoras que ministram aula de História no 1º e no 2º ano, foi a dificuldade de ampliar a dimensão do tempo das crianças, suas compreensões do que é o passado e o futuro. Como explicam as professoras: S.Z.F.: “tem o passado do dia a dia, de agorinha ou de ontem, mas tem aquele passado muito atrás, muito tempo atrás”; E.C.S.B. “Para os pequenos de primeiro a segundo ano é um pouco mais difícil ‘Quanto é esse passado?’, ‘É mil oitocentos e tal...’, Eles falam ‘poxa!’ Eles ainda não têm noção de quanto que é esse tempo”; C.S.A. “os pequenos não associam, para eles é tudo para hoje, foi ontem, mas é amanhã, depois, eles não conseguem assimilar ainda esta associação de

tempo, mas no terceiro, quarto e quinto eles já conseguem assimilar bastante esta noção de tempo”. Nas situações descritas, as professoras procuram utilizar estratégias no sentido de trabalhar a noção de tempo com as crianças. S.Z.F.: É. “Eu não deixo de falar. Eu procuro fazer uma linha do tempo e procuro trazer livros de história, eu trago filmes, dessa forma que eu vou trabalhando com eles”. Outra professora também explica como trabalha a questão do tempo com as crianças.

T.N: [...] começamos com a dimensão do tempo no primeiro ano já. Sobre o passado, presente e futuro, trabalhamos sobre a família deles, o que é passado, o ontem, o hoje, o amanhã. Chegam ali no quarto ano sabendo bastante, já tendo a percepção de passado e presente e principalmente esses alunos atuais, que tecnologia é ‘mato’ para eles.

Além de todos os desafios relacionados à insuficiência de materiais e de acesso aos locais de estudo, citados anteriormente, as professoras precisam lidar com as normativas das diretrizes curriculares, inserindo o estudo dos bens culturais nas abordagens sobre a escola, o bairro, o município, o estado, e com a rotina cansativa na qual elas muitas vezes não conseguem aprofundar as análises sobre as questões estudadas.

O contexto apresentado incide sobre o estudo dos bens culturais e, por vezes, dificulta ou até mesmo impede que as abordagens sobre o patrimônio cultural nas escolas sejam mais aprofundadas e proporcionem a interação dos estudantes com os bens culturais. Destaca-se, portanto, a necessidade de que estes desafios sejam discutidos numa perspectiva de educação crítica e cidadã.

3.1.7 Perspectivas das professoras em relação à educação patrimonial nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública municipal de Joinville

Apesar dos inúmeros desafios já mencionados para que a educação patrimonial seja uma realidade nas escolas, ao falarem sobre suas perspectivas relacionadas ao estudo do patrimônio cultural, as educadoras mostraram que acreditam que o ensino voltado a esta temática tem potencial de acontecer de forma mais efetiva, a partir do momento que forem ampliadas as ações integradas com este propósito. Segundo uma das professoras,

M.G.A.A.M: [...] Joinville é uma cidade que tem muitas coisas, isso tem que ser explorado, tem vários lugares que dá para conhecer na região, para explorar o patrimônio, muita coisa eu não conheço [...] e eu acho importante também conhecer para poder apresentar também para as crianças. Esse ano

com História e Geografia eu tive um desafio gigantesco, eu cheguei aqui nova ainda, tive que estudar muito a cidade, a história da cidade era uma novidade e acabei entrando nesse mundo, é muito legal. [...] É uma história riquíssima, [...] a cidade realmente tem um patrimônio cultural muito bom, os museus, a escola de dança, eu acho que dá para fazer parcerias.

Alguns relatos mostraram que há diversos assuntos a serem discutidos nas práticas pedagógicas no que se refere aos bens culturais de Joinville, mas é preciso criar condições para que as iniciativas nas escolas se concretizem em situações mais interativas no estudo do patrimônio cultural, pois, como explicou uma das professoras:

S.Z.F: Se eu pudesse sair com as crianças para desenvolver uma noção melhor do que é o bairro, para eles saberem onde começou; porque essas histórias eu trago, mas muito na oralidade. Então, eu sou muito da coisa prática, se eu puder ir e levar, se eu pudesse sair mais, eu acho que as coisas teriam mais significado.

A fala desta professora indica o seu interesse em proporcionar aos estudantes experiências significativas com os bens culturais a partir da exploração de elementos do cotidiano por meio de estudos de campo. Estas experiências podem ser um caminho para a educação patrimonial nas escolas. A partir de um estudo que se propôs a contemplar reflexões sobre a educação patrimonial como uma área emergente na educação, analisando uma experiência na região do alto Tietê no município de Guararema, Franco, Prados e Bonini (2015, p. 319) tiveram como resultados as considerações de que,

[...] a Educação Patrimonial deve ser um diálogo permanente entre as vivências, experiências e percepções dos educandos e cidadãos ante os bens culturais e suas formas de ser e de agir cotidianos, com os conteúdos escolares e ações educativas desenvolvidas nas unidades escolares e instituições culturais, como forma de entender os processos constituintes de sua identidade cultural auxiliando na gestão do patrimônio cultural.

A inserção da temática do patrimônio de forma mais efetiva no contexto das escolas requer também a formação continuada dos educadores. Para C.A.P: “[...] é outra questão difícil de organizar pela prefeitura porque, se não me engano, os servidores são doze mil só na área da educação. É um volume grande”.

Todas as professoras demonstraram interesse em participar de cursos sobre educação patrimonial para o aperfeiçoamento de suas práticas nos estudos dos bens culturais. Como afirma E.C.S.B.: “Eu gostaria, seria interessante um curso [para]

adquirir um pouco mais de conhecimento até para trabalhar em sala de aula”. Para outra professora,

C.A.P: Sim, com certeza, nós precisamos de formação continuada no município, seria extremamente necessário. As últimas formações que nós tivemos ano passado foram sobre a construção da matriz, a BNCC, foi importante sim, mas ainda falta formação específica na área, tanto de alfabetização, da Matemática e da parte da História e com certeza educação patrimonial seria muito importante.

Mais professoras indicaram a relevância dos cursos de formação continuada para o aprofundamento das práticas pedagógicas sobre patrimônio cultural nas escolas. Como afirma L.R.P: “Sim, porque a gente agrega em sala de aula depois. É uma coisa que só valoriza aquilo [ensinado] em sala de aula o conteúdo”. Segundo J.E.B. “Seria muito interessante para nós, até porque a gente trabalha com ensino e quarto ano”.

M.G.A.A.M: Eu teria sim porque eu sempre trabalhei o tema com as crianças, mas nunca tinha parado para pensar sobre a educação patrimonial. Fazemos tudo meio que ‘uma salada’, explicamos e acabamos abordando, mas nunca tinha parado para pensar: ‘temos que ter uma educação sobre o patrimônio!’.

Porém, há situações que precisam ser consideradas quanto à disponibilidade das professoras nos cursos de formação continuada, que muitas vezes estão inseridas em uma rotina cansativa de trabalho. Para a realização destes cursos de formação, uma educadora indicou a importância do intercâmbio entre as instituições de ensino superior e a educação básica, no sentido de estabelecer relações entre teoria e prática para que a educação patrimonial seja desenvolvida desde os anos iniciais do Ensino Fundamental.

C.A.P: [...] o que necessitamos mesmo é que tenha essa ligação do ensino superior, da academia para a educação básica. Eu fiz o mestrado e eu percebi que muitas pesquisas ficam na academia, que elas precisam chegar na educação básica. Eu percebo que tem muitas falas de que o professor precisa buscar, mas, na verdade, não é bem assim, eu trabalho quarenta horas, ano passado eu tinha dezoito turmas, eu tinha mais de seiscentos alunos. Além de uma organização é um trabalho de planejamento, de acompanhamento que chega a ser desumano. Como que o professor vai buscar ainda? Eu acredito que tem que vir de cima para baixo, se for usar esse termo, que tenha que sair da academia e que chegue na educação básica e não a educação básica chegue na academia, isso é algo assim que temos que superar.

A formação dos profissionais da educação deve ser um espaço de produção de saberes no campo do patrimônio, envolvendo a lógica patrimonial, os questionamentos sobre o acervo patrimonial e os procedimentos de patrimonialização

(GONÇALVES, 2014). Assim, por meio do diálogo entre as instituições de ensino, podem ser promovidas reflexões que contribuam na construção de estratégias que levem os estudantes a desenvolverem, a partir dos bens culturais, autonomia para pensarem e problematizarem o espaço urbano em que vivem e que compartilham com outros de seu tempo ou de outros tempos.

Algumas professoras indicaram que têm expectativas positivas quanto à realização de projetos interdisciplinares sobre o patrimônio cultural nas escolas, como um meio para estudar este tema de forma mais integrada e proporcionar experiências significativas aos estudantes. O comentário de uma professora aponta os projetos como uma alternativa para o aprofundamento das abordagens do patrimônio cultural local, das comunidades.

C.A.P.: São importantes estes projetos, até porque anteriormente eram disciplinas em que não se abordava tanto esse tema, era mais de forma superficial, sempre voltado para as questões de Português e Matemática. O Brasil é um país muito diversificado, esse ano entrou a BNCC, que é a Base Nacional Comum Curricular e lá fala muito isso em relação à questão dos locais específicos da comunidade, da região, porque eu não tenho como usar somente o livro didático, ele é baseado nacionalmente. [...] essa fala sobre 'Olha a gente tá falando disso mas aqui em Joinville o que podemos falar sobre a nossa região', trazer isso para a escola é algo essencial e só a partir de projetos para conseguirmos fazer isso, sequências didáticas específicas que se voltem para esse tipo de tema, voltar para a comunidade, voltar para nossa região para eles conseguirem sentir esse pertencimento de 'eu sou um agente que faz história, que tem a sua história'.

Neste sentido, as educadoras sugerem que sejam desenvolvidas mais discussões entre os professores sobre o tema e que estes projetos partam do interesse dos estudantes, contemplando também os assuntos que precisam ser trabalhados em cada ano, como o bairro em que vivem, o município. Com isso, o estudante amplia gradativamente os seus conhecimentos, como afirma a professora S.Z.F. “[...] é o próprio resgate da nossa história porque trabalhamos o eu, o você, o nós, o nosso bairro, a nossa cidade e vai ampliando esse conhecimento de mundo, eu preciso saber do que veio antes de mim, isso é histórico”. Segundo outra professora:

C.A.P: [...] educação patrimonial, na verdade, é algo que precisamos trabalhar até na escola em relação à escola como um local físico, mas também um local que é referência para toda uma comunidade, um local de memória. [...] mas educação patrimonial, na verdade, a gente trabalha o tempo inteiro na sala de aula, seja falando da comunidade, seja falando da escola, seja falando do nosso bairro, da nossa cidade, falamos o tempo inteiro de educação patrimonial.

O relato desta professora indica que a educação patrimonial, no entendimento dela, tem o significado de trabalhar com os alunos a ideia de que a materialidade de objetos e lugares são vetores, ou seja, referências culturais para problematizar os vínculos sociais, os sentidos e os desafios da condição histórica e espacial dos próprios estudantes. Neste sentido, a educação patrimonial não é passar conteúdos sobre lugares e bens e sim construir, mobilizar a ideia de patrimônio cultural para além dos conteúdos e trazer a discussão para a realidade do aluno. A partir da sua vivência, a ideia de patrimônio, assim construída, pode levar os estudantes a pensar na escola como bem cultural, porque este espaço é um vetor social que os faz refletir sobre o contexto social em que vivem.

Os comentários de algumas professoras denotam que elas acreditam que a educação patrimonial deve acontecer o mais cedo possível junto aos estudantes. Segundo M.H.K.A. “[...] tudo que vamos colocando desde pequenininho vai virando um hábito”. A professora J.E.B.: afirma que “[...] a gente vive numa sociedade [...] num coletivo, [...] é muito importante, até porque assim eles estão começando a vivenciar aquilo, eles vivem num espaço que é do patrimônio”.

No que se refere às metodologias e recursos que devem ser priorizados nas práticas sobre educação patrimonial, as professoras indicaram o uso da informática, uso de textos visuais como imagens, textos escritos e, principalmente, as visitas (aulas de campo). Como disse a professora E.C.S.B. “Eu acho mais [interessante os] passeios, levar as crianças ao museu, levar as crianças a um prédio histórico [para] a criança ter um pouco mais de recurso nessa parte, conhecer e ver”.

Observa-se que as aulas de campo e o contato direto com os bens culturais são mencionados como enriquecedores porque possibilitam uma interação mais efetiva com o patrimônio cultural. A professora S.Z.F. manifestou que “[são necessárias] saídas e ter esses objetos, eles procurarem às vezes com a vó, com o vô, com a família, o que quê é que eles têm guardado dos seus antecedentes, de quem veio antes deles”. Estes objetos muitas vezes carregam memórias afetivas que são compartilhadas neste contato. Outra professora enfatizou a necessidade de trazer o tema para uma realidade mais concreta:

L.R.P: Eu acho que a gente deveria [atuar] mais no concreto. Ficamos muito em sala de aula. Eu trago imagens, vídeos, coisas, mas não é a mesma coisa de eles irem até o lugar, ver aquilo, porque eles são crianças e a gente tem a

curiosidade de pegar. Eles também necessitam mais disso, do concreto, de ir ver, de pegar e de estar naquele lugar.

O uso da internet também foi mencionado pelas professoras como um dos meios auxiliares que favorecem para que os objetivos dos projetos sejam alcançados. Segundo a professora M.G.A.A.M. “hoje em dia temos vários recursos como o computador, o tablet, o passeio que também é um recurso, a leitura, a pesquisa”. O intercâmbio com as instituições de ensino superior também pode contribuir para que o desenvolvimento dos projetos tenha mais recursos. Uma professora aborda esta questão da seguinte maneira:

C.A.P: Tem pessoas aqui em Joinville que produzem materiais incríveis, a própria Univille tem um laboratório de História, que é muito importante, que faz pesquisas aqui da região. Eu já trabalhei com materiais produzidos pela Univille lá na escola. A questão é a prefeitura promover visitas de campo porque realmente não tem como o professor conseguir fazer toda essa logística até a escola e tudo mais, é complicado e precisa que todos os agentes estejam envolvidos, recursos humanos, precisamos de bibliotecário, de pessoas que também embarquem nessa história. Temos dificuldades de procurar lendas de Santa Catarina. Mas o bibliotecário conhece lendas incríveis.

Outra sugestão das docentes é o uso de materiais que possam ser encontrados na escola ou no seu entorno, a partir de um levantamento daquilo que possa ser usado, com o auxílio de outros profissionais que atuam dentro da escola ou em outros setores do município. Uma professora comenta sobre esta questão:

C.A.P: [...] precisamos realmente de todos os agentes disponíveis na escola né. [...] o bibliotecário nesse momento é um agente super importante que ajuda os professores. Nós temos no Lauro Andrade um acervo bem bacana que fala principalmente sobre a cidade de Joinville, que traz a questão da história, a especificação dos museus, dos locais importantes da história dos bairros. No CAIC é um pouco mais complicado porque a nossa bibliotecária se aposentou e para mexer no material ficamos inseguras, tem todo um controle. Ficamos um pouco restritos, só que no CAIC, em contrapartida, a gente consegue trabalhar muito com os ambientes e com a história local, tem o manguê ali atrás, tem o sambaqui, é só atravessar a rua, conseguimos trabalhar de forma mais exploratória.

As expectativas das educadoras indicam a pluralidade cultural como um contexto rico em significados a serem explorados e estudados nas práticas pedagógicas e inseridos nos projetos interdisciplinares. Uma professora comenta sobre a pluralidade cultural existente em Joinville, que pode ser tema gerador de projetos.

L.R.P: [...] Eu vejo a importância de eles saberem onde eles estão. Claro que hoje temos muita gente de fora. Eles vêm muito para cá: 'o nordeste, sul, leste, oeste' não temos mais isso não. Eu sou daqui, moro aqui desde que nasci, mas é diferente agora, nós temos muitos haitianos que são de outro país, então muda totalmente a cultura.

Quanto aos propósitos a serem alcançados no desenvolvimento destes projetos interdisciplinares, as professoras opinaram sobre alguns objetivos que poderiam ser definidos no planejamento das ações pedagógicas. Segundo M.H.K.A. “[...] no geral é de que ele reconheça, que ele saiba o que é e que ele saiba conservar”; Para M.G.A.A.M. o principal objetivo é “[...] conhecer [...] quais lugares que existem na cidade. Porque eu vejo que a maioria dessa comunidade não conhece muita coisa. Então eu acho fundamental”. Outras duas professoras afirmaram que os principais objetivos são:

C.A.P: Promover a identidade cultural e social; conscientizar em relação ao pertencimento da comunidade a entender como funciona a história da região e compreender essas tessituras mesmo assim cotidianas que acontecem. [...] Se eles não tiverem noção disso que história que vamos produzir para as novas gerações? Vão ficar lacunas que são importantes em relação ao cuidado. ‘O que minha comunidade representa?’ É muito fácil pegar essa comunidade que vem dos Estados Unidos, nada contra, tudo bem, é a afinidade, é gosto, mas eu pertenço aqui, eu sou daqui e a criança precisa conhecer isso.

J.E.B.: Eu acredito que devemos identificar e reconhecer o patrimônio. Por exemplo, como a escola está se municipalizando agora, não tem uma biblioteca, temos um espaço onde guardamos os livros. [...] vamos cuidar daquele espaço [que é de todos], para não estragar, trazer os livros, porque tem o empréstimo do livro [...] muitas crianças acabam levando o livro inteiro e trazendo todo rasgado.

Os objetivos apontados pelas professoras são convergentes com os propósitos fundamentais da educação patrimonial descritos por Horta, Grunberg e Monteiro (1999). Para estes autores, a função principal da educação patrimonial é contribuir para que o estudante amplie a sua leitura de mundo e a sua visão sobre o contexto sociocultural em que está inserido. Para tanto, ele precisa conhecer e compreender a sua própria história e a história da sua comunidade, percebendo-se também como produtor desta história.

Os dados obtidos por meio das entrevistas realizadas sugerem que as professoras acreditam que os projetos interdisciplinares que têm a educação patrimonial como tema gerador podem contribuir para a aprendizagem da criança, a valorização dos bens culturais, favorecendo uma nova visão sobre o patrimônio da cidade. As falas das professoras também indicaram que consideram a cooperação

entre as disciplinas como sendo um fator fundamental no trabalho com o patrimônio cultural nas escolas, porque a definição de objetivos comuns favorece para que esses sejam alcançados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interface entre a educação e o patrimônio tem sido objeto de estudos na teoria, indicando a importância desta conexão, uma vez que a cultura está na essência da ação pedagógica. A partir disso, pode-se pensar que o ensino sem a reflexão sobre os bens culturais, tende a desconectar-se da função primordial de uma pedagogia que visa oportunizar ao estudante a efetiva inserção social. Na Constituição Brasileira estão presentes os indicativos dos direitos do cidadão à cultura, sendo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB foi elaborada no sentido que essa prerrogativa fosse atendida. Contudo, a atual Base Nacional Comum Curricular desconsidera questões relacionadas ao trabalho com a diversidade cultural de forma efetiva, deixando de contemplar questões voltadas às condições de trabalho dos professores.

Neste cenário, educar o olhar para ver a cidade e a sua história é uma postura da educação crítica que implica em desafios no contexto dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública municipal de Joinville, mas que também apresenta intencionalidades e perspectivas de inserção e aprofundamento de abordagens já existentes nas escolas sobre o patrimônio cultural.

Os relatos das professoras indicaram que o tema do patrimônio cultural foi mencionado com pouca frequência nos cursos de formação inicial e formação em serviço dos quais participaram e que a maioria delas desconhece se esta temática é contemplada no Projeto Político Pedagógico das escolas. As concepções de algumas entrevistadas remetem aos aspectos que tradicionalmente têm sido mais vinculados ao patrimônio cultural de Joinville, evidenciando que predominam em algumas percepções os bens culturais que são mais valorizados pelos agentes patrimoniais e divulgados pela mídia sobre o que deve ser considerado patrimônio nesta cidade. Concepções essas que podem estar relacionadas à insuficiência de discussões voltadas a este tema na sua formação inicial e continuada.

Em contrapartida, apesar desta ênfase em patrimônios consagrados da cidade, outras professoras chamaram a atenção para a região e notadamente os bairros em que os alunos vivem, com seus próprios bens culturais, incluindo a escola e seu entorno. Os relatos de algumas professoras apontam para a importância de maior interação entre o estudante e os bens culturais de Joinville e região, como os sambaquis e as paisagens naturais e culturais, para que eles se percebam como

integrantes desta história e descubram os significados do patrimônio cultural como algo vivo e presente no contexto em que estão inseridos.

Ao ouvir as narrativas das professoras sobre seus envolvimento com práticas de educação patrimonial, a pesquisa permitiu perceber como, no cotidiano de escolas públicas da rede municipal de ensino de Joinville, manifestam-se intenções pedagógicas para se estabelecer laços entre patrimônio e sociedade no tempo presente e educar o olhar de estudantes para que vejam a cidade como obra humana e coletiva cuja história também é deles.

Assim, as professoras se posicionam de maneira ambígua em relação ao patrimônio cultural, ora assumindo a concepção deste patrimônio como uma normativa que representa uma ideologia dominante, ora assumindo a concepção de patrimônio construído nas interações com o meio social e os bens culturais com os quais os estudantes estabelecem uma relação de sentido, em um processo constantemente reaberto pelos novos significados que são criados e por um novo olhar sobre a realidade.

As percepções de patrimônio evidenciadas nas entrevistas apontaram para uma visão direcionada ao patrimônio construído da cidade como museus, prédios históricos, igrejas, escolas, em detrimento de olhares para os saberes e fazeres da comunidade que constituem o patrimônio imaterial. É importante problematizar essa ideia a partir do conceito trabalhado nesta dissertação de que o patrimônio é algo vivo, material ou imaterial, envolvendo o exercício de pensar a comunidade como protagonista.

Dentre os diversos desafios no trabalho com o patrimônio cultural na escola, foram apontadas principalmente as dificuldades de realização de estudos de campo, pela insuficiência de apoio do poder público na viabilização de transporte, agravada pelas condições socioeconômicas das famílias. As professoras se preocupam em cumprir os conteúdos estabelecidos na matriz curricular, que está pautada em um currículo prescritivo, o que dificulta o aprofundamento dos estudos sobre os bens culturais, além do fato de que precisam lidar com falta de alguns materiais pedagógicos específicos sobre o tema. Com a implementação da organização curricular em blocos no município de Joinville, as aulas de História e Geografia deixaram de ser ministradas pelos professores regentes da turma. Com isso, se não houver uma conexão interdisciplinar entre esses professores regentes e os professores que passaram a ministrar História e Geografia, as abordagens dos

conteúdos muitas vezes não estabelecem o diálogo necessário para que se efetive o estudo do patrimônio. Enfim, a abordagem dos bens culturais está inserida em um contexto educacional que, em sentido amplo, apresenta problemas a serem enfrentados, tendo ainda seus próprios desafios a serem pensados.

Considerando os aspectos descritos, pode-se afirmar que as professoras entrevistadas têm diversos desafios no trabalho com o patrimônio cultural, que vão desde a rotina por vezes exaustiva em sala de aula para o cumprimento dos conteúdos estabelecidos pelas normativas curriculares até outros entraves que surgem no decorrer do processo de ensino. Todos estes aspectos, segundo as professoras, incidem no ensino dos conteúdos e, em determinadas situações, acarretam defasagens na aprendizagem dos estudantes.

Contudo, as expectativas das professoras mostraram-se positivas quanto à inserção da educação patrimonial em suas práticas pedagógicas. Elas manifestaram interesse em aprender mais sobre a lógica patrimonial, em participar de cursos de formação em serviço e em fazer parte de projetos interdisciplinares para que os estudos sobre o tema sejam aprofundados. A valorização da pluralidade cultural é um ponto importante a ser discutido e inserido na elaboração destes projetos, partindo do princípio de que os alunos não vivem em uma sociedade homogênea, pois Joinville, a exemplo de muitas cidades brasileiras, apresenta um cenário de convivência de múltiplas culturas, sendo que este contexto social precisa ser considerado nas discussões sobre os bens culturais.

A pesquisa desenvolvida evidenciou a importância da educação patrimonial na escola como um caminho para a educação crítica e emancipadora, como um espaço para discutir a questão do patrimônio cultural, estimulando o estudante para que tenha um olhar crítico e para que se perceba como alguém que também participa da construção sociocultural da sua cidade. Para tanto, a educação patrimonial deve ser inserida de forma crítica no contexto educativo, por meio de discussões contínuas, contempladas no Projeto Político Pedagógico das unidades educacionais.

A escola se caracteriza como um espaço formal de ensino e aprendizagem, que não somente tem o papel de ser uma das mediadoras na relação entre o estudante e os bens culturais, promovendo o conhecimento sobre estes bens, discutindo a identidade e o pertencimento inerentes a eles, como também em muitas situações é produtora destes bens culturais, espaço carregado de histórias e memórias. Assim, a escola se apresenta como um contexto de significação,

ressignificação e produção da cultura, o que parece reforçar o argumento de que a educação patrimonial precisa ser inserida nos processos educacionais do Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado. **II Seminário de História Oral Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 19 a 20 de setembro de 1996. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/869.pdf>. Acesso em ago. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal, Edições 70, LDA, 2009.

BELEI, Renata, A.; et al. O uso de entrevista, observação e vídeo gravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 30, p. 187-199, jan/jun., 2008.

BERNARDI, Liane Maria; UCZAK, Lucia Hugo; ROSSI, Alexandre José. Relações do movimento empresarial na política educacional brasileira: a discussão da Base Nacional Comum. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 29-51, jan./abr. 2018.

BOGDAN, Robert, C.; BIKLEN, Sari, K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto - Portugal: Porto Editora, 2001.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Lei 8.069/90**. Brasília. Senado Federal, 1990.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. História e Geografia**. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL, **Plano Nacional da Educação – PNE 2014- 2024. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília: Senado Federal, 2014.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular - BNCC. **1º ao 5º ano do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2000.

CALIL, Gilberto. uma história para o conformismo e a exaltação patriótica: crítica à proposta de BNCC/história. **Giramundo** Rio de Janeiro, v. 2, n. jul/dez 2015. Disponível em: <<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/Giramundo/article/view/670>>. Acesso em ago 2020.

C.S. **Entrevista concedida a Adenise Costa Reis**. Joinville, 19 de dezembro de 2019.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. [Trad. Maria Letícia Ferreira]. São Paulo: Contexto, 2016.

CARA, Daniel. **O que Paulo Freire e Anísio Teixeira diriam sobre a base curricular?** 2017. Disponível em: <<https://danielcara.blogosfera.uol.com.br>> Acesso em ago 2020.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II: ser ou não ser.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASTRO, Lucia Rabello de; BESSET, Vera Lopes (orgs.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude.** Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008.

CASTRO, Magali et. al. Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do patrimônio cultural. **Pedagogia em ação**, v.2, n. 2, p.1-117, nov.2010. Disponível em: <<http://pedagogiacao/index>>. Acesso em: maio, 2019.

CAMPOS, Claudinei J.G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos. **Rev. bras. enfer.** 2004, vol.57, n.5, pp.611-614

COELHO, Ilanil. **Pelas tramas de uma cidade migrante** (Joinville, 1980-2010). [tese de doutorado]. Florianópolis: UFSC, 2010.

CRISPIM, Rute Irene Claudio. **A educação integral proposta pelo programa mais educação:** Revisão Bibliográfica. Congresso Internacional de Educação e Inclusão-CINTEDI. Campina Grande, 27 de junho de 2016.

C.P. **Entrevista concedida a Adenise Costa Reis.** Joinville, 28 de janeiro de 2020.

C.S.A. **Entrevista concedida a Adenise Costa Reis.** Joinville, 18 de dezembro de 2019.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2012.

DEMARCHI, João Lorandi. Patrimônio e educação: Contribuições da rede paulista de educação patrimonial para o tema. **Revista CPC**, São Paulo, n.20, dez.2015.

E.C.S.B. **Entrevista concedida a Adenise Costa Reis.** Joinville, 18 de dezembro de 2019.

FRANCO, Francisco Carlos; PRADOS, Rosália Maria Netto; BONINI, Luc Mendes. Cultura, cidadania e patrimônio cultural: interfaces entre a escola, a cidade e as políticas culturais na cidade de Guararema, SP. In: **Perspectivas**, v.33, n.1. Florianópolis, jan./abril, 2015.

FREIRE, Paulo. **Conscientização e Alfabetização:** uma nova visão do processo. Revista de Cultura da Universidade do Recife. Nº 4; Abril-Junho, 1963.

_____. **Educação como prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 32 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e terra. 1983.

_____. **A educação na cidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 45.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE. PlanMOB Volume II . **Plano Diretor de Transportes Ativos - PDTA**. Joinville, 2016. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br>>. Acesso em jun 2020

GADOTTI, Moacir. **O projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania**. São Paulo: USP, 1999.

GIL, Antônio, C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOODSON, Ivor. Currículo, narrativa e o futuro social. [Trad. Eurize Caldas Pessanha e Marta Banducci Rahe]. In: **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 35 maio/ago. 2007. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a05v1235.pdf>>. Acesso em ago 2020.

GONÇALVES, Janice. Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. **UnilaSalle**. Canoas, n.18, dez. 2014. Disponível em: <www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/mouseion>. **Acesso em: ago, 2018**.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Joinville. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em set. 2019.

IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação patrimonial: ações e projetos**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: ago, 2018.

_____. **Educação patrimonial: Histórico, conceitos e processos**, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: ago, 2018.

JOINVILLE. **Plano Municipal de Cultura**. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2018/10/Metas-Plano->

Municipal-de-Cultura-2012-2021.pdf>. Acesso em: dez.2020.

JOINVILLE, Prefeitura Municipal. **Joinville em dados**. Disponível em: <Joinville-Cidade-em-Dados-2019>. Acesso em set. 2019.

JOINVILLE. Lei n.º 1.772, de 1.º de dezembro de 1980. Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville. 1980a.

_____. Lei n.º 1.773, de 1.º de dezembro de 1980. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, arqueológico, artístico natural do município de Joinville. 1980b.

_____. Lei n.º 1.863, de 23 de abril de 1982. Cria a Fundação Cultural de Joinville. 1982.

_____. Lei n.º 21.529, de 13 de novembro de 2013. Regulamenta a Lei n.º 363 e Lei n.º 366, de 19 de novembro de 2011. Institui o Inventário do Patrimônio Cultural – IPCJ. Disponível em: . Acesso em: dezembro 2020.

_____. Lei n.º 5.372, de 16 de dezembro de 2005. Institui o Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura – SIMDEC. Disponível em: . Acesso em: dez. 2020.

_____. Lei n.º 6.705, de 11 de junho de 2010. Institui o Sistema Municipal de Cultura. Joinville, 2010. Disponível em: . Acesso em: dez. 2020.

_____. Lei n.º 7.258, de 5 de julho de 2012. Institui o Plano Municipal de Cultura de Joinville. Disponível em: . Acesso em: dez. 2020.

_____. Lei Orgânica do Município de Joinville, de 2 de abril de 1990.

_____. Plano municipal de cultura. 2012.

_____.Regimento Único das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino,2018. Disponível em: < <https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/regimento-unico-das-unidades-escolares-da-rede-municipal-de-ensino-de-joinville/>>.Acesso em: dez.2020.

J.E.B. **Entrevista concedida a Adenise Costa Reis**. Joinville,20 de dezembro de 2019

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO- LDB **Lei n.9394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Senado Federal 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2010.

MACHADO, Diego Finder. **Marcas da profanação: versões e subversões da ordem patrimonial em Joinville- SC**. Florianópolis: Udesc, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

M.H.K.A. **Entrevista concedida a Adenise Costa Reis**. Joinville, 18 de dezembro

de 2019.

M.G.A.A.M. **Entrevista concedida a Adenise Costa Reis.** Joinville, 19 de dezembro de 2019.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Siro Darlan de. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069/90.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ONU BR- Organização das Nações Unidas no Brasil. **A UNESCO no mundo e no Brasil.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>>. Acesso em: ago., 2018.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola.** São Paulo: Cortez, 2016

PEREZ, Tereza (org.). **A Base Nacional Comum Curricular na prática da gestão escolar e pedagógica.** São Paulo: Moderna, 2018.

PETT, Leila Regina. **Entrevista concedida a Adenise Costa Reis.** Joinville, 18 de dezembro de 2019.

PILLOTTO, Silvia Sell Duarte; OLIVEIRA, Maria Bernadete Baran de; NASCIMENTO, Rúbia Stein do. In: GEVAERD, Mercedes Maria; PILLOTTO, Silvia Sell Duarte (org.). **Educação Patrimonial: conexões interativas.** Lages: Grafine, 2011.

PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do Patrimônio Cultural, v.1.** Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História**, v. 15, 1997. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11215/8223>> Acesso em ago 2020.

PORTUGAL, Francisco Teixeira. **A pesquisa-intervenção e o diálogo com os agentes sociais.** In: CASTRO, Lucia Rabello de; BESSET, Vera Lopes (orgs.). Pesquisa-intervenção na infância e juventude. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008.

PRIAMO, Vania Inês Avila. Projeto de educação patrimonial “você é feito de histórias”, do Museu Histórico de Nova Hartz. In: BERLOTTO, Márcia; PEREIRA, Walmir (org.) **Patrimônio cultural e museus.** Porto Alegre: UFRGS, 2013.

MARINHO, João; IERVOLINO, Thaís. **Mais Educação: desafios e conquistas,** 2015. Disponível em: <<https://educacaoeparticipacao.org.br/>>. Acesso em: jul., 2019.

MONTEIRO, Sandrelena da Silva. Formação de professores para a Educação Patrimonial: Espaço em construção. In: TEIXEIRA, Simonne (org.). **Contribuições à prática pedagógica para a Educação Patrimonial.** Campos dos Goytacazes: Eduenf, 2008

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história.** Chapecó: Argos, 2004.

RODRIGUES, Natália. **Estado Novo.** Disponível em: <<https://www.infoescola.com/brasil-republicano/estado-novo/>>. Acesso em jul., 2019.

SACRISTÁN, José Gimeno (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo.** Cidade: Penso, 2000.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **Encontros museológicos: Reflexões sobre a museologia, a educação e o museu.** Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008.

SILVA, Renata Augusta dos Santos. A construção de um *ethos* de formação: as relações entre os saberes históricos acadêmicos e o ensino de história, v. 23, n. 1, p. 93-113, jan./jun. 2020. In: **Dossiê da Revista de História Oral.** Associação Brasileira de História Oral. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/869.pdf>. Acesso em ago, 2020.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Marcia. Educação patrimonial: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos.** Florianópolis: Nova Letra / ABA / Fundação Ford, 2007. p. 11.21. Disponível em: <<https://www.academia.edu>>. Acesso em: 22 maio 2020.

S.Z.F. **Entrevista concedida a Adenise Costa Reis.** Joinville, 17 de dezembro de 2019.

T.N. **Entrevista concedida a Adenise Costa Reis.** Joinville, 16 de dezembro de 2019.

TEIXEIRA, Simonne (org.). **Contribuições à prática pedagógica para a Educação Patrimonial.** Campos dos Goytacazes: Eduenf, 2008.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, **Representação da Unesco no Brasil.** Disponível em <<http://www.unesco.org>>. Acesso em ago., 2018.

UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville. **Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade; mestrado; grupos de pesquisa.** Disponível em: <https://www.univille.edu.br/pt_br/institucional/proreitorias/prppg/setores/pos_graduacao/mestradosdoutorado/mestradopatrimonioculturalsociedade/gruposdepesquisa/601208> Acesso em ago. 2020.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,** Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br>>. Acesso em maio, 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar, por meio de uma entrevista oral, da pesquisa de mestrado intitulada “Educação Patrimonial: Desafios e perspectivas nos anos iniciais do Ensino Fundamental de Joinville- SC”, que objetiva problematizar os desafios e as perspectivas teórico-práticas da Educação Patrimonial nos anos iniciais da rede pública de Joinville.

Serão previamente marcados a data e o horário para a entrevista oral, utilizando um gravador digital para o seu registro. A entrevista será realizada nas escolas participantes. Também será realizada, posteriormente, a transcrição textual da entrevista para que o(a) senhor(a) possa ler, bem como fazer as correções, supressões ou acréscimos que achar necessários. Não é obrigatório responder todas as perguntas e a entrevista poderá ser interrompida ou encerrada no momento que o(a) senhor(a) desejar.

O(a) Senhor(a) não terá despesas e nem será remunerado pela participação na pesquisa. Todas as despesas eventualmente decorrentes de sua participação serão ressarcidas. Em caso de dano provocado durante a pesquisa ou em decorrência dela, será garantida indenização.

Os riscos envolvidos na entrevista serão mínimos por envolver a narrativa de suas experiências em sala de aula, mas sem focar questões da sua intimidade, podendo apenas acarretar alguma situação de estresse emocional ou desconforto. Novamente se informa que não há obrigação de responder a nenhuma pergunta a esse respeito, cabendo ao(à) senhor(a) decidir se realiza ou não o relato.

Caso concorde, a sua identidade será revelada nos trabalhos científicos que farão uso da entrevista concedida, buscando. Contudo, caso não haja concordância a este respeito, a sua identidade será preservada pelo uso de um pseudônimo (nome fictício) de sua escolha.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão diretos e indiretos. De maneira indireta, considera-se um benefício o registro de sua memória pessoal através de um projeto de pesquisa acadêmico, promovido por uma instituição pública e de notório reconhecimento. A sua entrevista contribuirá para dar visibilidade à sua participação na história sobre a Educação Patrimonial em Joinville. De maneira direta, o(a) senhor(a) receberá uma cópia da gravação em áudio da entrevista que concedeu, bem como a sua transcrição textual. Ao final do trabalho, o(a) senhor(a) receberá uma cópia digital do texto da tese da dissertação. Neste sentido, terá acesso aos resultados da pesquisa, conhecendo a maneira como a sua narrativa oral foi analisada e interpretada no processo de pesquisa.

A pessoa que realizará a entrevista será o pesquisador responsável pelo projeto, podendo estar acompanhado de outros participantes.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos científicos, para apresentações em eventos científicos, bem como para a escrita da dissertação. Caso seja a sua vontade, a sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da

pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO: Adenise Costa Reis

NÚMERO DO TELEFONE: (47) 99954-6666

ENDEREÇO: Rua Benjamin Constant. 1798 apto. 304, Bairro Glória. Cep: 89217-301. Joinville- SC

ASSINATURA DA PESQUISADORA:

APÊNDICE B: ROTEIRO GERAL DE ENTREVISTA PARA USO DA METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE
MESTRANDA: ADENISE COSTA REIS
ORIENTADORA: PROF. DRA. ILANIL COELHO
COORIENTADOR: DR. DIEGO FINDER MACHADO

Dissertação: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO
ENSINO FUNDAMENTAL DE JOINVILLE

Objetivo: Problematizar os desafios e perspectivas da Educação Patrimonial nos anos iniciais da rede pública municipal de Joinville.

Data e local de realização da entrevista:

Entrevistador:

Entrevistado:

Telefone:

E-mail:

Identificação

a) Idade:

b) Gênero:

c) Tempo de atuação:

na área da educação:

nos anos iniciais do Ensino Fundamental:

na rede pública de Joinville:

d) Turma em que atua:

e) Fale um pouco sobre a sua formação inicial e continuada:

f) Em algum momento você já estudou sobre o tema Patrimônio Cultural?

g) O Projeto Político Pedagógico de sua escola aborda o tema Educação Patrimonial?

h) O tema Patrimônio Cultural está ligado ao seu ofício de professor(a)? Como?

Eixo Temático “1”: As percepções do professor sobre a temática do Patrimônio Cultural.

a) O que você entende por Patrimônio Cultural?

b) Na sua escola já foram desenvolvidos projetos sobre o tema Patrimônio Cultural?

c) Qual a importância dessas experiências para as crianças e os professores da escola?

Eixo Temático “2”: Desafios que os professores enfrentam no trabalho com o tema Patrimônio Cultural nas escolas da rede pública de Joinville

a) Há materiais disponíveis em sua escola sobre o tema Patrimônio Cultural ? Quais estão disponíveis?

b) Há apoio para a abordagem deste tema na escola?

c) Quais outros desafios que se apresentam quando o professor se propõe a abordar o tema Patrimônio Cultural?

Eixo Temático “3”: Perspectivas dos professores em relação à Educação Patrimonial no quarto e quinto ano do Ensino Fundamental da rede pública de Joinville

a) Você tem interesse em participar de cursos sobre o tema Educação Patrimonial?

b) Você considera importante a discussão e participação em projetos que tenham como tema gerador a Educação Patrimonial nos anos iniciais?

c) Quais objetivos devem ser definidos para a elaboração desses projetos?

d) Quais as metodologias e recursos devem ser priorizados nas práticas sobre Educação Patrimonial?

e) Gostaria de falar sobre mais sobre este assunto ou fazer outros comentários?

Agradecimentos

APÊNDICE C: TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

Entrevistada: C.S

Entrevistadora: Adenise Costa Reis

Transcrição: Bruna Carolina de Souza

Tema: Patrimônio Cultural na educação básica

Data:

Local:

Tempo: 4 minutos e 45 segundos.

Legenda:

C.S.: Camila dos Santos

A.C.R.: Adenise Costa Reis

Comentários paralelos do entrevistador na fala do entrevistado serão em *(itálico e entre parênteses)*

Comentários paralelos da entrevistada na fala do entrevistador serão apenas (entre parênteses)

Transcrição Literal Integral da Entrevista

A.C.R.: Boa tarde C.S.

C.S.: Boa tarde.

A.C.R.: Seu nome completo?

C.S.: Camila dos Santos

A.C.R.: Data de Nascimento?

C.S.: Vinte oito do um de noventa e cinco

A.C.R.: Você nasceu em Joinville?

C.S.: Sim, nasci em Joinville.

A.C.R.: E Mora em Joinville desde que nasceu?

C.S.: Desde que eu nasci.

A.C.R.: E a filiação? Quem são seus pais?

C.S.: Olha, os meus pais, o meu nome do meu pai é Francisco Carlos né ele é natural de Barra Velha, não é natural daqui. É, minha mãe é Marili Olandina dos Santos e é natural daqui de Joinville

A.C.R.: Você, o teu estado civil?

C.S.: Sou solteira.

A.C.R.: Tem filhos?

C.S.: Não tenho filhos.

A.C.R.: E onde você mora?

C.S.: Eu moro no Nova Brasília.

A.C.R.: E o tempo de atuação na área da educação?

C.S.: Na área da educação desde dois mil e treze.

A.C.R.: E a turma que você atua?

C.S.: Primeiro ano.

A.C.R.: É, em que turmas? Bloco dois...

C.S.: Bloco eu não, é alfabetização

A.C.R.: Alfabetização

C.S.: Isso.

A.C.R.: Quanto tempo atua nessa escola?

C.S.: Nessa escola...esse ano, desde fevereiro né.

A.C.R.: E trabalha em outra escola além dessa?

C.S.: Trabalho em mais três escolas: no Valentim, no Hans Mueller e no Karin.

A.C.R.: Camila, fala um pouquinho assim sobre a sua formação. Quando você estudou no ensino médio, depois que gradua...onde você fez a sua graduação...

C.S.: Tá, no ensino médio na, eu estudei no Antonio Alpaides que é no meu bairro né. De lá eu me, quis fazer pedagogia daí fiz na, na ACE quatro anos né, aí onde eu né comecei a atuar na área antes mesmo né, assim que eu iniciei na Faculdade eu já comecei a atuar na área como auxiliar daí depois já foi pra professora e aqui estou né (risos).

A.C.R.: Em algum momento da sua formação Camila, você estudou ou ouviu sobre o tema Patrimônio Cultural?

C.S.: Não.

A.C.R.: E, o Projeto Político Pedagógico da sua escola aborda o tema? Você sabe? Se o PPP da escola aborda?

C.S.: Não sei te dizer.

A.C.R.: Você participou da construção do PPP?

C.S.: Não

A.C.R.: Como é que você associa ou não, a educação a bens e lugares patrimonializados? Por exemplo, você acha que tem a ver a educação com os bens da cidade, do estado, da região...a, a, educação tem a ver com Patrimônio ou não?

C.S.: Eu acho que tem a ver, na minha opinião tem a ver sim.

A.C.R.: E você acha importante as crianças estudarem a experiência de estudarem o Patrimônio, é importante pra criança?

C.S.: Acho com toda certeza, com isso ela vai conhecer mais a cidade né, com certeza é muito importante.

A.C.R.: E pros professores também é bom conhecer o Patrimônio?

C.S.: Com toda certeza.

A.C.R.: E na sua opinião Camila, o tema Patrimônio Cultural está ligado ao ofício de professor? Tem, tem ligação do Patrimônio com ser professor?

C.S.: Com certeza.

A.C.R.: Como assim você acha que tem a ver?

C.S.: A, é porque eu preciso tá a parte dos patrimônios da cidade né, pra passar pros meus alunos como um conhecimento tanto pra mim como pros meus alunos né.

A.C.R.: Há materiais disponíveis aqui na escola sobre o tema Patrimônio?

C.S.: Não sei te dizer.

A.C.R.: E há apoio se você quiser trabalhar Patrimônio? Há apoio da escola?

C.S.: Sim.

A.C.R.: Como assim eles, eles apoiam o professor se ele quiser fazer um, trabalhar o Patrimônio?

C.S.: A, se eu quiser levar os alunos em algum lugar, em uma pesquisa de campo, eles super apoiam nessa parte.

A.C.R.: E você já desenvolveu algum projeto sobre o tema Educação Patrimonial?

C.S.: Não, nunca desenvolvi.

A.C.R.: E que desafios se apresentam na sua opinião quando o professor e a escola querem trabalhar o Patrimônio? Quais são os desafios?

C.S.: Hmm...desafio?

A.C.R.: Pra conhecer é, é difícil conhecer o Patrimônio tipo...

C.S.: Não.

A.C.R.: Locomoção? Nada?

C.S.: Não, eu acho que não tem, não tem nenhum empecilho, é realmente a vontade mesmo e querer.

A.C.R.: E que saberes, o que que você acha que a criança vai aprender a partir de projetos que abordem Patrimônio? O quê que você acha que a criança vai aprender com isso? Que saber escolar ela vai ter?

C.S.: A, vai ter conhecimento mais da nossa cidade né...

A.C.R.: Você considera importante a discussão, participação em projetos que tenham como tema gerador a educação patrimonial pros anos iniciais?

C.S.: Sim.

A.C.R.: Quais metodologias e recursos devem ser priorizados nas práticas sobre educação? Que métodos o professor pode usar? Que recursos os professores podem usar pra trabalhar o Patrimônio com a criança?

C.S.: Aula de campo...

A.C.R.: Você tem interesse em participar de cursos de formação sobre o tema?

C.S.: Sim.

A.C.R.: E assim Camila, tem alguma pergunta que eu fiz que, que você, que eu não te fiz ou que você queria falar sobre isso e eu não perguntei, cê quer fazer algum outro comentário?

C.S.: Não, acho que não

A.C.R.: Fica bem à vontade.

C.S.: Acho que é isso mesmo

A.C.R.: Então ó, muito obrigada Camila

C.S.: Eu que agradeço.

A.C.R.: Muito, muito obrigada.

Fim da Entrevista.

Entrevistada: C.P

Entrevistadora: Adenise Costa Reis

Transcrição: Bruna Carolina de Souza

Tema: Educação Patrimonial

Data:

Local:

Tempo: 29 minutos e 49 segundos.

Legenda:

C..: C.P

A.C.R.: Adenise Costa Reis

Comentários paralelos do entrevistador na fala do entrevistado serão em *(itálico e entre parênteses)*

Comentários paralelos da entrevistada na fala do entrevistador serão apenas (entre parênteses)

Transcrição Literal Integral da Entrevista

[música no fundo]

A.C.R.: Boa tarde.

C.A.P.: Boa tarde.

A.C.R.: Seu nome é?

C.A.P.: C.P

A.C.R.: Isso, C.P qual a data do nascimento, do seu nascimento?

C.A.P.: Dezessete de maio de oitenta e seis.

A.C.R.: Nasceu em Joinville?

C.A.P.: Não, em Brasília, Distrito Federal.

A.C.R.: Em Brasília? (Uhum) E a quanto tempo você mora em Joinville?

C.A.P.: Desde dois mil e quatro.

A.C.R.: E quem são seus pais?

C.A.P.: Minha mãe Edina e meu pai. Minha mãe mora aqui e meu pai em Brasília

A.C.R.: E seu, seu estado civil?

C.A.P.: Sou solteira.

A.C.R.: Possui filhos?

C.A.P.: Não.

A.C.R.: E onde você mora em Joinville?

C.A.P.: Eu moro no bairro Comasa.

A.C.R.: E o tempo de atuação na área da educação, Clarina?

C.A.P.: Desde dois mil e doze eu sai da minha antiga área que era contabilidade e iniciei é, estagiando, fiz estágio no Bom Jesus, no SESC, aí trabalhei no SENAI e no SENAC também na área pedagógica, até entrar na prefeitura. Aí na prefeitura eu entrei em dois mil e quinze, faz cinco anos que eu sou servidora municipal.

A.C.R.: Na rede pública de Joinville.

C.A.P.: Faz cinco anos.

A.C.R.: E a turma em que você atua?

C.A.P.: Atualmente eu atuo com crianças de primeiro ao quinto ano. Eu leciono duas vezes na semana, as disciplinas de História e Geografia.

A.C.R.: E que escola você atua?

C.A.P.: No CAIC Francisco, é uma escola municipal ali do bairro Comasa.

A.C.R.: E você trabalha em outra escola além dessa?

C.A.P.: Hoje, esse ano não, até ano passado eu atuava em duas escolas o Laura Andrade no Jardim Iriú e no CAIC Francisco, aí esse ano somente no CAIC Francisco.

A.C.R.: E Clarina, fala um pouco da sua formação iniciada o que você estudou, o que você fez ?

C.A.P.: Então, eu fiz o técnico em contabilidade, atuei na área durante uns quatro, cinco anos e quando foi pra fazer faculdade daí eu decidi fazer a licenciatura em pedagogia. É, uma área que eu sempre gostei, área da educação, a escola, sempre me fascinou assim então eu acabei indo, indo pra área da pedagogia. Depois logo que eu acabei o, me formei em pedagogia eu fiz o mestrado na UDESC no programa de pós-graduação em ensino de ciências, matemática e tecnologias.

A.C.R.: E, em algum momento, Clarina, da sua formação, você estudou patrimônio cultural ?

C.A.P.: Eu estudei né, na época da faculdade né. É, tanto em disciplinas específicas de história mesmo, em história da educação é, quanto as metodologias de ensino. Área de história particularmente sempre, sempre tive curiosidade na verdade né, na, pra essa área de história assim, eu acho que é bem importante e no curso de, do mestrado já parti mais pra área da, das tecnologias como as tecnologias influenciam ali no processo de ensino aprendizagem no ensino básico né, no fundamental um aqui

de Joinville. Então a gente não chegou a, a entrar especificamente nessa área de história.

A.C.R.: O projeto político pedagógico da escola que você trabalha ele aborda o tema educação patrimonial? Você sabe se aborda?

C.A.P.: Então, na verdade ele aborda não com essa nomenclatura assim, educação patrimonial mas, tanto na escola anterior né, que eu trabalhava que era o Laura Andrade como no CAIC Francisco abordam no sentido de é, conhecimento da comunidade pra criança. Pela criança e pela comunidade em si, é uma escola que tem uma situação bem importante e nos dois PPPs, né, nos projetos políticos pedagógicos a instituição tem bem isso muito, muito claro assim de que isso é muito importante.

A.C.R.: E você participou da, do PPP da escola?

C.A.P.: Não, não. Porque eu entrei ano passado e, e tem uma, um dia em especial que a gente faz uma revisão do PPP e tudo mais né, mas eu não cheguei assim a, a participar, eu acredito que esse ano eu consiga efetivamente participar até porque a gente tem uma matriz nova no, no município então vai ter que alterar todos os projetos políticos pedagógicos assim das escolas. Então esse ano é possível que eu participe.

A.C.R.: E assim Clarina como é que você associa, ou não né, a educação patrimonial a bens e lugares patrimonializados da cidade, do estado. Você associa educação... tá associada a bens patrimonializados? Você acha que sim ou não?

C.A.P.: Em partes. Na verdade a gente, é, como eu trabalho com turmas de primeiro ao quinto ano a gente tem coisas muito específicas de cada etapa então assim nos primeiros aninhos é muito voltado pra alfabetização. Então a gente aborda muito o que tem em torno da criança assim, que ela realmente conhece o que pra ficar algo mais é, como que seja mais compreensível, que seja mais e que seja mais, mais como é que se diz a palavra... significativo no caso pra ela né. Então a questão da educação patrimonial ela vem no sentido, assim é, de conhecer a estrutura por exemplo né, da escola, o que é a escola, pra que aquela comunidade representa por exemplo para os primeiros aninhos. Depois, quando chega ali lá pro terceiro ano, a gente já começa a falar sobre o que o bairro tem. Por exemplo, o bairro Comasa a gente tem questões muito importantes né voltado ao sambaqui por exemplo, a questão de formação do bairro como que surgiu né o bairro é, como a empresa Tupy por exemplo influenciou pra surgir esse bairro então assim as crianças vão apropriando aos poucos elas vão

se entendendo também como sujeito ativo nessa história, porque a história do presente que elas estão fazendo história né.

A.C.R.: Sim

C.A.P.: Quando chega no quarto e quinto ano a gente consegue ter isso mais formado com eles então a gente consegue já partir pra Joinville, pra Santa Catarina e daí consegue fazer uma formação mais específica com esse entendimento já que eles são agentes que participam da história, que fazem história e que eles estão dentro dela de certa forma né, então a gente consegue daí analisar até, é até locais físicos por exemplo como a casa do príncipe e da princesa por exemplo representa a chegada em Joinville né que é o Museu da Imigração e porque que tava fechado esse ano né e tudo mais então a gente consegue fazer esse trabalho assim a longo prazo, a longo prazo pra que quando chegue lá por exemplo no sexto ano e quando vai falar de história ele tenha essa base assim bem, bem fundamentada.

A.C.R.: E qual a importância dessa experiência pras crianças? De conhecer...

C.A.P.: Olha eu acho fundamental. Sabe que à alguns anos aqui em Joinville antes de o município atender a lei dos trinta e três por cento a gente, os professores em sala de aula história e geografia a gente tinha matriz mas era passado de forma muito superficial eu sei porque eu era uma dessas professoras né. A gente acabava direcionando a história e geografia então a gente tem uma matriz tinha é aquela responsabilidade de, de todos os pontos da matriz fossem contemplados né mas a, sempre foi primordial o português e a matemática até porque a Provinha Brasil (*uhum*), que é uma prova de avaliação nacional é português e matemática então a partir do momento lá em dois mil e dezoito que daí a prefeitura aumentou a atendeu né a lei federal, a lei dos trinta e três por cento de hora atividade é, as disciplinas de história e geografia ficou com professor específico né, ficou específico da área de pedagogia também mas que voltasse para a história e geografia e a gente divide mesmo sabe, história, história, 'hoje teremos aula de história', 'hoje teremos aula de geografia', que apesar de serem bem parecidos as crianças conseguem ver e diferenciar desde o começo o que é a história e o que é a geografia. Aí eu acho que a partir desse momento eu acho que foi e é muito importante porque a criança ela precisa se perceber, precisa se perceber como agente transformadora da sociedade porque enquanto a gente não consegue se entender como agente transformadora a gente acaba é, não refletindo sobre algumas questões, algumas até política sociais, econômicas que são importantes pra toda uma comunidade, né. É, quando a gente, é

na, no meu trabalho em específico eu tento voltar principalmente pra nossa realidade como comunidade então por exemplo, o que o Comasa tem de importante e como a gente que é um bairro marginalizado, é um bairro assim que hoje tá, o Comasa né a gente fala até como o Comasa do Boa Vista, o Boa Vista até mais importante que o Comasa que quê é o Comasa? Né, ali os Espinheiros, não é o Comasa, é um bairro que tem ali toda a sua história. Então quando...tem uma história que é história da humanidade a gente tem habitantes que ficaram por ali a mais de cinco mil anos atrás, então é um bairro que tem muita importância histórica pra, pra Joinville né. E é muito legal quando as crianças conseguem perceber isso porque é a partir dali que ela vai começar a cuidar do bairro se tornar é, se tornar agentes transformadores mas que eles consigam se compreender o pertencimento, a identidade mesmo sabe? E defender essa identidade mesmo na comunidade. Então a partir do momento que a gente começou a direcionar as aulas de história pra história mesmo sem perder a alfabetização, sem perder é, as questões específicas de cada etapa, eu acho que daí sim, é um trabalho a longo prazo né, imagine, dois mil e dezoito, dois mil e dezenove e agora dois mil e vinte então a gente vai precisar de assim, alguns anos pra que a gente consiga perceber assim que teve, que tem esse efeito que eu já consigo perceber no dia a dia, assim.

A.C.R.: E a importância da experiência do professor da Escola? De, de trabalhar os bens e os lugares patrimonializados, é importante pros professores ou não?

C.A.P.: Olha, é muito importante eu vou até falar de uma experiência é, que eu tive esse ano, né. A gente tem um problema no município de transporte né (*uhum*) a gente por exemplo, não consegue assim transporte. A gente tem crianças que nunca foram num museu, a gente tem professores que nunca foram no museu mais, é, como levar então isso né? Então a gente tem por exemplo o Museu do Sambaqui que eles tem o kit pedagógico que os professores conseguem buscar e levar pra sala de aula então esse ano, foi ano passado né, foi a experiência que fiz por exemplo de levar esse, esse material pra sala de aula, pra escola e foi muito legal. Porque não foi só eu que utilizei, eu nas aulas de história e geografia porque era um tema específico pro quarto e quinto ano, tema dos Sambaquis, os primeiros habitantes de Santa Catarina, para o estado de Joinville, eu levei todas as turmas lá, então assim foi bem interessante né pras turmas mas pros professores eu achei assim que foi fantástico. É, a direção daí fez um trabalho ali com os professores, os professores do sexto ao nono levaram, o professor de história

A.C.R.: Nas duas escolas?

C.A.P.: Nas duas escolas. Foram duas semanas diferentes né (*uhum*) levei num momento na Lauro daí eu tive que esperar mais um momento, daí busquei novamente, aí levei novamente lá pro CAIC Francisco pra daí a gente consegue deixar uma semana os materiais lá né. Então, esse trabalho é, pros outros professores eu acho que influencia assim de forma positiva sabe. Até assim a forma de trabalhar de forma interdisciplinar de motivar assim os professores a trabalhar de forma interdisciplinar porque a gente precisa no nosso dia a dia trabalhar junto sabe é uma dificuldade ainda que a gente ainda encontra bastante.

A.C.R.: E na sua opinião Clarina o tema patrimônio cultural está ligado ao seu ofício de professor?

C.A.P.: Muito, muito. É, educação patrimonial na verdade eu acho até quando eu não era professora específica da área de história e geografia é algo assim que a gente precisa trabalhar até na escola em relação a escola. Sabe a escola assim como um local físico mas também um local que é referência pra toda uma comunidade, um local de memória. Então assim, por exemplo no CAIC Francisco a gente fez vinte anos agora então tem professores que está lá, estão lá desde o começo que agora dão aula para os filhos dos, dos alunos (*dos alunos*) que já tinham sabe então é, é um local de referência pra aquela comunidade. Então, a gente trabalha isso na escola, a gente trabalha isso independente se eu trabalhasse, como eu trabalhei por exemplo no Jardim Paraíso. Eu fiz todo um trabalho também de o que o Jardim Paraíso tem né, que é tão estigmatizado né, marginalizado na, em Joinville, o que quê, o que quê o Jardim Paraíso tem e o que quê a gente pode fazer pra melhorar e tudo mais sabe, a história do Jardim Paraíso. Então, é, é muito importante não, até quando se explica de, português, matemática, sabe que a gente trabalha assim, nós que trabalhamos do primeiro ao quinto com todas as disciplinas ali né, história, geografia, ciências e tudo mais é a educação patrimonial até eu falo em relação a nomenclatura né porque as vezes a gente até tipo dá uma assustada 'A, mas educação patrimonial' (é), na verdade a gente trabalha o tempo inteiro, o tempo inteiro na sala de aula, seja falando da comunidade, seja falando da escola, seja falando do nosso bairro, da nossa cidade a gente fala o tempo inteiro de educação patrimonial.

A.C.R.: E há Clarina, nas escolas que você trabalha materiais disponíveis sobre o tema patrimônio cultural, quais materiais tem disponível sobre isso?

C.A.P.: Nós temos. Lá no Laura Andrade por exemplo a gente, a gente tem a forma interdisciplinar, a gente precisa realmente de todos os agentes disponíveis na escola né. Então por exemplo, o bibliotecário nesse momento ele nossa, ele é um agente super importante que ajuda os professores. Então, nós temos é, no Laura Andrade a gente tem um acervo bem bacana que fala principalmente sobre a cidade de Joinville, que fala, que traz a questão, da, da história, do, dos, a especificação dos museus sabe, dos locais importantes da história dos bairros, a gente tem. Lá no CAIC é um pouco mais complicado porque a nossa bibliotecária aposentou então assim, até pra gente mexer no material a gente até fica um pouco, de certa forma insegura né, tem todo um controle e tudo mais sabe. Então a gente fica um pouco restrito, só que no CAIC em contrapartida a gente consegue trabalhar muito com os ambientes e com a história do local é, a gente tem o mangue ali atrás, tem é, o sambaqui é só atravessar a rua então a gente consegue trabalhar sim, é, de forma mais exploratória, no caso sabe. Então, sim, é possível, independente de ter o material físico a gente tá mudando muita coisa a gente, a prefeitura hoje tem sala de informática que tá virando espaço meio que, o espaço meio que era pra ser usado meio que em todas as disciplinas que é um espaço de criação, de criatividade então também a gente vai conseguir também trabalhar história e geografia e tudo mais né.

A.C.R.: E há apoio pra abordagem do tema na escola tem apoio da gestão, como quais apoios que vocês tem?

C.A.P.: Nós, nós temos apesar de que eu acredito assim que a gente tem, tem a pessoas ótimas do município, o problema é que a gente anda um pouco sobrecarregado burocraticamente, burocraticamente muito sobrecarregados, então a gente acaba tendo o desvio de função. A gente tem por exemplo no CAIC uma supervisora, só que também trabalha como orientadora, porque a gente está sem orientadora, a gente tá sem bibliotecária, então a gente tem esse problema que o professor acaba tendo que se virar nos trinta mesmo. Então por exemplo, esse material que eu busquei, que eu busquei lá no Museu do Sambaqui, eu que entrei em contato porque eu sabia, não foi algo da supervisão, eu já sabia, desde a minha formação inicial que existia esse material e tudo o mais, eu que fui buscar, eu que trouxe, eu que tive a responsabilidade com o material. Então, assim, acaba tendo o professor tendo muita responsabilidade em relação a isso, mas de qualquer forma eu destaco ali a ação das supervisoras, elas tem um papel assim fundamental na, na, no

apoio aos professores, nas dicas, quando tem passeio, as questões dos ônibus e tudo mais sabe, a gente precisa do trabalho da supervisão pra isso.

A.C.R.: E você já desenvolveu algum projeto sobre o tema educação patrimonial que envolveu, que envolveu outros professores já teve algum projeto assim?

C.A.P.: É, ano passado eu fiz lá no CAIC Francisco sobre o Sambaqui com o quinto ano e daí eu precisei da ajuda da professora para trabalhar os textos em sala de aula, porque eu tenho pouco tempo né com os alunos só duas aulas por semana então precisei da professora pra isso ela trabalhou os textos na sala de aula, a gente fez, é, visita de campo né, a gente fez a exploração, a gente foi até o Sambaqui, a gente fez a explicação. Eu fiz também na aula dela, então é primordial que a gente, a gente realmente precisa pra desenvolver um projeto, a esse nível a gente precisa. No Laura também foi a mesma coisa. Então, a gente trabalhou por exemplo com as ODS né os Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis e eu precisei também das professoras pra trabalhar com os textos e tudo mais, aí foram projetos menores no caso. É projetos mais específicos pra área de geografia né, a utilização da água e tudo mais. Mas, é, mais específico de educação patrimonial foi no CAIC Francisco.

A.C.R.: E que desafios se apresenta quando o professor e a escola se propõe ao abordar o tema patrimônio cultural?

C.A.P.: Eu acho que os desafios dos recursos né, que foi os que eu comentei. Então por exemplo, a falta do ônibus, eu trabalho de manhã e a tarde, no CAIC Francisco eu trabalhava só a tarde. Então a gente tinha ônibus até duas da tarde, não tinha como levar as crianças pro, pro Museu, eu até tentei na época mas as crianças teriam que vir de manhã, só que de manhã eu tô em outra escola. Então assim, o problema dos recursos, a biblioteca né que poderia fornecer a gente podia ter o aceite mas a gente tinha que é, identificar esses materiais e fizesse ali uma varredura e selecionasse. Eu não conseguia fazer isso, então o que eu pude fazer eu acabei fazendo ali conduzindo a campo, trazendo os materiais do museu mas, é, eu acho que os problemas mesmo são os recursos, porque nem sempre o professor vai conseguir fazer isso. A gente tem hora atividade com exigência né, assim então a gente realmente precisa desenvolver muitas coisas naquele tempo e a gente precisa de pessoas da gestão que nos apoiem mas também que estão sobrecarregadas por conta de outras funções que não tem...então assim, a questão de recursos, tanto materiais quanto humanos.

A.C.R.: E que saberes escolares, que tipo de saber pode ser produzidos ou potencializados a partir do projeto que aborda o tema educação e patrimônio,

patrimônio cultural da cidade, do estado, da reunião, que saber pode ser, pode ser produzido?

C.A.P.: Olha, eu acho que pra criança, pro, pro estudante especificamente eu acho que o quê mais importante assim, é, a questão de identidade cultural e social, muito importante. É, algo que se for passar, se não for, onde que ele vai ver isso, se não é na escola. Não é em casa né, na hora do almoço ou do jantar que vão falar sobre esse assunto então a questão de pertencimento a um local específico ou aquela comunidade, aquela região, a Joinville. Joinville é um, uma cidade conhecida nacionalmente, seja pela dança é, seja pela questão histórica do Museu do Sambaqui por exemplo né que tem um legado bem grande assim, então se a gente não, não passar isso, se eles não se apropriarem da forma que a gente espera assim né, essa questão de pertencimento de identidade como cuidar de tudo isso. Então eu acho que esse é o saber que eu acho que é o mais importante e é o mais significativo desse tempo.

A.C.R.: E você considera importante Clarina, a discussão e a participação em projetos que tenham como tema gerador a educação patrimonial nos anos iniciais? Você considera importante? Por que quê cê acha que esse tipo de projeto sobre patrimônio.

C.A.P.: É, eu acho bem importante esses projetos, até porque como eu falei anteriormente eram disciplinas que a gente não, não abordavam tanto né, era mais de forma superficial assim, sempre voltado pra, pras questões de português e matemática então, é, projetos, é, que voltem em relação a isso eu acho bem importante a gente tá. O Brasil é um país muito diversificado então a gente por exemplo agora esse ano a gente tá entrando com a BNCC que é a Base Nacional Comum Curricular e lá fala muito isso em relação a questão dos locais específicos da comunidade, da região porque eu não tenho como por exemplo me basear somente no livro didático que ele é baseado nacionalmente como aconteceu comigo por exemplo de falar sobre poesia e tinha lá uma poesia que falava sobre Rio de Janeiro, Cristo Redentor pô, tudo bem né a gente apreciou e tudo mais, mas essa fala sobre 'Olha a gente tá falando disso mas aqui em Joinville o que podemos falar sobre, da nossa região, tem esse autor, tem esse autor', então trazer isso pra escola é, algo essencial e só a partir de projetos pra gente conseguir fazer isso é, sequências didáticas específicas que voltem pra esse, esse tipo de tema voltar para a comunidade, voltar para nossa região pra eles conseguirem sentir, sentir esse pertencimento de eu sou um agente que faz história que tem a sua história.

A.C.R.: E quais objetivos devem ser definidos para a elaboração do projeto que...[inaudível]

C.A.P.: Sim, sim eu acho que é isso mesmo. Promover a identidade cultural e social como eu já tinha falado é, conscientizar em relação a, a pertencimento da comunidade a entender como funciona a história da região a compreender essas tessituras mesmo assim cotidianos que acontecem. Porque eles, a história serve pra refletir mesmo né 'o que quê aconteceu no passado que a gente quer que não aconteça mais?'. Então, a gente precisa realmente estudar e cuidar do nosso patrimônio é, a questão por exemplo até de, de patrimônios físicos né, cuidar da manutenção, por que é importante a gente ter um museu da imigração que esteja aberto pra comunidade né. Se eles não, não tiverem noção disso que história que a gente vai tá é formando, que história que a gente vai tá (produzindo) pras novas gerações? Né, vai ficar lacunas que são importantes em relação ao cuidado a gente, a gente tá com a globalização daí o que Joinville é? O que Joinville é? O quê a minha comunidade representa? A gente é muito fácil pegar essa comunidade que vem dos Estados Unidos e tal, não, nada contra, tudo bem, é a afinidades, é gosto, tudo bem mas eu pertenço aqui, eu sou daqui a criança precisa conhecer isso.

A.C.R.: E quais as metodologias, recursos que devem ser priorizados nas práticas com educação patrimonial? Que metodologia, qual o recurso você acha importante?

C.A.P.: Eu acho que a disponibilização assim de, quando eu falo, quando eu falo de recursos materiais né a gente tem por exemplo, pessoas aqui em Joinville na cidade que produzem materiais incríveis, incríveis, a própria Univille né tem um laboratório de história lá que é muito importante que faz pesquisas aqui da região e que eu já trabalhei já com materiais produzidos pela Univille lá na escola então, é, essa disponibilização de materiais como recursos né. A questão de a partir da prefeitura promover visitas de campo né porque realmente não tem como o professor conseguir fazer toda essa logística até escola e tudo mais, é meio complicado a gente precisa de todos, todos os agentes estejam envolvidos né, e, recursos humanos até, porque a gente precisa de bibliotecário, a gente precisa de pessoas que também embarquem nessa história. Lendas, a gente tem umas dificuldades de por exemplo de procurar lendas de Santa Catarina. Mas o bibliotecário ele conhece lendas incríveis sabe, que a gente consegue trabalhar, então assim recursos humanos e materiais. Eu acho que a parte da tecnologia tá em evolução aqui no município, eu acho que daqui a uns anos a gente vai sentir melhor, assim que hoje tá um pouco confuso até por conta da

formação continuada dos professores que também é uma outra questão assim que é difícil de, de organizar pela prefeitura porque né, eu acho se não me engano a área da educação ou os servidores não sei, são doze mil só na área da educação então assim é um, é um volume grande né. Então é, é eu acredito que isso, recursos materiais, recursos humanos.

A.C.R.: E Clarina você tem interesse em participar de cursos de formação sobre o tema educação patrimonial?

C.A.P.: Sim, com certeza, nós precisamos na verdade. É, uma coisa assim que, formação continuada no município eu acho extremamente necessário as últimas formações que nós tivemos foi voltada ano passado por exemplo voltada sobre a matriz, a construção da matriz, a BNCC, foi importante sim, mas ainda faltam, formação específica na área sabe. Tanto de alfabetização, da área da matemática e da parte da história e com certeza educação patrimonial seria muito importante.

A.C.R.: Você gostaria de contar algum outro aspecto sobre esse assunto, um comentário, alguma coisa que eu não te perguntei, queria falar algum, mais alguma coisa sobre...

C.A.P.: Não, acredito que seja isso acho que é, acho que agora vocês estão com o doutorado a Univille né

A.C.R.: Uhum

C.A.P.: Eu acredito que, o que necessita mesmo é que tenha essa ligação da ensino superior, da academia pra educação básica. Eu fiquei, eu fiz o mestrado e eu percebi que muitas pesquisas ficam na academia que eles precisam chegar na educação básica sabe e, eu percebo assim que tem muita fala que 'O professor precisa buscar, ai que o professor precisa isso' e que na verdade não é bem assim, a gente trabalha, eu trabalho quarenta horas, ano passado eu tinha dezoito turmas eu tinha mais de seiscentos alunos então além de uma organização é um trabalho de planejamento, é um trabalho de acompanhamento que chega a ser assim ó, desumano. Então como que o professor além disso vai buscar ainda. Então assim eu acredito que tenha assim que tem que vim de cima pra baixo né, se for usar esse termo que tenha que sair da academia e que chegue na educação básica e não a educação básica chegue na academia, eu acho que esse é um, um desafio assim que a gente tem que superar.

A.C.R.: Te agradeço imensamente Clarina (de nada), muito, muito, muito obrigada. Ó, Trinta minutos.

Fim da entrevista.

Entrevistada: C.S.A

Entrevistadora: Adenise Costa Reis

Transcrição: Bruna Carolina de Souza

Tema: Educação Patrimonial

Data:

Local:

Tempo: 07 minutos e 56 segundos.

Legenda:

C.S.A.: Cristiane da Silva de Andrade

A.C.R.: Adenise Costa Reis

Comentários paralelos do entrevistador na fala do entrevistado serão em *(itálico e entre parênteses)*

Comentários paralelos da entrevistada na fala do entrevistador serão apenas *(entre parênteses)*

Transcrição Literal Integral da Entrevista

A.C.R.: Bom dia C.S.A!

C.S.A.: Bom dia.

A.C.R.: Tudo bem?

C.S.A.: Tudo bem.

A.C.R.: Seu nome completo.

C.S.A.: É Cristiane da Silva de Andrade.

A.C.R.: Data de nascimento?

C.S.A.: Dezesete de doze de mil novecentos e setenta e sete.

A.C.R.: Você nasceu em Joinville mesmo?

C.S.A.: Sim.

A.C.R.: Uhum. E você mora...sempre, sempre você morou em Joinville?

C.S.A.: Sempre em Joinville

A.C.R.: Uhum e a filiação, seus pais? Tem o nome deles?

C.S.A.: É Orlandino da Silva e Cristina da Silva

A.C.R.: E você, estado civil?

C.S.A.: Casada.

A.C.R.: Possui filhos?

C.S.A.: Uma filha.

A.C.R.: Uma filha, hmm. O endereço seu?

C.S.A.: Rua Tresdinesfat, 396.

A.C.R.: E Cristiane quanto tempo você trabalha na educação?

C.S.A.: Eu já trabalho na educação, uns catorze anos.

A.C.R.: E o tempo de é, na área de, na educação no ensino fundamental, catorze anos?

C.S.A.: Sim.

A.C.R.: Sempre no ensino fundamental [sim]de primeiro a quinto.

C.S.A.: Sempre no ensino fundamental

A.C.R.: E na rede pública de Joinville

C.S.A.: Sempre. Primeiro no estado de ACT e agora no município de concursada

A.C.R.: E, a turma que você atua? Qual é o ano?

C.S.A.: É, terceiro ano na parte da manhã e a tarde multisseriada primeiro e segundo ano.

A.C.R.: E a quanto tempo você atua nessa escola?

C.S.A.: Nessa escola dez anos.

A.C.R.: E trabalha em outra escola além dessa?

C.S.A.: Não, trabalho quarenta horas aqui.

A.C.R.: Assim Cristiane fale um pouquinho sobre a sua formação, inicial e continuada. No que quê você estudou, fez o ensino fundamental onde, como é que foi?

C.S.A.: Eu o ensino fundamental meu foi próximo da minha casa né, conclui, depois o segundo grau eu fiz no Nova Era e a faculdade eu fiz na Univille, que foi pedagogia na especialização de Ensino Fundamental, séries iniciais e educação infantil mas eu atuo na, no ensino fundamental um, que eu gosto mais do que educação infantil.

A.C.R.: E, em algum momento da sua formação você estudou Patrimônio Cultural?

C.S.A.: Olha, que eu estou lembrada não, na faculdade não.

A.C.R.: E o Projeto Político Pedagógico da escola é, aborda será o tema educação patrimonial ?

C.S.A.: Não.

A.C.R.: E você participou da construção do PPP?

C.S.A.: Sim, a gente sempre participa.

A.C.R.: E assim Cristiane como é que você associa né, os bens patrimonizados os lugares de patrimônio, bens, tipo de patrimônio de Joinville né ou da cidade, do país, do estado com a educação. Você acha que tem a ver o patrimônio com a educação?

C.S.A.: Olha, depende as vezes parece que sim e as vezes parece que não.

A.C.R.: E você acha importante pra criança ter a experiência de trabalhar com o patrimônio, conhecer o patrimônio da cidade.

C.S.A.: Ah, eu acho que tem.

A.C.R.: E pro professor também é importante trabalhar o patrimônio, você acha?

C.S.A.: Eu acho que é importante porque tem coisas de patrimônio que a gente nem sabe que existe.

A.C.R.: Na sua opinião o tema patrimônio cultural está ligada ao professor. Esse tema tem a ver com o professor? Falar do patrimônio, falar tipo do sambaquis

C.S.A.: Tem.

A.C.R.: Tem a ver?

C.S.A.: Tem.

A.C.R.: Com o seu ofício de professora?

C.S.A.: Sim.

A.C.R.: Uhum. E assim na escola você, você tem material disponível sobre patrimônio assim?

C.S.A.: Alguma coisa e é bem pouco o que tem

A.C.R.: Mas tem tipo tem Data show também que pode pesquisar...

C.S.A.: Sim, mas assim por exemplo, uma sala informatizada a gente não tem pra levar as crianças e tá pesquisando

A.C.R.: E há apoio para a abordagem do patrimônio na escola assim, tem apoio se você quiser trabalhar o patrimônio há apoio da escola?

C.S.A.: Há sim.

A.C.R.: E você já desenvolveu algum projeto de patrimônio na escola algum, ou com outro professor, envolveu outros professores, você.

C.S.A.: Não, não, nunca fiz. Mas a única coisa que teve sobre patrimônio aqui na escola, que a escola foi cedida é pro museu Fritisen, Fritisen Alt (**FRITZ ALT**) eles vieram fazer uma exposição, ficou uma semana aqui na escola (*ótimo*)foi aberto pro público e as pessoas vieram visitar

A.C.R.: E vocês tem passeio assim com as crianças, sai da escola...

C.S.A.: Saímos

A.C.R.: Pra passear, conhecer tipo ir no museu...

C.S.A.: Sim.

A.C.R.: Sim. (Sim)É, você acha que tem saberes escolares que podem ser produzidos a partir de projetos que abordem o patrimônio. E se eu trabalhar o patrimônio na minha cidade em Joinville por exemplo ou do, ou do estado, ou do país é, vai ter um saber pra criança isso, ela vai aprender com isso?

C.S.A.: Muito.

A.C.R.: Uhum. É, você, você considera importante a participação em projetos que tema, que tem, pra você assim, com relação a você é participação em projetos que tenham como tema gerador a educação patrimonial nos anos iniciais, cê acha importante ter projetos...

C.S.A.: Acho.

A.C.R.: Por que quê você acha importante?

C.S.A.: Porque eles tem que aprender desde pequeno é, sobre o patrimônio que tem visitaçãõ e as exposições, participar. Isso é muito importante para criança.

A.C.R.: Isso, e quais as metodologias e recursos que você acha que pode ser usado para trabalhar patrimônio? Que método, que recurso que eu posso, pra mostrar pra minha criança alguma coisa, que recurso eu posso usar...

C.S.A.: Recurso? Visitaçãõ é, pesquisas de, numa sala informatizada, quando você tem. Levar figuras e imagens, o professor tá passando em Data show, slides não se usa quase mais mas é as possibilidades que tu tem na escola pra tá passando.

A.C.R.: E, o que quê te impede as vezes de, de trabalhar o patrimônio assim, porque as vezes a gente como professor quer trabalhar porque a gente tem esse ideal, assim, 'A eu queria mostrar pro meu aluno isso, fazer com isso'. Mas o que quê impede as vezes na escola? O que quê as vezes a gente como educador não consegue por causa disso.

C.S.A.: Olha, a gente tem que seguir uma grade curricular né e nela a gente tem muita coisa pra fazer entre língua portuguesa e matemática, muita, a gente tem que dar conta daquilo as vezes isso que impossibilita você tá trabalhando

A.C.R.: Isso mesmo, e assim, na escola é, no entorno da escola se eu quiser ir passear com o meu aluno eu tenho recurso financeiro tipo ônibus é fácil, como é que é assim na escola? Os pais, a comunidade

C.S.A.: A, olha, a comunidade em si é bem carente não consegue, são bem humildes, mas assim a gente assim esse ano tem uma parceria com a empresa (*uhum*), eles

nos cedem pela Gidion-Transtusa, um ônibus sempre que a gente solicita mas assim, é um, dois ônibus por ano. A gente também não pode se abusar né, porque já é ganhado (*uhum*) aí se a gente faz uma programação destinada a tal lugar eles nos cedem, a gente consegue.

A.C.R.: Uhum. E você tem interesse assim Cristiane em participar de curso de formação sobre o tema educação patrimonial.

C.S.A.: Olha, as vezes penso que sim, dependendo o horário tudo né.

A.C.R.: E assim é, você acha difícil trabalhar com a criança a dimensão de tempo, por exemplo quando a gente fala de patrimônio fala muito o passado o futuro é difi...pra criança você acha que é difícil entender o que é o passado, o que quê é o futuro ou é fácil pra eles?

C.S.A.: Depende a idade da criança né por exemplo os pequenos eles não associam, pra eles é tudo pra hoje, pra hoje, foi ontem mas é amanhã, depois mas eles não conseguem assimilar ainda essa associação de tempo mas pro terceiro, quarto, quarto e quinto eles já conseguem assimilar bastante essa noção de tempo.

A.C.R.: E você gostaria assim Cristiane de falar alguma coisa é, falar algum assunto que eu não comentei aqui ou fazer um outro comentário sobre educação patrimonial ou não, fica a teu critério.

C.S.A.: Não, eu acho que não tem nada pra falar não.

Fim da Entrevista.

Entrevistada: E.C.S.B

Entrevistadora: Adenise Costa Reis

Transcrição: Bruna Carolina de Souza

Tema: Educação Patrimonial

Data:

Local:

Tempo: 10 minutos e 10 segundos.

Legenda:

E.C.S.B.: Eliane

A.C.R.: Adenise Costa Reis

Comentários paralelos do entrevistador na fala do entrevistado serão em (*itálico e entre parênteses*)

Comentários paralelos da entrevistada na fala do entrevistador serão apenas (entre parênteses)

Transcrição Literal Integral da Entrevista

A.C.R.: Boa tarde E.C.S.B.

E.C.S.B.: Boa tarde

A.C.R.: Tudo bem?

E.C.S.B.: Tudo bom

A.C.R.: O seu nome completo?

E.C.S.B.: Eliane Carraro da Silva

A.C.R.: Data e local do seu nascimento.

E.C.S.B.: Eu nasci em dois do dois de mil novecentos e oitenta e um na cidade de Goioerê, Paraná.

A.C.R.: E quanto tempo você mora em Joinville?

E.C.S.B.: Eu tô em Joinville dez anos

A.C.R.: Dez anos! E cê sempre, quanto tempo você tá na educação Eliane?

E.C.S.B.: Eu trabalho na educação a nove anos. Eu trabalhei em Jardim particular e depois em dois mil em...dois mil e catorze eu prestei o concurso e agora que eu fui chamada no concurso ano passado.

A.C.R.: E quem são seus pais?

E.C.S.B.: Meu pai chama Davi Eugênio da Silva e a minha mãe Maria Paulina Carraro da Silva

A.C.R.: E eles moram lá em...

E.C.S.B.: Moram aqui.

A.C.R.: Aqui em Joinville?

E.C.S.B.: Aqui, aqui.

A.C.R.: Ah, então a família veio toda pra Joinville.

E.C.S.B.: Vieram toda pra cá

A.C.R.: E você é casada?

E.C.S.B.: Sou casada.

A.C.R.: Tem filhos?

E.C.S.B.: Tenho um filho.

A.C.R.: Um filho?

E.C.S.B.: Uhum.

A.C.R.: Quantos anos tem seu filho?

E.C.S.B.: Três anos

A.C.R.: É, você mora...qual o seu endereço aqui em Joinville?

E.C.S.B.: Eu moro no bairro Paranaguamirim

A.C.R.: E quanto tempo você trabalha Eliane na área de atuação do ensino fundamental?

E.C.S.B.: Ensino fundamental? A, pelo concurso agora fez um ano.

A.C.R.: Um ano. E que turma você atua agora?

E.C.S.B.: Do primeiro ao quinto ano.

A.C.R.: Com bloco dois?

E.C.S.B.: Bloco dois, história e geografia

A.C.R.: História e geografia. E quanto tempo você atua nessa escola?

E.C.S.B.: Um ano.

A.C.R.: Um ano. E que...a você trabalha em outra escola além dessa?

E.C.S.B.: Não, só aqui.

A.C.R.: Só aqui. E vai continuar aqui?

E.C.S.B.: Vou continuar aqui.

A.C.R.: Me fala Eliane da sua formação, assim você formou no ensino fundamental em que cidade? Em que escola? Como é que foi a tua

E.C.S.B.: Eu fiz a minha faculdade aqui em Joinville

A.C.R.: Aqui em Joinville.

E.C.S.B.: É. Me formei aqui e eu na época eu trabalhava em jardim particular, trabalhava com os pequenos aí depois eu fiz o concurso, quando eu fui chamada no concurso só ano passado o meu contrato tinha vencido em dois mil e quinze que eu peguei por contrato, quando o contrato venceu eu sai e ano passado eu fui chamada no concurso.

A.C.R.: E você formou em Pedagogia?

E.C.S.B.: Em Pedagogia.

A.C.R.: Em qual faculdade?

E.C.S.B.: Eu fiz dois anos na...

A.C.R.: Ananguera?

E.C.S.B.: Na Santo Antonio

A.C.R.: Santo Antonio, Inesa.

E.C.S.B.: No Inesa e depois eu fiz os dois anos que faltava eu terminei na Uniasselvi.

A.C.R.: Uhum. Em algum momento Eliane da tua formação assim, você, você escutou alguma vez o tema Patrimônio Cultural? Na faculdade ou na, no ensino fundamental? No ensino médio? Alguma vez você ouviu esse tema?

E.C.S.B.: Não me lembro, não lembro.

A.C.R.: O Projeto Político Pedagógico da escola que você, você conhece? Ele aborda o tema do patrimônio.

E.C.S.B.: Nossa gurua, nossa eu nunca pedi pra olhar.

A.C.R.: Você, você não fez parte da construção do projeto?

E.C.S.B.: Não, não, não, quando eu entrei já tinha

A.C.R.: Você associa por exemplo a educação a bens patrimonializados por exemplo a educação ela tá associada, tá ligada com o patrimônio da cidade, a educação

E.C.S.B.: Sim, eu acho que sim, principalmente em história

A.C.R.: E você acha importante essa experiência da, do patrimônio para as crianças

E.C.S.B.: Acho principalmente esses prédios mais antigos, as casas mais antigas a, bairros que então já tem uma, um certo tempo de construção. Pras crianças é muito importante isso a, a, o, eu acho legal a estrutura dos prédios, das casas, pra eles conhecerem como que eram antes como mudou, como que foi se transformando. Tudo isso pra eles é bom.

A.C.R.: E qual a importância também para o professor? Também é bom para o professor conhecer esse patrimônio? Trabalhar esse assunto com as crianças...

E.C.S.B.: Sim. Conhecer o patrimônio, conhecer é, porque que aquele, aquele prédio foi construído, como que foi, em que época que foi, até pra trazer isso pra sala de aula pra que os alunos se interagem disso né

A.C.R.: E na sua opinião Eliane, o, o tema, o patrimônio cultural está ligado ao, ao ofício de professor?

E.C.S.B.: Sim né, sim, a gente tem que saber disso principalmente quando é dentro da nossa cidade, quando é próximo ao nosso bairro, é importante a gente ter essa interação.

A.C.R.: E assim, há materiais disponíveis pra trabalhar o patrimônio na escola?

E.C.S.B.: Eu acho que tem poucos, eu acho que tem pouco recurso. Poderia ter um pouco mais sabe.

A.C.R.: O que tem disponível assim?

E.C.S.B.: São livros que tem, pesquisas na internet, que a gente faz ou então a gente levar a criança até o local coisa que eu acho difícil o acesso né, pra escola é

complicado. Se você tem duas ou três turmas, você tirar essas turmas né, você conseguir autorização dos pais pra levar essa turma até o local, é complicado.

A.C.R.: E há apoio pra abordagem do tema patrimônio cultural na escola? Tem apoio da escola?

E.C.S.B.: Pela escola sim, quando a gente precisa de um material. Quando a gente precisa 'A, eu quero elaborar um trabalho, quero fazer, preciso do material tal' a escola ela fornece material quando necessário.

A.C.R.: E assim Eliane eu sei que você é nova na escola, você já, você já apresentou, já desenvolveu, um projeto sobre o tema educação patrimonial, que envolveu outros professores? Você viu aqui na escola algum projeto que fala da educação patrimonial?

E.C.S.B.: Não, esse eu não cheguei ainda a fazer.

A.C.R.: Não né, e que desafios assim ó, que problemas você vê ou desafios que apresentam quando você quer trabalhar o tema patrimônio?

E.C.S.B.: Eu acho que o mais difícil é você levar a criança pra conhecer aquele patrimônio, por exemplo assim 'aquela casa é antiga, aquele prédio ele é antigo, ele pertenceu a fulano de tal'. Mas você levar a criança lá pra ver, pra ter acesso com aquilo, é mais difícil, é mais complicado.

A.C.R.: E você assim, na sua opinião que saber escolar, que quê a criança aprende que pode ser produzido por ela a partir de projetos, se tiver projetos sobre o patrimônio assim, a escola fez um projeto interdisciplinar ou só de história o que saber essa criança vai ter cê acha? O que ela vai conseguir com esse saber escolar.

E.C.S.B.: Eu acho que nesse ponto, a criança ela adquire a história no geral né, 'A, aquilo foi construído pelos, pelos imigrantes, que vieram de tal lugar, que fizeram assim, que foi no século tal', ela passa a conhecer, ela vê que aquilo ali faz parte da história dela também. Eu já fiz trabalho na sala de aula que os alunos descobriram que os pais é, que os avós vieram de outros países...

A.C.R.: Ó que legal

E.C.S.B.: E eles não sabiam. Tinha criança que o bisavô nasceu em Portugal e veio pro o Brasil quando criança. A criança não sabia, foi descobrir isso através do trabalho, o outro descobriu que o bisavô era polonês (*olha*), ele não tinha noção que o bisavô era polonês. Então assim, foi tudo um trabalho em sala de aula que envolve a história deles querendo ou não eles estão envolvidos naquilo ali né

A.C.R.: Família deles né.

E.C.S.B.: Uhum

A.C.R.: E você considera importante a discussão a participação em projetos que tem como o tema gerador a educação patrimonial lá nos anos iniciais, lá com os pequenininhos mesmo, não porque as vezes tem projetos com os maiores, mas com os pequenos sobre educação patrimonial. Cê acha importante isso, você acha que é importante ter discussão e participação num projeto sobre educação...

E.C.S.B.: Sim, eu acho que sim. A criança ela precisa desde cedo ela interagir com a história, ela saber como que aquilo foi feito, de que maneira foi feito.

A.C.R.: E assim que objetivos devem ser definidos para elaboração do projeto. Qual o objetivo do professor a fazer o projeto, cê já respondeu assim mas que objetivos você acha?

E.C.S.B.: Eu acho que é o conhecimento.

A.C.R.: Uhum

E.C.S.B.: Né a criança ela, ela se apossa de um conhecimento da onde ela tira as conclusões dela, da onde ela tira as perguntas dela, as dúvidas dela surge aonde são esclarecidas em sala ou até em trabalhos, em pesquisas.

A.C.R.: E quais as metodologias, que método, que recursos deveriam ser priorizados nas práticas sobre educação patrimonial. Então assim por exemplo, que métodos? Que recursos? Cê até né falou muito bem antes sobre isso...

E.C.S.B.: Eu acho mais assim ó, mais passeios né, levar as crianças ao museu, levar as crianças a um prédio histórico né, é a criança tê um pouco mais de recurso nessa parte, conhecer e ver.

A.C.R.: E, e, é difícil trabalhar assim Eliane, a dimensão do tempo pra criança, por que quê é pra ela o passado, não é tão passado, o futuro...é fácil trabalhar essa dimensão de tempo?

E.C.S.B.: Para os pequenos de primeiro a segundo ano sim, pra eles é um pouco mais difícil, difi...difi...um pouco mais de dificuldade de entender o, o passado a gente fala 'o passado', 'mas prof. quanto é esse passado?', 'A, é mil oitocentos e tal, e mil oitocentos e oitenta, e mil e seiscentos', assim aí eles falam 'mas poxa, poxa' mas assim, eles não, eles ainda não, tem noção do quanto que é esse tempo, entendeu? Pra eles é um pouquinho mais complicado isso

A.C.R.: E Eliane você tem, você teria interesse em participar de curso de formação sobre o tema educação patrimonial?

E.C.S.B.: Eu gostaria, seria interessante um curso assim, aonde a gente pudesse adquirir um pouco mais de conhecimento até pra gente trabalhar em sala de aula né, seria muito interessante.

A.C.R.: E assim, você gostaria de apontar alguns aspectos, algum, fazer algum comentário um ou outro, ou alguma coisa que eu não te perguntei e você queria contar sobre o teu trabalho lá com os quartos e quintos anos na, em história, tem alguma coisa que você gostaria de falar que eu não te perguntei...

E.C.S.B.: Olha uma coisa que, a eles se interessam muito o quarto e o quinto ano são pelos imigrantes que vieram para o Brasil, principalmente aqui pra Joinville. É, sobre a família real portuguesa pra eles é muito interessante. Pra eles é, descobrirem que a princesa veio de Portugal, que ela se casou né, lá na França eles achavam até então que ela tinha vindo aqui pra Joinville

A.C.R.: É ela não veio né

E.C.S.B.: Daí descobriram que ela não veio mas assim já é um, um ponto máximo pra eles que a casa foi construída, foi mobiliada pra receber o príncipe e a princesa né. Então pra eles a parte ali da família real, dos imigrantes é bem atrativo pra eles.

A.C.R.: Uhum, mais alguma coisa Eliane?

E.C.S.B.: Não, seria só.

A.C.R.: Então quero te agradecer muito, muito obrigada.

E.C.S.B.: Nada.

Fim da entrevista.

Entrevistada: J.E.B

Entrevistadora: Adenise Costa Reis

Transcrição: Bruna Carolina de Souza

Tema: Educação Patrimonial

Data:

Local:

Tempo: 12 minutos e 12 segundos.

Legenda:

J.E.B.: Juliana Elis Batiste

A.C.R.: Adenise Costa Reis

Comentários paralelos do entrevistador na fala do entrevistado serão em *(itálico e entre parênteses)*

Comentários paralelos da entrevistada na fala do entrevistador serão apenas *(entre parênteses)*

Transcrição Literal Integral da Entrevista

A.C.R.: Bom dia J.E.B.

J.E.B.: Bom dia.

A.C.R.: Seu nome completo.

J.E.B.: Juliana Elis Batiste.

A.C.R.: A data de nascimento?

J.E.B.: Quinze do oito de oitenta e seis.

A.C.R.: E você nasceu em Joinville mesmo?

J.E.B.: Sim, em Joinville.

A.C.R.: Sempre morou em Joinville?

J.E.B.: Sempre.

A.C.R.: E a filiação, quem são seus pais Juliana?

J.E.B.: Osnildo Inácio Batiste e Maristela Batiste.

A.C.R.: O seu estado civil?

J.E.B.: Eu sou, atualmente, eu sou divorciada mas eu tenha uma certidão de união estável sabe.

A.C.R.: E você possui filhos?

J.E.B.: Possuo, três meninas.

A.C.R.: Três meninas?

J.E.B.: Isso.

A.C.R.: A que legal. E o seu endereço?

J.E.B.: É na rua prefeito Helmuth Fallgatter, número mil trezentos e vinte.

A.C.R.: Pertinho da escola né.

J.E.B.: Uhum, pertinho.

A.C.R.: E o tempo de atuação na área de educação Juliana?

J.E.B.: Treze anos.

A.C.R.: Treze anos.

J.E.B.: Uhum.

A.C.R.: E, sempre na rede pública?

J.E.B.: Não eu trabalhei na rede é...esse ano passado eu iniciei com o contrato de ACT por dois anos e o restante eu trabalhei em rede privada né. Atualmente eu também trabalho na rede privada.

A.C.R.: E a quanto tempo você atua nessa escola?

J.E.B.: Nessa escola eu iniciei esse ano, em março.

A.C.R.: E você trabalha em outra escola além dessa?

J.E.B.: Trabalho na rede particular é, com uma turma de segundo período no CEI Tia Lu.

A.C.R.: Assim Juliana, fala um pouquinho da sua formação. Ensino médio, faculdade, se você tem pós...como é que é a sua formação?

J.E.B.: Eu tenho, eu fiz, realizei o ensino médio na verdade o ensino fundamental dois e médio na escola Presidente Castelo Branco, é uma escola estadual né. Dali eu já ingressei na faculdade de pedagogia na ACE. A, a minha formação foi um pouquinho mais estendida porque eu parei a faculdade durante as gravidez né, então eu tive duas gravidez e parei a faculdade e voltei. Daí um total de seis anos de faculdade, quase uma medicina né (risos). E terminando ali, eu parei por dois anos né, porque tinha filho pequeno e tudo mais né, recém casada com meu atual marido e, a, três, a dois anos atrás eu voltei a realizar, a estudar, a fazer alguns cursos na área é, sou formada em pedagogia, tenho uma especialização em psicopedago...em práticas psicopedagógicas, tenho uma pós também em alfabetização e letramento e tenho uma outra pós em psicologia do compor...psicologia comportamental e desenvolvimento em sala de aula. Atualmente eu sou, faço faculdade de, é desculpa não é faculdade, é especialização em Psicopedagogia e faço também

neuropsicopedagogia (*nossa*) e também faço altas habilidades né porque hoje é um campo...

A.C.R.: Melhor saber o que você não faz. Mee

J.E.B.: E que é um campo assim de trabalho que hoje a gente tem muitas crianças com habilidades né, fora então é muito interessante tá estudando.

A.C.R.: E aqui nessa escola você trabalha com que turma?

J.E.B.: eu trabalho de segundo a quinto ano com história e geografia.

A.C.R.: É bloco dois?

J.E.B.: Bloco dois, isso.

A.C.R.: E assim Juliana, em algum momento da sua trajetória ai profissional você ouviu, até na escolar mesmo, sobre patrimônio cultural, o tema patrimônio cultural?

J.E.B.: Não, assim, com, com o tema patrimônio cultural não, mas na matriz curricular do quarto ano a gente trabalha só o município de Joinville né, então a gente só estuda sobre o município de Joinville. Já o quinto ano a gente estuda sobre Santa Catarina né, o estado, então não entra nada de Joinville. A, olhando a matriz e conforme a gente foi trabalhando a gente tinha até o tema patrimônio cultural né, só que pra você trabalhar isso com as crianças é mais complicado hoje porquê. A escola que eu trabalho atualmente a gente tem muita dificuldade financeira né. Como a escola que ela está agora de municipalizando até por questão social das crianças né, os pais assim, não, não dão tanta importância para o estudo, o que é importante é a criança terminar porque é o ensino obrigatório e depois ir trabalhar pra ajudar na renda. Então, se a gente for fazer um passeio, se a gente for fazer algo muito complicado aqui onde a gente está atualmente sabe, não tem uma valorização assim, da educação. Por que quê é importante a criança tá estudando né. Então assim, dizer que a gente vai, a gente tem os sambaquis que a gente até estudou mas como é que a gente vai até lá né, as crianças tem que pagar. E assim até o município não, não, eles até oferecem alguns passeios durante mas é um por escola, então pensa quem tem duas, três turmas, se torna difícil e se tu vai levar metade da turma e deixar a outra metade por questão de renda escolar não tem como, de renda assim 'A que, minha mãe não tem dinheiro pra ir pro passeio. Minha mãe não tem dinheiro pra ir pro lanche, pra comprar o lanche'. Então isso se torna muito...

A.C.R.: Complicado.

J.E.B.: Complicado né e até pela questão assim. É que hoje, a gente tem que vencer o conteúdo né, a gente recebe uma matriz, por mais que foi passado pra gente 'A,

você tem um não, não precisa terminar tudo o que tá proposto aqui' mas assim, a gente tem que vencer três notas por trimestre né. Então como eu tenho história e geografia uma semana é história, dou o conteúdo, a outra semana tenho que avaliar, porque fechou o mês, que depois vou pegar geografia, tenho que dar o conteúdo, fazer a prova, fechou o mês. Então, são três trimestres, são três notas, é um conteúdo e uma prova sabe. Então a gente tem pouco tempo quar...até mesmo pra tá conversando o que as crianças conhecem né. E assim eu conversando com os meus alunos eu percebi que eles não conhecem muitas coisas. Eles assim tem uma defasagem de cultura mesmo, de dizer assim 'não conheço nenhum lugares aqui de Joinville', a o shopping beleza, eles conhecem porque é passeio mas se você dizer assim 'A tem museu', 'Nossa, tem museu aqui prof.', não conhece né, a gente trabalhando a zona rural de Joinville, eles não sabiam onde era a zona rural de Joinville.

A.C.R.: Olha.

J.E.B.: Já imaginou, eles não sabiam o que quê significa a zona rural, é que a gente trabalhou assim uma questão econômica da zona rural né, que antigamente os pais mandavam os filhos pra cidade pra estudar e hoje não eles querem continuar ali, pra tá dando continuidade ao trabalho do pai né (*sim*). A ele por exemplo assim 'A, eu tenho aqui uma plantação' ou 'eu tenho aqui assim uma questão rural de turismo mesmo, rural' os, os pais dão continuidade para os filhos, eles não tem essa noção (*não tem*)sabe. Eles não conhecem isso, não conhecem a, imagina, eu perguntei se alguém conhece Pirabeiraba, eles não sabiam onde é que era, sabe. Ali assim, a zona rural de Joinville, a questão assim, é educacional, vai ali os passeios, né. Eles não conheciam, são pequenos lugares que a gente vê que, dá dó assim né, da falta mesmo de, de, de desenvolvimento deles né, socioeconômico.

A.C.R.: E assim Juliana, o projeto político pedagógico da escola, ele aborda o tema educação patrimonial ou vocês não sabe...

J.E.B.: Não, não vi nada não.

A.C.R.: Você participou da construção do PPP da escola?

J.E.B.: Isso aham, todo ano, é, todas as escolas que eu trabalho a gente tem os dois dias iniciais, é pra trabalhar com o PPP, e nessa escola foi a mesma questão, mas a gente sempre tá reelaborando né o PPP mas do patrimônio a gente não conhece.

A.C.R.: Como você associa ou associa ou você não associa a educação aos bens e lugares patrimonializados da cidade, do estado, você acha que tem relação a educação com esses bens, com esses bens de patrimônio ou não?

J.E.B.: Olha, dizê assim que eu não conheço né, eu fui conhecer mesmo a relação de patrimônio quando eu peguei a matriz curricular do quarto ano onde eu tive que pesquisar né, então hoje eu utilizo muito assim o Google mesmo, o site de pesquisa da prefeitura de Joinville né, eu vou procurando, porque até os livros que trouxeram pra nós, do quarto ano, não tinha nada sobre Joinville.

A.C.R.: E qual a importância de estudar o patrimônio para as crianças? Você acha que tem, que é importante?

J.E.B.: É muito importante pra eles saberem o que é deles, o que a gente pode utilizar né, porque assim é um bem comum a todos né, e hoje assim, a gente vê muito a questão assim de 'A, eu estrago porque não é meu'. Mas a escola é um patrimônio também(é), eu não posso estragar porque sai do meu bolso, não foi uma coisa dada então é isso que a gente trabalha muito com eles sabe.

A.C.R.: E qual a importância pro professor também trabalhar o patrimônio?

J.E.B.: É importante pro professor conhecer porque o que a gente não ensina, a gente também não conhece, porque não parte de, não é uma coisa assim 'A porque eu vou estudar isso porque eu quero' não, você tem que ter ao menos uma importância do porque tu vai conhecer né, e aí a importância do que a gente saber o que quê é nosso porque hoje a gente não sabe mesmo. Antes de eu entrar com as, as matérias de história e geografia, muita coisa eu não conhecia ou eu nem lembrava porque eu aprendi lá quando eu tava no ensino fundamental.

A.C.R.: Isso mesmo. E na sua opinião Juliana, o tema patrimônio cultural está ligada ao ofício de ser professor?

J.E.B.: Está ligado porque a escola é um patrimônio né. Se a gente for ver assim ó, é, é, muito importante pra nós estar aprendendo o que é nosso até onde a gente pode ir o que a gente pode cuidar né, é muito importante.

A.C.R.: E assim, há materiais disponíveis [inaudível]né, aqui na escola pra trabalhar o tema patrimônio?

J.E.B.: A, a gente tem alguns livros que a gente até conseguiu de escolas de doação também de escola que passa de uma escola pra outra, do quarto ano né. Que tenha sobre Joinville mas não exatamente sobre o patrimônio tem que dar uma pesquisada né. E muitas coisas eu peguei até do site da prefeitura mesmo.

[Diálogo com criança, não será transcrito 08:26-08:38]

A.C.R.: Há apoio pra abordar o tema patrimônio na escola?

J.E.B.: Tem assim, a gente tem a supervisora, uma querida, sempre tá ajudando o que a gente precisa, a escola é bem aberta sabe, por mais que a gente tenha as dificuldades né com relação até é, do espaço e tudo mais, mas a escola é bem aberta pra isso né. O que a gente precisa eles tão sempre junto.

A.C.R.: E você já desenvolveu algum projeto ou a escola já desenvolveu algum projeto que você lembre, sobre educação patrimonial?

J.E.B.: Não. Agora assim a gente tem até um projeto pra é, é a restauração da biblioteca e tudo mais mas né, foi criado pela escola mesmo.

A.C.R.: Uhum e que, que desafios você acha Juliana que se apresenta quando você quer trabalhar o tema? Que desafio, que, você tem alguma dificuldade, algum desafio pra trabalhar o tema? Você até já comentou

J.E.B.: É pelo mesmo, pelo tempo né, a gente tem assim, a gente tá com um ensino ainda que é muito conteudista ainda né. A gente precisa dá conta, sabe. Eu até falo que a gente tá numa, numa quantidade de conteúdo e não na qualidade de ensino né. Hoje a gente tem isso que é um problema que é geral, não é só da rede pública é da privada também (*não*) porque a gente tem que dar conta, até os pais, eles querem notas, eles não querem uma qualidade, 'a, o meu filho não precisa saber disso' porque tem muitos que perguntam 'Pra que quê ele vai aprender isso prof.?', não tem uma importância porque a gente sabe que é importante saber o que é nosso, o que é do outro né e o que a gente pode cuidar ou não.

A.C.R.: E que saberes escolares, que saber você acha que pode ser produzido ou potencializado a partir de projetos que abordam o tema? Que saber essa criança vai ter?

J.E.B.: Eu assim, eu acredito que a além assim de ele saber o que é dele né, o cuidado eu acho que a questão mesmo é educacional. Porque a gente vive numa sociedade né, você tem que saber como é, como cuidar das coisas dos outros, você tem que aprender o que é seu né, porque se você vive numa sociedade, é num coletivo então a gente tem que aprender a ser cidadão mesmo, a, a cuidar das coisas né.

A.C.R.: E você considera importante Juliana a discussão, a participação em projetos que tenham como tema gerador a educação patrimonial nos anos iniciais?

J.E.B.: Sim, é muito importante né, até porque assim eles estão começando a vivenciar aquilo né estão começando, eles vivem num espaço que é do patrimônio né.

A.C.R.: E quais os objetivos devem ser elaborados, devem ser definidos pra elaboração de um projeto por exemplo 'vou fazer um projeto de patrimônio, que objetivos deveria ter esse projeto?'

J.E.B.: Eu acredito que de identificar e reconhecer né o patrimônio, porque por exemplo aqui a gente tem a nossa biblioteca, como a escola ela é, tá se municipalizando agora a gente não tem uma biblioteca, a gente tem um espaço onde guarda os livros. Então pensa pras crianças a importante dizer 'lá pra aquele espaço que gente tá recebendo' né. Por mais que seja doações de algumas empresas que tão ajudando a gente com mão de obra, que a prefeitura tá passando, passando a verba de comprar, mas o espaço deles saberem que 'poxa, a gente conseguiu ali, então vamos cuidar daquele espaço, pra não estragar né', trazer os livros, cuidar, porque tem o empréstimo do livro eu incentivo assim que muitas crianças acabam levando o livro inteiro e trazendo todo rasgado né, então assim, tá cuidando porque o espaço é nosso, não é meu, é de todos né.

A.C.R.: Quais as metodologias e recursos que devem ser priorizados nas práticas sobre educação patrimonial? Que método o professor deve usar pra trabalhar a educação patrimonial? Que seria o desejável né?

J.E.B.: Uhum, eu acho que é realmente com os objetivos pra tá alcançando né e consien...conscientizando os alunos mesmo né, de tá realmente trabalhando com isso e tendo um olhar diferenciado né.

A.C.R.: E você tem interesse Juliana em participar de cursos de formação sobre o tema se tivesse?

J.E.B.: Sim

A.C.R.: Curso sobre isso.

J.E.B.: Seria muito interessante(*do tema*) pra nós né, até porque a gente trabalha com ensino e quarto ano né.

A.C.R.: E você gostaria de pontuar um outro aspecto, um outro assunto que eu não falei ou fazer algum comentário que eu não, que eu não né

J.E.B.: Eu achei só interessante a pesquisa né, eu acho que é um, é diferente né a gente vê tantas, tantas pesquisas mas não...

Fim da entrevista.

Entrevistada: L.R.P

Entrevistadora: Adenise Costa Reis

Transcrição: Bruna Carolina de Souza

Tema: Educação Patrimonial

Data:

Local:

Tempo: 12 minutos e 13 segundos.

Legenda:

L.R.P.: Leila Regina Pett

A.C.R.: Adenise Costa Reis

Comentários paralelos do entrevistador na fala do entrevistado serão em *(itálico e entre parênteses)*

Comentários paralelos da entrevistada na fala do entrevistador serão apenas *(entre parênteses)*

Transcrição Literal Integral da Entrevista

A.C.R.: Bom dia L.R.P.

L.R.P.: Bom dia.

A.C.R.: Bom dia, é, o seu nome completo?

L.R.P.: Leila Regina Pett

A.C.R.: Data de nascimento?

L.R.P.: Vinte do oito de um, nove, oito, sete.

A.C.R.: Você nasceu em Joinville?

L.R.P.: Sim

A.C.R.: E mora aqui desde que nasceu?

L.R.P.: Desde que nasci.

A.C.R.: E seus pais quem são?

L.R.P.: É Nilza Pett e Arnaldo Pett.

A.C.R.: E você, o seu estado civil?

L.R.P.: Solteira.

A.C.R.: Não tem filhos?

L.R.P.: Não.

A.C.R.: É, o endereço que você mora.

L.R.P.: É César Grunentald, aqui no Costa e Silva.

A.C.R.: Tempo de atuação na educação?

L.R.P.: Eu tô desde dois mil e sete.

A.C.R.: E sempre nos anos iniciais?

L.R.P.: Não, eu trabalhei até dois mil e dezessete é, na educação infantil e logo em seguida eu peguei aqui na, na prefeitura né.

A.C.R.: E a quanto tempo você atua na, nessa escola na Pedro Ivo?

L.R.P.: Nessa escola eu tô desde setembro, eu comecei esse ano mesmo. É a professora se afastou e eu peguei o lugar dela de história e geografia daí.

A.C.R.: E você trabalha em outra escola além daqui?

L.R.P.: Trabalho, na escola Paul Harris.

A.C.R.: Então assim, Leila fala um pouquinho da sua formação assim. Você estudou no fundamental aonde? Depois fez graduação(uhum)...né

L.R.P.: Então, eu estudei do primeiro ao oitava série aquele tempo né, no, no Zulma, que é aqui no Costa e Silva também e em seguida fiz o segundo grau na, no estadual ali no Arnaldo e depois eu peguei, eu fiz o, a Faculdade na Anhanguera.

A.C.R.: E em algum momento assim Leila, da tua formação em qualquer grau ali (uhum), você estudou sobre o tema Patrimônio Cultural?

L.R.P.: Não, sinceramente não(risos).

A.C.R.: E assim ó, o projeto político pedagógico da escola aqui, do Pedro Ivo, você já teve acesso ao projeto político, como você a pouco tempo na escola...

L.R.P.: Não.

A.C.R.: Não né. Será que aborda o tema educação patrimonial?

L.R.P.: Não, eu não, nem tenho ideia.

A.C.R.: E vou, e então você nem participou da construção do PPP

L.R.P.: Não, não.

A.C.R.: Porque você é nova na escola né.

L.R.P.: Aham.

A.C.R.: Leila, como é que você associa ou não associa né a educação a bens e lugares patrimonializados da cidade, do estado? Você acha que tem relação da educação com o, o

L.R.P.: Patrimônio?

A.C.R.: Os bens, os patrimônios?

L.R.P.: Então é, a nossa, como eu trabalho história e geografia né, a gente tem que abordar bastante essa questão de Joinville né e tal então assim, eu acho bem

importante, muito importante isso pra criança porque é o cotidiano deles né, principalmente em Joinville que eu vejo assim que nós temos ainda as nossas casas né Enxaimel e questão do nosso, não só aqui na cidade de Joinville, mas nós temos aqui Pirabeiraba perto que, temos é, vários lugares maravilhosos que dá pra fazer visitas e né, e a criança querendo ou não, quando tu trabalha isso com ela né, tu a gente percebe que é onde eles visitam, passam, nem que se for passar de carro mas é 'Prof. eu já vi isso', é, 'Essa casa eu também já vi'. Então é um, é o cotidiano deles né do dia a dia deles, de eles irem até o shopping, até o shopping eles, a caminho né, a rua ali a gente já, já vê essas estruturas de Joinville né.

A.C.R.: Então é importante pras crianças né...

L.R.P.: Sim

A.C.R.: A experiência do patrimônio e para o professor também né?

L.R.P.: Sim. Com certeza, porque é uma troca né.

A.C.R.: Então na tua opinião Leila, a, o tema patrimônio cultural está ligado ao teu ofício como professora.

L.R.P.: Com certeza.

A.C.R.: E como que tá ligado?

L.R.P.: Eu vejo, eu vejo né, assim é, na nossa cultura né. É a história de Joinville. Querendo ou não a gente, a gente, eu como morei e moro aqui desde que eu nasci, nunca sai de Joinville. Então assim, quando a gente vem, ele, vem pessoas, amigos de fora né, parentes então a gente tem um, uns lugares, a própria entrada de Joinville é linda né, se tu for ver ali eles tem a curiosidade, nossa cidade das flores, cidade das bicicletas, cidade né da dança né, que hoje ela é reconhecida mundialmente né, então eu acredito que não só pra eles, mas pra gente também é importante isso né. E só que assim, eu acho que ainda é muito fraco isso, acho que deveria ser mais explorado isso nas escolas e não só nas escolas, a, o próprio, vamos dizer, a administração de Joinville colocar isso mais a fundo né.

A.C.R.: E assim Leila, há materiais disponíveis aqui na escola no Pedro Ivo, para trabalhar esse tema? Tem algum material disponível sobre o patrimônio?

L.R.P.: Então, quando eu uso é, quando eu trabalhei isso com eles eu usava muito as imagens né, então a gente tem a, o recurso da lousa hoje na sala de aula né, internet...

A.C.R.: É digital aqui?

L.R.P.: É.

A.C.R.: Digital...

L.R.P.: Isso daí a gente utiliza ali né, o, baixa, ela não tá aqui, ela fica guardadinha aqui então assim a gente tem a lousa em todas as salas então quando eu precisei né, algo isso, eu trago, eu pesquiso sempre, é porque eles são pequenos então a gente precisa de uma imagem pra eles ter noção, o que quê é um patrimônio...é cultural. É porque assim, patrimônio eles, pra eles é patrimônio, eles não tem noção o que quê é um patrimônio. Então assim, quando eu trouxe esse assunto né em sala é, eu trouxe as imagens pra eles, pra eles ter noção 'A, é isso', eles entende? Aí eles abrem a mente deles e eles tem noção do que quê é o, esse patrimônio né, então através da imagem, de um vídeo né. A história mesmo de Joinville se tu conta, tu consegue é, colocar o patrimônio cultural né.

A.C.R.: E há apoio pra abordar o patrimônio na escola assim? Você tem o apoio da escola?

L.R.P.: É, como assim a supervisão olha o nosso planejamento elas dão ideias, então assim a gente consegue 'A, Leila, dá pra melhorar um pouquinho isso aqui. Dá pra fazer isso aqui com eles' então elas meio que acrescentam o que tu faz ou não 'Tá ótimo' entende? Então...

A.C.R.: E Leila, você já desenvolveu algum projeto sobre esse tema educação patrimonial assim, você ou com outros professores já trabalhou? Você tá a pouco tempo na escola, mas já trabalhou com projeto ou viu na escola algum projeto sobre educação patrimonial?

L.R.P.: Não porque a gente não tem muito tempo né. O problema da educação é o tempo. Então assim, eu tenho muito conteúdo pra pouco tempo (*matriz curricular*). Como a história e geografia é uma vez na semana(*uhum*), e são duas aulas só né. Então assim, eu tenho que fazer as coisas muito que correndo. Então assim, eu tenho que ter avaliação com eles, eu vou ter que ter uma atividade, eu vou ter que ter coisa em caderno. Então se eu fizer tudo isso, já são três semanas. Então pra mim é muito complicado porque eu tenho que tá até o final do trimestre eu tenho que tá com tudo ok, entendeu. Então pra mim é muito difícil e eu acredito que, claro, as professoras em sala, é diferente, que elas tem mais tempo né, mas eu com história e geografia, não tem como.

A.C.R.: É, até respondeu, que desafios se apresentam quando o professor e a escola se propõem em abordar o tema patrimônio cultural...

L.R.P.: É, já.

A.C.R.: Que saberes assim, Leila, que saberes escolar, que saber que pode ser produzido ou potencializado a partir de projetos que abordem o patrimônio que, que saber que essa criança vai ter você, na sua opinião, se você aborda esse patrimônio com a criança.

L.R.P.: É, eu acredito que assim, é uma coisa que, hoje a gente vê que tem tanto, não sei se é isso, mas é isso que eu penso deles assim. Eu vejo a importância de eles saberem de onde eles estão. Claro que hoje a gente tem muita fora, gente de fora né. Eles vem muito pra cá então assim, é muito 'A, o nordeste, sul, leste, oeste' a gente não tem mais não, que nem eu sou daqui, eu moro aqui desde que nasci. É diferente agora as, é nós temos muito haitianos que são de outro país, então muda totalmente a cultura deles né. Então assim, mas ainda eu acho importante pra eles saberem aonde eles estão né. O, a importância de cuidar disso porque eu vejo tanta coisa que, é o patrimônio que nós temos aqui que não são cuidados. Foi o que eu te falei agora, em questão de, é eles irem mais a fundo, colocar isso mais nas escolas e eu não vejo tanto, entende. É abordado muito superficial assim.

A.C.R.: E você considera importante então ter uma discussão e projetos que tenham como tema a educação patrimonial?

L.R.P.: Sim.

A.C.R.: Né.

L.R.P.: Uhum.

A.C.R.: E quais, quais os objetivos devem ser definidos para elaboração de um projeto? Por exemplo, vou fazer um projeto sobre educação patrimonial. Que objetivos que deve ter? Que quê o que quê você quer com esse aluno? Por exemplo. Que objetivo que você quer com essa criança?

L.R.P.: Então, é, eu vejo que ele, é o que eu tinha te falado antes ali né, eu vejo que eles, é o cuidado né, é tipo eu tenho. Eu nasci aqui então eu tenho um carinho gigantesco, pra mim sair de Joinville tem que ser algo que me leve a algo melhor. Então, é, eu acho que eles tem que ter essa noção de o cuidado, de cuidar da sua cidade, o patrimônio que eles tem ainda como é importante isso passar pra frente né, então.

A.C.R.: Quais as metodologias e recursos que deveriam ser priorizados nas práticas com educação patrimonial? Que recurso que deveria ter, pra trabalhar a educação patrimonial? Que deve ser, qual método, que deveria ter para o? Qual o recurso? Tipo...

L.R.P.: Eu acho que eles deveriam assim é, o conteúdo tá ali pra gente abordar né, é patrimônio histórico, cultural, né. Eu acho que a gente deveria mais no concreto. A gente fica muito em sala de aula. Então assim, eles tem como eu trago imagens, vídeos, coisas da, mas não é a mesma coisa de eles irem até o lugar, ver aquilo porque eles são crianças a gente tem a curiosidade de pegar. Então, eu acho que eles também necessitavam mais disso entende, do concreto de ir ver, de pegar de tá naquele lugar.

A.C.R.: E o que quê impede de ir pro lugar assim?

L.R.P.: É a, a locomoção até o lugar. É difícil pra gente, porque assim é, tu tem que ter tudo, é tudo uma burocracia hoje em dia né. Se tu quer ir pra algum lugar tem que ter todo um porquê que tu quer ir tananam, tal, beleza. Tô explicando porque quê eu quero ir. Só que daí precisa de um ônibus né, e é difícil esse acesso porque hoje eu tô trabalhando isso né, primeiro trimestre, trabalhei lá patrimônios. Chega o ônibus lá final do trimestre, de terceiro trimestre o que quê eu vou agregar aquilo que eu já dei pra eles? Se eles já fizeram um trabalho, se eles já fizeram atividade, se eles já fizeram as provas referente a isso? Eles deveriam colocar isso junto com, com o conteúdo quando se tá dando em sala de aula.

A.C.R.: E você tem interesse Leila assim em participar de cursos de formação sobre o tema educação patrimonial? Se tivesse um curso sobre isso?

L.R.P.: Sim, porque a gente agrega em sala de aula depois né. É uma coisa que, que só valoriza aquilo que tu dá em sala de aula o conteúdo.

A.C.R.: E você gostaria de apontar um outro aspecto? Por exemplo, eu não falei alguma coisa, que você queria falar, fazer um outro comentário? Alguma outra coisa sobre esse tema?

L.R.P.: Não, ele tô, as perguntas ta bem coerentes e ao conteúdo é como eu te falei, tem o seu lado bom e tem o seu lado ruim, ali que eu falei também na.

A.C.R.: Leila, muito obrigada, gratidão viu.

L.R.P.: Brigada.

Fim da entrevista.

Entrevistada: M.G.A.A.M

Entrevistadora: Adenise Costa Reis

Transcrição: Bruna Carolina de Souza

Tema: Educação Patrimonial

Data:

Local:

Tempo: 11 minutos e 43 segundos.

Legenda:

M.G.A.A.M.: M.G.A.A.M

A.C.R.: Adenise Costa Reis

Comentários paralelos do entrevistador na fala do entrevistado serão em *(itálico e entre parênteses)*

Comentários paralelos da entrevistada na fala do entrevistador serão apenas (entre parênteses)

Transcrição Literal Integral da Entrevista

A.C.R.: Miriam bom dia.

M.G.A.A.M.: Bom dia.

A.C.R.: Seu nome completo?

M.G.A.A.M.: Miriam Graziela Aparecida Alves Martins.

A.C.R.: Onde você nasceu?

M.G.A.A.M.: Eu nasci em Arealva, interior de São Paulo.

A.C.R.: E você mora a muito tempo em Joinville?

M.G.A.A.M.: Não, eu moro em Joinville desde Janeiro.

A.C.R.: E quem são seus pais Miriam?

M.G.A.A.M.: O meu pai é Niceu e minha mãe é Edelaide. O meu pai é agricultor e minha mãe é dona de casa.

A.C.R.: E o teu estado civil?

M.G.A.A.M.: Casada.

A.C.R.: Possui filhos?

M.G.A.A.M.: Tenho um.

A.C.R.: Tem um filho e onde você mora aqui em Joinville?

M.G.A.A.M.: Eu moro no bairro Costa e Silva .

A.C.R.: E quanto tempo Miriam você trabalha na área da educação?

M.G.A.A.M.: Da educação...eu acho que já tem...uns...quinze anos, quinze anos.

A.C.R.: E sempre nos anos iniciais e educação infantil?

M.G.A.A.M.: Educação infantil e anos iniciais.

A.C.R.: Uhum e na rede pública de Joinville?

M.G.A.A.M.: Eu iniciei em junho.

A.C.R.: Junho.

M.G.A.A.M.: Junho.

A.C.R.: E só, em que turma você atua?

M.G.A.A.M.: Eu tô com história e geografia, de primeiro a quinto ano e também com a educação plena no período da manhã, são, são essas turmas.

A.C.R.: E você trabalha em outra escola além dessa aqui?

M.G.A.A.M.: Não, aqui, quarenta horas aqui.

A.C.R.: Miriam fala um pouquinho da sua formação assim, você fez ensino médio lá em São Paulo...fala um pouquinho da sua formação.

M.G.A.A.M.: É, eu fiz magistério né, eu fiz o médio junto com o magistério, aí eu me formei com o magistério daí eu comecei a dar aula, aí depois eu fiz a pedagogia e tô preparando aí uma pós pro ano que vem, vamo vê (risos). Mas eu ainda não fiz a pós.

A.C.R.: Em algum momento da sua formação, você estudou, você viu esse tema patrimônio cultural? Em, em algum momento...

M.G.A.A.M.: Não. Não que eu lembre.

A.C.R.: Aham. E você poderia, é, você participou da construção, da construção do prole...do projeto político pedagógico da escola? Dessa escola?

M.G.A.A.M.: Aqui não, quando eu cheguei já tava pronto porque eu cheguei em junho né, normalmente é janeiro que faz a, a construção.

A.C.R.: E você nem sabe se o, se o projeto, o PPP da escola aborda patrimônio cultural?

M.G.A.A.M.: Olha, eu já, eu já olhei o PPP mas, eu não lembro de ter visto não.

A.C.R.: E como é que você associa Miriam, ou não, associa ou não a educação a lugares de patrimônios da cidade, do estado, do país. Você acha que, que a educação tem a ver também com o patrimônio da cidade ou não...

M.G.A.A.M.: Eu acho que sim, eu acredito que sim.

A.C.R.: E você acha que é importante essa experiência do patrimônio para a criança?

M.G.A.A.M.: Sim, muito importante.

A.C.R.: E pro professor também?

M.G.A.A.M.: Também.

A.C.R.: E na sua opinião, o tema é, patrimônio cultural, ele tá ligado a, a escola, ao seu ofício de professor? Então por exemplo o tema, o patrimônio na escola, tá ligado a ser professor, você acha que sim?

M.G.A.A.M.: Eu acho que sim.

A.C.R.: Como assim você acha que pode...

M.G.A.A.M.: A, porque eu acredito que assim a gente tem que é, primeiro, ensinar as crianças a cuidar do patrimônio né, já, já começa tudo que eu acho que hoje em dia eles também não tem muito essa visão de cuidar, de preservar a história é, destroem tudo, todo né, então assim, eu acho que é um papel fundamental da escola de tá reforçando embora os pais também né, tem essa função em casa mas acho que a escola tem um papel fundamental de tá reforçando isso, sob todo o patrimônio que a gente possui, sobre como cuidar, sobre como preservar né. Eu acredito que a escola tá bem ligada sim.

A.C.R.: E na escola, é, Anaburgo aqui há materiais disponíveis sobre o tema patrimônio culturais, patrimônio cultural?

M.G.A.A.M.: Acredito que tenha assim porque né assim a gente trabalha, trabalhou esse ano com livros e também a gente pode pesquisar tem, hoje em dia com a tecnologia né, ficou muito, muito fácil, de pesquisar.

A.C.R.: E há apoio aqui na escola Miriam, pra tá, trabalhar o tema na escola?

M.G.A.A.M.: Sim.

A.C.R.: Sim?

M.G.A.A.M.: Sim.

A.C.R.: Se você quiser fazer um projeto tem apoio da escola?

M.G.A.A.M.: Sim, tem.

A.C.R.: E você já, já desenvolveu algum projeto sobre o tema educação patrimonial? Em...nessa escola ou em outra escola?

M.G.A.A.M.: Não.

A.C.R.: Não?

M.G.A.A.M.: Não. Trabalhei assim vinculado né, que nem esse ano mesmo trabalhei sobre o patrimônio, a cultura do bairro, né a gente saiu pra ver tudo que tem aqui na, no bairro e tal.

A.C.R.: E você acha Miriam assim que desafios se apresentam quando o, o professor e a escola elas querem trabalhar o patrimônio, que desafios que tem? Tem algum desafio que, quando a escola quer trabalhar e o professor quer trabalhar o tema

patrimônio (uhum) tem desafios ou tem alguma coisa que faz com que, que é desafiante pra você trabalhar esse tema?

M.G.A.A.M.: Eu acho que o desafio maior é sair da escola. Sabe? Eu acho que esse é o maior desafio porque é, sempre envolve o dinheiro, que nem aqui a nossa população não é uma população que você pede 'A, envia né, dez reais pra gente pagar o ônibus' que nem esse ano eu fui com eles ao, ao Museu da Bicicleta (*ai que legal*) que tem aqui em Joinville, a gente foi conhecer, eu trabalhei meios de transporte a gente foi lá na, no Museu Ferroviário foi assim, um passeio riquíssimo sabe, eu gostaria quando eu trabalhei os Sambaquis de ter ido aos Sambaquis porque eu falei 'Meu, como é que eu estou em Joinville que tem um Museu do Sambaqui e eu não vou levar as crianças no Museu do Sambaqui' e não foi possível. Pro ano que vem se Deus quiser eu vou conseguir porque vou me organizar antes mas aí é assim, a gente tem que fazer algum tipo de festinha, vender alguma coisa pra arrecadar um dinheiro pra poder levar essas crianças. Então assim eu acho que se a gente tivesse mais verba destinada a passeios, a conhecimento cultural, a sair fora da escola, porque tudo que tem aqui, que nem 'A', a gente vai a um cinema, vai tudo que tem envolvendo cultura a gente tem que fazer essa festinha arrecadar esse dinheiro e pagar o ônibus ou usar o dinheiro da APP da escola. Então, realmente quando se trata de patrimônio cultural, a gente tem essa dificuldade de sair pra fora da escola e a gente tem crianças aqui no, no Vila Nova que nunca tinham ido ao cinema (*uhum*). Que foram ao cinema com a escola (*olha*) crianças que quando a gente foi ao Museu da Bicicleta e depois eu perguntei qual foi o passeio mais legal que você fez 'A eu fui ao Museu da Bicicleta'. Então assim, foi o passeio da vida.

A.C.R.: Da vida.

M.G.A.A.M.: Então assim, num, num tem muita cultura, num, num tem muito acesso. Então eu acho que isso é importante então, quando você me perguntou 'É o papel da escola?' Sim, é o papel da escola né.

A.C.R.: E que saberes, você já falou, mas que saberes escolares podem ser produzidos ou potencializados a partir de projetos que abordem o patrimônio? Da cidade, do estado, da região pelo que você né, falou, (*aham*) que saber essa criança vai ter, tendo esse contato com o patrimônio?

M.G.A.A.M.: A, eu acho que muitos né. Eu acho que porque sempre quando a gente trabalha um tema é ideal também que tenha essa, né, essa ir lá conhecer e ver nossa assim porque se não você fica naquela coisa como eu te disse né. Hoje em dia, graças

a Deus com a tecnologia a gente consegue pegar, cê trabalha o sistema solar, cê consegue mostrar ali no tablet e tal (*perfeito*), com a criança pegando na mão eu acho que é mais fácil pro conhecimento. É igual aqui, cê trabalha o sambaqui se você tem aqui um, um museu né do sambaqui você leva a criança lá, olha quanto que enriquece né. Então eu acho que todo esse patrimônio cultural que, que é, que é a cidade tem, tem que ser explorado sim, eu acho que a gente tem que ter mais recurso pra isso.

A.C.R.: E você considera importante a discussão a participação em projetos que tenha como tema gerador a educação patrimonial nos anos iniciais? Você acha importante?

M.G.A.A.M.: Eu acho importante.

A.C.R.: Por que você acha importante Miriam?

M.G.A.A.M.: A, primeiro pras, pras crianças conhecerem né (*isso*) que a cidade tem um patrimônio, que nós temos que preservar esse patrimônio, que tudo é um patrimônio, que é nosso né, é, é o nosso patrimônio, se a gente não cuidar né. Que nem a gente trabalha sobre o meio ambiente tem que cuidar, o patrimônio também, a gente tem que cuidar, porque muitas vezes eles não tem essa noção de, a gente percebe muito assim, principalmente quando se trata de público. A impressão que a gente tem, que quando é privado eles querem cuidar e quando é público pode destruir. Então eu acho fundamental a gente trabalhar com isso não, é nosso patrimônio, é cultural, sendo público ou privado a gente tem que preservar e fundamental.

A.C.R.: E quais objetivos daí se for elaborar um projeto, que objetivos deve ter nesse projeto pra educação patrimonial? Como você falou né, saída de campo né...

M.G.A.A.M.: É eu acho que seria isso mesmo saídas é, o co...o conhecimento né. O conhecer. Por que conhecer? Né (*isso*), é, preservar, por que quê eu tenho que preservar? Né, quais lugares existe na minha cidade? Porque eu vejo que muitas, a maioria aqui do, dessa comunidade não conhece muita coisa né (*uhum*). Então eu acho fundamental.

A.C.R.: E quais as metodologias, quais recursos devem ser pri...priorizados nas práticas sobre educação patrimonial? Que metodologia? Que recurso? Por exemplo trabalhar...

M.G.A.A.M.: A, hoje em dia a gente tem vários recursos como o, o computador, o tablet, é, o, o passeio que também é, é um recurso. Aí a gente tem a leitura, a pesquisa né, eu acredito que sejam esses os recursos.

A.C.R.: E você Miriam teria o interesse em participar de cursos de formação sobre o tema educação patrimonial?

M.G.A.A.M.: Eu teria sim porque eu sempre trabalhei o tema com as crianças né mas nem nunca tinha parado pra pensar 'A, olha uma educação patrimonial' não, a gente faz tudo meio que uma salada ali né, cê tá dando aula, aí você explica, aí se entra aqui, cê entra ali, cê vai pra cá, cê vai pra lá, cê acaba abordando mas nunca tinha parado pra pensar, 'Olha, a gente tem que ter uma educação sobre o patrimônio' né.

A.C.R.: E você gostaria de apontar assim, outro aspecto, outros assuntos, fazer algum comentário sobre isso, ou alguma coisa que eu não te perguntei, ou você gostaria de falar...que eu não falei...ou você queria dar alguma opinião sua ou, ou alguma prática, uma vivência que você teve que você acha que é importante falar...

M.G.A.A.M.: Ain, não sei (risos). A, eu acho que eu acabei falando tudo assim né que, que, que a gente vivência. É isso assim, eu acho que Joinville né, eu tô conhecendo agora, como eu te disse né que eu vim lá do interior de São Paulo, é uma cidade que tem muita coisa, é uma cidade riquíssima que eu acho que tem que ser explorado né, tem vários lugares que dá pra conhecer né, aqui em volta da região e tal e eu acho que a gente tem, tem que explorar mesmo o patrimônio, muita coisa eu não conheço, o pessoal aqui fica fazendo listinhas pra mim 'A, você tem que ir lá conhecer tal lugar' (risos) 'tal lugar' e eu acho importante também conhecer né pra poder apresentar também pras crianças. Esse ano com história e geografia eu tive um, um desafio gigantesco né, como eu te disse que eu cheguei aqui nova ainda, comecei a trabalhar com história e geografia tive que estudar muito a cidade, a história da cidade e era tudo uma novidade e aí você acaba entrando nesse, nesse mundo assim e é muito legal, é uma história riquíssima né, por exemplo, quando se tá trabalhando a história de Joinville, eu não sei se aqui já alguém já levou, mas eu acho que seria importantíssimo as crianças ir lá no centro, ver a rua das palmeiras (*isso*) né, e ver tudo e eu acho que nunca é feito isso então a cidade realmente tem um patrimônio cultural muito bom, que tem que ser explorado sim né, os museus, a escola de dança, eu acho que dá pra fazer parcerias né, então assim, tem, tem que ser explorado sim.

A.C.R.: Miriam, muito obrigada, gratidão, te agradeço muito.

M.G.A.A.M.: Eu que agradeço.

Fim da entrevista.

Entrevistada: S. Z.F.

Entrevistadora: Adenise Costa Reis

Transcrição: Bruna Carolina de Souza

Tema: Educação Patrimonial

Data:

Local:

Tempo: 12 minutos e 26 segundos.

Legenda:

S.Z.F.: S.Z.F

A.C.R.: Adenise Costa Reis

Comentários paralelos do entrevistador na fala do entrevistado serão em *(itálico e entre parênteses)*

Comentários paralelos da entrevistada na fala do entrevistador serão apenas (entre parênteses)

Transcrição Literal Integral da Entrevista

A.C.R.: Bom dia Susana.

S.Z.F.: Bom dia.

A.C.R.: Teu nome completo Susana.

S.Z.F.: Susana Zilmann Ferreira.

A.C.R.: E data de nascimento?

S.Z.F.: Eu nasci no dia dezesseis de abril de mil novecentos e sessenta e cinco.

A.C.R.: [comentário inaudível]E você nasceu em Joinville mesmo?

S.Z.F.: Sim, sou de Joinville.

A.C.R.: E você é solteira? Casada?

S.Z.F.: Eu, eu na verdade eu, eu sou viúva.

A.C.R.: Viúva.

S.Z.F.: A oito anos já, o meu marido faleceu, ele era professor também (*hmm*)e agora tô nessa lida aí né, com filhos...

A.C.R.: E tem filhos?

S.Z.F.: Dois filhos, é, em idade de faculdade (*uhum*)então eu tô, tô trabalhando pra poder ajudá-los né.

A.C.R.: Isso. E os seus pais? São de Joinville?

S.Z.F.: São, minha família toda é daqui.

A.C.R.: E o nome dos seus pais?

S.Z.F.: Eu tenho o meu pai era o Armim Zilman e minha mãe é Doris Zilman.

A.C.R.: E os dois são vivos?

S.Z.F.: São, um tem oitenta e três anos mas assim, bem de saúde, bem tranquilo.

A.C.R.: E você trabalha...você mora onde aqui em Joinville?

S.Z.F.: Eu moro no bairro América.

A.C.R.: Uhum, eu também. E quanto tempo você atua na área da educação?

S.Z.F.: Olha, eu já tô agora a trinta e sete, trinta e seis, vou fazer trinta e sete anos no ano que vem.

A.C.R.: E sempre no ensino fundamental?

S.Z.F.: Sempre no ensino fundamental. Eu iniciei com, com os pequenos na verdade, na educação infantil aí fiquei muitos anos no pré, no antigo pré, que agora é o, é o primeiro ano né e aí depois assim, eu fui trabalhei um pouco no primeiro ano, no segundo ano e o meu máximo foi terceiro ano. Aí eu me aposentei na rede particular e prestei o concurso pro município e já vou fazer dez anos agora de rede municipal. Aí, ano passado então eu vim pra essa escola aqui o Avelino Marcante onde então eu fui desafiada a pegar um quinto ano. E esse ano eu mudei de novo e foi pro bloco dois, onde eu sou então professora de história e geografia, do primeiro ao quinto ano.

A.C.R.: Uhum e você não trabalha em outra escola, é só nessa aqui mesmo.

S.Z.F.: Não, eu trabalho nessa aqui, porque como eu tô quarenta horas na rede e aqui não fecha as quarenta horas então eu tenho aqui e também atendo algumas turmas no Maria Magdalena Mazzolli que fica ali na estrada da ilha.

A.C.R.: Hmm, é e a sua formação Susana? Você formou, cê fez primeiro, ensino fundamental...

S.Z.F.: Então, eu sou do tempo do magistério, né, eu fiz o meu magistério lá nos Santos Anjos e depois eu já ingressei na Faculdade, fiz pedagogia na ACE e fiz assim, alguns cursos de pós né. Então, eu tenho pós graduação é, na educação infantil e psicopedagogia.

A.C.R.: E daí lá Susana, na tua formação ali você alguma vez ouviu falar em patrimônio cultural? Em alguma disciplina na faculdade ou na escola mesmo que falava do patrimônio cultural, educação patrimonial?

S.Z.F.: Não, eu, é, agora que eu tô mais envolvida na área da história e geografia, principalmente a história aí sim é que eu tenho me deparado com isso, sabe (*uhum*)?

Mas claro, a gente ouve falar de patrimônio porque isso é uma coisa assim, que faz parte da vida da gente mas, não que a escola tivesse me dado esses, esses caminhos assim, sabe.

A.C.R.: E você participou do PPP da escola? Do projeto político pedagógico aqui do Avelino Marcante.

S.Z.F.: Na verdade, todo ano, ele é revisto no início do ano, tá. Então, tá a gente tá assim, sempre é participando da reformulação dele né (*uhum*) nesse sentido sim.

A.C.R.: E será que o, o PPP aborda patrimônio, educação patrimonial?

S.Z.F.: A, não posso te dizer, eu não sei.

A.C.R.: E assim ó, é, Susana como é que você associa, a educação, a educação a lugares patrimonializados, lugares que, que tenha o patrimônio, que é fora do patrimônio. Você associa educação ao patrimônio? Ou não?

S.Z.F.: Ai, não sei, acho que não, acho que não (risos).

A.C.R.: Por que?

S.Z.F.: Na verdade assim, a gente conversa com as crianças sobre a história das coisas, do seu passado e tem coisas que precisam ser preservadas e eu acho que daí a gente pode fazer sim né, um, um viés com a coisa do patrimônio, né.

A.C.R.: E você associa é, o patrimônio com as crianças, com a experiência para as crianças, é importante o patrimônio para as crianças, as crianças saberem (*sim, sim*) sobre patrimônio, saber sobre... (*eu acho, com certeza*)

S.Z.F.: Dentro da história, isso é um, é primordial.

A.C.R.: Então o tema patrimônio, patrimônio cultural tem a ver, tem, tá, tá ligado ao seu ofício de professor?

S.Z.F.: Tá.

A.C.R.: Né. E assim ó, e há materiais disponíveis aqui no Avelino Marcante pra trabalhar o patrimônio? Tipo, algum material que possa, te ajudar a trabalhar esse tema? O tema do patrimônio?

S.Z.F.: É, ai o que quê eu vou te falar. Quando eu vou falar de coisas assim, do passado a gente procura trazer ou procura é, andar pela escola, ver o que, o quê daqui é história da escola. Esse ano a gente fez assim, um, teve uma visita bem bacana do pessoal do Museu da Imigração, eles tem um projeto chamado 'Mala Viajante' e aí nessa mala eles trazem assim, infinitas utensílios e objetos é, do tempo ainda de, dos imigrantes e também de pessoas que fazem doação de coisas que tem em casa mas que sabem que fazem parte da história né. Então, ali as crianças tiveram

bastante acesso e ali a gente resgatou bastante, eles resgatam bastante a memória dessas, desses objetos. Da família deles, sabe.

A.C.R.: Que legal.

S.Z.F.: Então, acho que isso tem um pouco a ver com o patrimônio.

A.C.R.: Então, é, o museu vem a escola?

S.Z.F.: Vem a escola porque como os [inaudível os comentários] museus tão sempre fechados (*é, pois é*) tão sempre em reforma (*que legal*) ou esperando uma reforma, então eles tem um programa assim.

A.C.R.: Mala viajante?

S.Z.F.: Mala viajante. É bem bacana.

A.C.R.: Que legal.

S.Z.F.: Eles vem pra escola e a gente faz uma, uma, uma mesa redonda e aí eles abrem a mala e as crianças então de olhos vendados tem que escolher um daqueles objetos e aí depois eles vão, vão sentar e tem que tá tateando, é tentar lembrar o que aquilo, tentar sentir o que aquilo pode lembrar né. E aí vão, vão saindo as histórias, sabe.

A.C.R.: E assim Susana você acha que na escola há apoio pra, pra abordagem desse tema na escola e patrimônio ?

S.Z.F.: Sim.

A.C.R.: Tem apoio? A escola se abre

S.Z.F.: Eu acho que a gente tem que ir atrás né (*isso mesmo*). Vai depender da gente.

A.C.R.: Mas você não desenvolveu nenhum projeto de educação patrimonial

S.Z.F.: Não

A.C.R.: Na escola

S.Z.F.: Não

A.C.R.: Ainda não né. Nem com outras, outros professores?

S.Z.F.: Não.

A.C.R.: Uhum e você acha, quais desafios assim, quais que se você quiser trabalhar o tema educação patrimonial tipo, você quer trabalhar, você acha que é difícil, tem alguns desafios pra trabalhar esse tema? Por exemplo

S.Z.F.: Eu acho que isso envolve assim, é, saídas, sabe, é de eu poder ir uma vez numa praça, ver um monumento, ir num museu e daí isso, eu sinto que ainda tô um pouco amarrada na escola sabe.

A.C.R.: E você acha assim que, que saberes escolares assim pode ser produzidos, potencializados a partir de projetos, como você falou, sair da escola, visitar um parque, um museu, você acha que saberes pra criança, isso que quê vai...

S.Z.F.: Nossa, eu acho que vai, vai trazer muito conhecimento né. Porque eles tem curiosidade, é, a gente só trazer imagem as vezes isso fica tudo muito assim, no abstrato né, se pudesse ver ao vivo.

A.C.R.: Então, você considera importante a discussão, a participação em projetos que tema, que tem como o tema gerador a educação patrimonial? Você acha importante?

S.Z.F.: Eu considero.

A.C.R.: Pros anos iniciais?

S.Z.F.: Sim

A.C.R.: Pros pequeninhos

S.Z.F.: Sim, desde os pequenos.

A.C.R.: E daí assim, se fosse fazer projeto assim, que objetivo você acha que deveria ter esse projetos para, para a educação, pro ensino fundamental, o quinto ano como você trabalha.

S.Z.F.: Aham, na verdade a gente já começa desde o primeiro ano né, eu acho que assim, é o próprio resgate da nossa história porque como na história a gente trabalha o eu, o você, o nós, o nosso bairro, a nossa cidade e a gente vai ampliando esse conhecimento de mundo, eu preciso saber do que, do que me veio antes de mim aqui né, isso é histórico né.

A.C.R.: E assim Susana pra criança como é, como é que se trabalha a dimensão do tempo? Porque o passado, o futuro pra eles é, por exemplo, o passado pra eles é uma coisa muito né (é), muito abstrato

S.Z.F.: É. Porque tem o passado assim do dia a dia (*isso*), de agorinha ou de ontem, mas tem aquele passado de, um passado muito, muito atrás né, muito tempo (é) atrás é. Eu não deixo de falar né. Eu procuro fazer uma linha do tempo e procuro trazer livros de história, eu trago filmes, eu...dessa forma que eu vou, vou trabalhando com eles.

A.C.R.: E qual métodos, recursos você acha que seria, que é interessante pra trabalhar a, prática, prática, a prática de educação patrimonial...que, quais métodos, quais recursos, você já falou né, passeios(aham)...né.

S.Z.F.: Saídas, é, ter esses objetos, trazer, eles procurarem as vezes com vó, com vô, com a família, o que quê é que eles tem guardado né, do, dos seus antecedentes, de quem veio antes deles e essa coisa assim né.

A.C.R.: E assim Susana você teria interesse em participar de curso sobre o tema educação patrimonial.

S.Z.F.: Claro, claro, agora que eu tô envolvida na área da história (risos).

A.C.R.: É, você gostaria de apontar algum...aspecto, algum assunto, algum comentário sobre educação patrimonial, sobre esse tema, ou sobre Joinville ou sobre aqui, você tem algum monumento ou alguma coisa que você acha importante pro bairro aqui do Avelino Marcante que fala do patrimônio que ou que trabalha isso, que você acha importante colocar na entrevista que queria apontar algum outro aspecto.

S.Z.F.: É assim, se eu pudesse né, sair com as crianças pra gente é, ter uma, uma noção melhor do que é o bairro, sabe de saber onde começou é, porque essas histórias eu trago, mas muito na oralidade né. Então eu sou muito da coisa prática, se eu puder ir e levar, por isso que eu te digo assim, se eu pudesse sair mais é, eu acho que as coisas teriam mais significado sabe, nesse sentido, assim.

A.C.R.: E o quinto ano aqui é uma turma de quinto ano?

S.Z.F.: Uma quinto, um, um, então uma manhã e uma a tarde

A.C.R.: E com quantos alunos?

S.Z.F.: Trinta e dois numa turma e trinta e três a outra, a gente tinha esse ano. Foram um quinto ano assim, bem

A.C.R.: É. Bem puxado.

S.Z.F.: Bem puxado sabe.

A.C.R.: E eles gostam? Você acha que eles gostam...

S.Z.F.: Gostam

A.C.R.: Da história

S.Z.F.: A, mas é claro, é claro. Tudo vai assim da forma como a gente(a gente) conduz...sabe, se tu mostra é, que isso é uma coisa interessante, é, eles, eles vão contigo sabe, eles viajam com a gente nas histórias assim. Então, vai muito da, do que a gente trás né e da importância que a gente dá pra isso né.

A.C.R.: E no quinto ano do Avelino Marcante vocês trabalham o município, o Brasil...

S.Z.F.: Santa Catarina.

A.C.R.: Santa Catarina?

S.Z.F.: O estado.

A.C.R.: An, e Joinville é no quarto?

S.Z.F.: Quarto ano, o terceiro ano o bairro.

A.C.R.: A, que legal

S.Z.F.: E o primeiro e o segundo, o primeiro ano é o eu, a história deles né. O segundo ano já é o meu ambiente, a minha escola, o meu espaço, a minha casa, o terceiro ano é o bairro, quarto ano é a cidade e quinto ano é o estado.

A.C.R.: Uhum e você só trabalha com história uma vez por semana?

S.Z.F.: Uma vez por semana história(*história*) e geografia. Então eu tenho duas aulas.

A.C.R.: Duas aulas

S.Z.F.: Isso. Aí eu procuro, como eu tenho duas aulas seguidas é, eu não faço as duas aulas porque uma hora e meia as vezes é pouco tempo sabe. Então eu faço uma semana história, uma semana geografia. E quando assim eu não dei conta de, de todo aquele conteúdo, a gente não realizou tudo que era, na semana seguinte eu retomo, sabe. Pra isso eu tenho liberdade assim na escola.

A.C.R.: Na escola e vocês fazem trabalho interdisciplinar assim? Ou é complicado...

S.Z.F.: É muito raro

A.C.R.: É muito?

S.Z.F.: É, vai, vai depender muito assim da parceria, sabe. Não é muito simples assim.

A.C.R.: É. E nessa escola você tá a quanto tempo, mesmo nessa?

S.Z.F.: Nessa escola aqui eu tô aqui agora, é o meu segundo ano.

A.C.R.: Segundo ano.

S.Z.F.: É, aham.

A.C.R.: Aham.

S.Z.F.: Eu fiquei oito anos lá no Vila Nova, na Escola Municipal Anaburgo

A.C.R.: Hmm.

S.Z.F.: Gostei muito mas aí eu, a gente sempre tem essa oportunidade de é, fazer uma transferência e como eu moro aqui no América então pra mim ficou mais perto

A.C.R.: Mais você é efetiva ou você é?

S.Z.F.: Sou efetiva(*efetiva*), aham, aham.

A.C.R.: Quantos anos de município?

S.Z.F.: Vou fazer dez ano que vem.

A.C.R.: Dez anos.

S.Z.F.: Uhum, em março.

A.C.R.: Então, algum outro comentário? Você queria mais algum, falar mais alguma coisa?

S.Z.F.: Não, mas eu acho, acho bem bacana, bem bacana aham.

A.C.R.: Eu agradeço muito, muito obrigada, gratidão por esse momento.

S.Z.F.: Imagina. Tá bom.

A.C.R.: Muito obrigada, mesmo.

Fim da entrevista.

Entrevistada: T.N

Entrevistadora: Adenise Costa Reis

Transcrição: Bruna Carolina de Souza

Tema: Educação Patrimonial

Data:

Local:

Tempo: 46 minutos e 03 segundos.

Legenda:

T.N: T.N

A.C.R.: Adenise Costa Reis

D.F.M.: Diego Finder Machado

Comentários paralelos do entrevistador na fala do entrevistado serão em *(itálico e entre parênteses)*

Comentários paralelos da entrevistada na fala do entrevistador serão apenas *(entre parênteses)*

Transcrição Literal Integral da Entrevista

D.F.M.: A é uma conversa

A.C.R.: Bom dia Tainara.

T.N.: Bom dia

A.C.R.: Então, é, a data de nascimento sua Tainara.

T.N.: A minha é dezenove do seis de mil novecentos e oitenta e nove.

A.C.R.: E o seu nome completo?

T.N.: Tainara do Nascimento.

A.C.R.: E você nasceu em Joinville mesmo?

T.N.: Nasci em Joinville mesmo.

A.C.R.: E a quanto tempo faz...

T.N.: Que eu nasci? (risos)Trinta. A trinta anos.

A.C.R.: E quem são os seus pais Tainara?

T.N.: É, o meu pai é o Carlos Randolfo do Nascimento, tem oitenta e quatro anos

A.C.R.: Ó.

T.N.: E minha mãe é Antonia Maria do Nascimento, tem setenta e dois.

A.C.R.: E você é a única filha?

T.N.: Não, tem mais três. Três filhos, mais depois de vinte anos veio eu.

A.C.R.: E o teu estado civil?

T.N.: Casada.

A.C.R.: Você tem filhos?

T.N.: Tenho um filho de sete anos.

A.C.R.: Sete anos. E você mora aonde em Joinville?

T.N.: Eu moro no bairro Floresta.

A.C.R.: Uhum e quanto tempo Tainara você trabalha na, atua como professora?

T.N.: Então eu comecei, eu comecei em dois mil e dez, mas daí eu fiquei grávida em dois mil e onze e aí eu ganhei o Davi e fiquei em casa, fiquei por seis anos em casa e comecei a trabalhar o ano passado. Por toda questão né de cuidado, a gente que é pedagoga sabe o quão é importante você ficar em casa com o filho e dar todo o suporte até os seis anos, por causa da questão da maturi...da maturidade né e aí todos os traços dos pais.

A.C.R.: E a turma que você atua?

T.N.: Agora eu atuo com o quarto ano, primeiro ano e educação plena. E o nono ano, eu dou aula de ensino religioso.

A.C.R.: E quanto tempo nessa escola[inaudível]?

T.N.: Aqui desde o ano passado, de julho.

A.C.R.: E você trabalhou em outra escola além dessa aqui?

T.N.: Isso, Anna Maria Harger é, Abdon Batista, é, Edgar Castanheira e o Abdon, Abdon Batista, no Maria Harger, Edgar Castanheira e João Costa.

D.F.M.: De professora efetiva ou é contratada?

T.N.: Não, eu sou contratada(*contratada*). É.

A.C.R.: E qual a sua formação inicial Tainara. Me conta assim um pouquinho da sua história

T.N.: Então, eu me formei em Pedagogia em dois mil e dezesseis é, porque eu parei quando eu engravidei aí eu não ia voltar mais, mas daí toda a minha família me deu força pra eu voltar e terminar né, porque eu sou a única na família formada. A única com graduação, então todo mundo deu o maior apoio assim ó 'Volta, volta'. Daí eu voltei e porque eu amo a pedagogia e...

D.F.M.: Você estudou onde?

T.N.: Na Anhanguera.

D.F.M.: A na Anhanguera.

T.N.: E quando eu comecei em dois mil e dez eu não tinha...perspectiva assim, sabe. Comecei porque as amigas começaram a 'Vai Tai, tu tem todo o perfil né' e eu, eu sou mais da educação infantil. Mas eu me identifiquei com o primeiro, do primeiro ao quinto, quando eu entrei, eu me identifiquei muito, tanto que eu dou aula até pro nono ano e é muito legal, ele se identificou bastante assim, eu realmente ter né...

A.C.R.: Isso. E assim Tainara, em algum momento da sua formação né, que você estudou você estudou o tema educação patrimonial em algum momento?

T.N.: Aham.

A.C.R.: Patrimônio Cultural.

T.N.: Sim, a gente estudou. É, eu, se eu não me engano, é foi em dois mil e onze, foi bem lá atrás porque daí depois eu voltei porque eu já tinha é, é são as é, as, as, matérias específicas também que você tem que estudar né(*uhum*). Então como eu já tinha feito aquela matéria eu não precisei fazer de novo só que foi né, em dois mil e onze (risos).

D.F.M.: Qual a matéria que você discutiu?

T.N.: Era história...alguma coisa com história, a matéria, alguma coisa com história. Eu esqueci.

D.F.M.: Então era uma disciplina mais voltada pro ensino de história?

T.N.: Isso, era.

D.F.M.: Matérias que discutiam outras formas de ensino (Isso!)de artes e não discutir o patrimônio?

T.N.: Voltada pra história. A questão patrimonial de

D.F.M.: Sim.

T.N.: De museu e questão indígena, a gente foi no, numa tribo aqui em Araquari.

D.F.M.: Interessante.

T.N.: Aham. Foi bem legal. A professora ela era engajada com isso já.

D.F.M.: Quem que era a professora?

T.N.: Professora Rosane, acho que Rosane...ai meu Deus, eu não lembro direito o nome dela. Mas ela é alta assim, magrinha, lá da Anhanguera, esqueci o nome dela. E daí ela levou a gente na tribo, pra ver como que era a educação dentro da tribo.

A.C.R.: Interessante.

T.N.: Bem legal. Uhum.

A.C.R.: E assim Tainara você conhece o planejamento político pedagógico da escola aqui João Costa?

T.N.: O PPP?

A.C.R.: Isso.

T.N.: Uhum.

A.C.R.: E você, sabe se ele aborda o tema educação patrimonial?

T.N.: Tem, não tem, a gente tem a questão de ir, de ir nos museus.

A.C.R.: Uhum.

T.N.: Fazer passeio, só que na verdade não funciona né. Porque a, o município ele não, é, não te disponibiliza o ônibus então tu tem que fazer tudo. Ai como, as crianças, são baixa renda, não tem como você lá pedir 'A, eu quero, a gente precisa fazer o passeio, é cento e cinquenta reais' entendeu? Não tem como, aqui é muito baixa a renda, aí num, num dá. Daí se o município disponibilizasse né, a questão do, do ônibus e tudo, seria muito mais fácil. Agora eles não disponibilizam mais(*uhum*). Antigamente no meu tempo, a gente fazia bastante passeio porque eles disponibilizavam o ônibus, agora eles não disponibilizam mais. Aí fica bem difícil né, quando, quando é escola mais, mais baixa, de baixa renda né, por exemplo a lá pró Floresta lá o pessoal já é tem um patamar um pouco maior, num tem tanta criança assim pobre, pobre mesmo sabe, aqui a gente vê é criança meu, realmente não tem lápis, não tem caderno, tipo a mãe é dependente química. Então a gente tem muito caso aqui. Assim, que não, não tem estrutura familiar. Aí fica difícil, aí é o vô que cria, é a vó que cria, é o tio, não tem estrutura nenhuma. Não tem ninguém por eles.

D.F.M.: Então qualquer saída de campo pra fora da escola tem que fazer vaquinha entre os próprios, os próprios pais dos alunos.

T.N.: Isso tem que fazer.

D.F.M.: Isso resulta da condição do próprio bairro.

T.N.: Isso, é muito. Meu Deus, aqui não é tanto mas quando eu trabalhei ali no Edgar, que é no Fátima aqui, é terrível. Não, é assim, é a condição.

A.C.R.: E você participou da construção, da construção do PPP aqui na escola?

T.N.: Não. (*Quando você entrou*) Já tinha.

D.F.M.: Já é anterior da escola.

T.N.: É, é, aham.

A.C.R.: E assim Tainara como é que você associa assim a educação de bens e lugares patrimonializados com, da cidade...você associa ou não a educação a bens patrimonializados assim...

T.N.: Não entendi a pergunta.

A.C.R.: É, tipo assim como é que você associa a educação né, a educação

T.N.: Andando junto com o patrimônio?

A.C.R.: Com o patrimônio, da cidade, do estado, da região

T.N.: Pra poder tipo fazer pesquisa de campo tu diz é com eles?

A.C.R.: É, isso, como é que você associa

T.N.: Levar, pra poder pesquisar. Por exemplo a, tô passando pra eles a questão do, dos é, é, dos morro do Sambaqui (*isso, isso*)Aí eu preciso fazer visualização porque a visualização é mais fácil de aprendizagem né. Então quando você visualiza você, você faz a, a sua fala mas tem a, o campo de visualização pra eles perceber, percepção né. E, eu acho que dessa forma é muito mais fácil, a mesma coisa assim, a eu tô estudando geografia 'A, a gente vai ver aqui, vou fazer um mapa conceitual aqui do, do lugar, fazer um mapa, mapa' esqueci o nome, mapa, a da cidade, do bairro. Esqueci. O Croqui. O croqui né, 'A vou fazer o croqui aqui da, do bairro', 'Tá, mas como que eu vou fazer professora?'. Vou sair, vamo pegar a turma, vamo ir pra fora, vão fazer a visualização, é muito mais fácil. Mas dá? Não dá. Porque tem que ter outras pessoas junto pra levar as crianças porque eu sozinha não tem como, quarto ano, são peraltas, vai como? Tem que ter mais gente. Só que não tem, cada um tem sua função. Tu não tem como fazer isso.

A.C.R.: E você acha essa experiência de sair importante pras crianças

T.N.: E sair é muito importante porque eles vão visualizar o que é direita e o que é esquerda, vão atravessar né, vão ir pra frente, vão voltar pra trás, essa questão de percepção é muito importante, e eles conseguem é, assimilar melhor, ter uma, uma aprendizagem significativa, quando ele visualiza, quando ele toca...

A.C.R.: E essa experiência também, também por exemplo pro professor você acha?

T.N.: Eu acho que é muito importante porque, a gente tenta as vezes passar uma informação que muitas, as crianças a maioria das crianças consegue absorver e tem uma percepção boa, né. E agora aquelas crianças que são mais fracas? Elas não conseguem, elas não conseguem visualizar, parece que tem uma coisa bloqueando ali que elas não conseguem fazer visualização, então se eu levasse a campo, seria muito mais fácil, eles conseguiriam perceber o que é isso, o que é aquilo, olhando né.

A.C.R.: Então na sua opinião o tema patrimônio cultural né, que nós estamos falando aqui né, está ligado ao teu ofício como professora? Cê acha que tem a ver o patrimônio com a tua profissão?

T.N.: Totalmente né, eu acho que isso é, é, é assim é, é o que mais, é o que mais dá abertura pra gente poder passar a, a informação, a história, o lugar ou é, o que é cada coisa.

A.C.R.: E...

D.F.M.: E eu queria fazer uma pergunta, desculpa, é você falou assim do Sambaqui como um exemplo

T.N.: Uhum.

D.F.M.: De um lugar na cidade que você percebe como relevante pra pensar o ensino você poderia citar algum outro patrimônio da cidade ou outros que você acha que tem a ver com o que você tá ensinando em sala de aula?

T.N.: Uhum

D.F.M.: Que uma visita seria legal, que discutir seria legal...

T.N.: Sim, os museus né, que, isso é fato, passear pela cidade, entendeu? Ir até o rio Cachoeira e o rio Mathias, visualizar. Aí os outros rios, porque a gente fala muito né na geografia das questões dos rios, por onde começa, aonde termina, fazer essa visualização, esse trabalho de campo é magnífico. Só que não tem isso, dentro da sala você não consegue fazer isso, eu acho que se tivesse um ensino, é, né, de, de conseguir ir a campo. Principalmente na, não digo assim a matemática, português que é uma coisa mais né regradinha mas em história e geografia é um trabalho de campo total gente, não tem como fazer história e geografia dentro da sala. Você tem que tá sempre é, levando Data show, quando funciona né, quando não tá estragado. Né, tem que levar Data show e mostrar as imagens mas mesmo assim, nada melhor como você a visualização assim ó, sabe, de frente.

D.F.M.: Só mais uma pergunta também ainda nessa direção (uhum) você não acha que essa, essa temática do patrimônio nas séries iniciais tá muito restrita aos professores que só dão aula de história e geografia? Você não acha que também poderia ser trabalhado com outros, em outras áreas?

T.N.: Sim a questão de interdisciplinar que eu digo né (*uhum*) que antes dava pra fazer isso né, por que? O professor de sala que fazia então ele tinha a amplitude maior essa questão de trabalhar o português, a matemática junto com a geografia, junto com, junto com a história. Então ela, ela poderia jogar ali de a, a criança tá aprendendo a matemática mas ela tá lendo a informação ali do, da, do por exemplo a, fazendo o enunciado ali pra ele responder, eu esqueci o nome, sabe quando, é, a questãozinha ali pra responder 'A, Maria comprou três laranjas...' então, esqueci o nome disso.

D.F.M.: É o enunciado da questão.

A.C.R.: É o enunciado né.

T.N.: É tipo é, eu esqueci, o problema.

D.F.M.: O problema. (O problema)O problema a ser resolvido.

T.N.: Isso! Então, o problema, a situação problema daí fala conta a historinha e a criança resolve o problema, então contando a historinha, ela lendo a historinha, ela já vai conseguir visualizar e saber né 'A' é isso faz parte da, da cidade, vamos dizer isso faz parte de um rio, alguma coisa do tipo entendeu. Então, fazendo essas historinhas ele, ela consegue trabalhar também a questão da geografia, história.

A.C.R.: E assim

T.N.: Só que agora assim na questão, porque assim ó, foi dividido por conta...

A.C.R.: Blocos né

T.N.: É, foi dividido em blocos por que? Porque a, a, o professor ele, ele não tava tendo o horário suficiente pra sua hora atividade (*sim*)que é imposto pela, pela lei ali né então por isso que foi dividido

A.C.R.: Do quarto ano em diante ou desde o...

T.N.: Do primeiro ao quinto ano foi dividido

A.C.R.: Em blocos né, em dois blocos.

T.N.: Porque o professor acho que ele tem que ter trinta e três horas atividade mensal não sei

D.F.M.: Deve ser oito semanais não é será? Igual o professor das séries finais.

T.N.: É, acho que são sete, (*sete*)sete semanais, deram sete, sete por exemplo de manhã no caso, eu, sete de manhã e sete à tarde (*uhum*)como eu tenho nove turmas, nove turmas sete horas

A.C.R.: Você trabalha o dia todo na escola?

T.N.: Não. Eu trabalho hoje o dia inteiro, daí amanhã eu tenho a folga, porque hoje eu trabalho o dia inteiro porque eu trabalho só vinte horas.

D.F.M.: A, sim.

A.C.R.: Ah, tá. (Entendeu?) E Tainara você acha que na escola há materiais disponíveis aqui sobre o tema educação patrimonial

T.N.: É material tem, material tem bastante porque é livro né, e você pega vídeos, esses materiais tem, o problema é que assim ó, pode ter o tanto de material que, que for se você não sai pra campo isso não funciona...direito (*uhum*)não tem é, são crianças, se fosse adultos ou adolescentes tem como você trabalhar né porque eles

tem uma percepção diferente já, agora, são crianças. E criança a gente trabalha pela ludicidade, então ele precisa disso da, do primeiro ao quinto ano ali eu acho que é super importante é, a questão de sair a campo. Mas isso não funciona.

A.C.R.: E assim, há apoio(infelizmente) pra abordagem do patrimônio cultural na escola...

T.N.: Não, há, há bastante. Há bastante apoio, apoio da questão de 'A, você pode fazer'. O problema é você fazer, entendeu? Então você sozinha, assim a, o apoio que a gente precisaria seria da, do município. Entendeu? O apoio seria de, a, disponibilizar os, os ônibus porque as datas as coisas a gente consegue na escola, se vira. Entendeu? O problema é o apoio do município.

A.C.R.: E você já, desenvolveu algum projeto de educação patrimonial assim na escola...

T.N.: Não.

A.C.R.: Com outros professores?

T.N.: Não. Nenhum projeto.

A.C.R.: Nenhum projeto?

T.N.: Não. As questões que a gente é até, até porque eu comecei o ano passado e, e a gente é julgado né (*sim*) eles, eles não fazem uma capacitação com você nada, depois eles vão dando capacitações né, entre aspas.

D.F.M.: Cobrando.

T.N.: É cobrando um monte, é.

D.F.M.: Sei como é(risos).

T.N.: Então e, então você é a não, você vai dar história e geografia, vai. Entendeu? Então, eu penei bastante o ano passado, penei muito até conseguir esse ano, daí consegui né, ingressar ali mas como eu sou bloco dois e eu não tenho todas as turmas agora esse ano que vai vim, a minha diretora conseguiu me deixar aqui e conseguiu as nove turmas pra mim. Então esse ano vai ser diferente (*uhum*)esse ano que vai vir né, dois mil e vinte. Vai ser diferente por que? Porque eu vou ter as nove turmas é, vai ser tudo mais regrado eu não vou tá em várias escolas né, eu não vou estar em várias escolas, eu vou estar só nessa.

D.F.M.: Isso é bom.

T.N.: É, eu não vou ter a, uma turma pingada aqui, outra ali, eu não vou ter educação plena porque eu basicamente eu era aquela pessoa que, que substituía aquela é, fazia

hora atividade que era da pessoa da professora é, da professora de sala, no caso. Então por isso que eu ficava assim de escola em escola.

A.C.R.: Mas a educação plena o que quê ela é?

T.N.: É, são oficinas, daí é esse eu faço [inaudível]e daí eles constroem os robôs é, faz um monte de coisa

D.F.M.: É integral? (É integral)A Educação plena seria integral das séries iniciais.

T.N.: Isso. Isso. É bem legal, assim, aí tem é, tem robótica.

D.F.M.: Que legal.

T.N.: Aham. Daí agora esse ano vai vim dança pra eles vai ser vem corpo e movimento, que é tipo uma educação física né, vai ter aula de francês então vai ter...

D.F.M.: Você oferece uma das oficina na educação plena?

T.N.: Na educação plena são todas essas oficinas.

D.F.M.: Mas você se envolve com todas daí?

T.N.: Eu não porque daí eu substituo a professora só o horário que ela tem hora atividade.

D.F.M.: A, entendi.

T.N.: Daí eu fico ali dando um suporte pra eles.

D.F.M.: Mas não é uma professora pra educação plena?

T.N.:É.

D.F.M.:Em cada escola.

T.N.: É. E daí tem que ter a pessoa que

A.C.R.: Uma pra robótica, uma pra informática...

T.N.: Não uma só.

A.C.R.: Que faz tudo.

T.N.: Mas agora vai ter, agora vai ter vários professores.

D.F.M.: A, vai mudar. Que legal.

T.N.: Vai ter uma professora de francês, vai ter professor. Vai ter a professora de dança, daí tem artesanato então vai ser bem legal.

A.C.R.: Isso no horário, contraturno?

T.N.: É.

A.C.R.: O aluno fica o dia inteiro na escola?

T.N.: É, agora vai ser, vai ter até almoço pra eles.

A.C.R.: Ó.

D.F.M.: Que legal.

T.N.: Vai ser ótimo, vai ser olha.

A.C.R.: Todas as escolas municipais ou só?

T.N.: Todas as escolas municipais.

A.C.R.: Todas. Olha só.

T.N.: É pra ser isso né, até que prove o contrário, o contrário ano que vem. Porque assim ó, a educação plena vem modificando né, a, desde o ano passado.

D.F.M.: É uma coisa nova né.

T.N.: É, tá sofrendo modificações assim. O ano passado quando eu dei educação plena eu dava educação emocional.

D.F.M.: Que legal.

T.N.: É uma parte mais de psicologia assim, mas é muito legal e eu dava aula pros adolescentes então assim era incrível e as crianças eram mais assim é, sabe aquelas crianças que eram deixadas de lado, a gente. Eu tinha assim um, um, um carinho muito grande por eles porque eles eram crianças assim muito deixados de lado pelos pais pelas mães, criados pelos avós, pelos tios até mesmo vizinho assim então foi um trabalho bem legal, ano passado. E esse ano, não teve mais educação emocional. Mas a gente fazia muita dinâmica assim era uma coisa assim bem especial.

D.F.M.: Legal.

A.C.R.: Então assim Tainara, eu sei que você me respondeu mas pra você que desafios se apresentam quando o professor quer trabalhar a educação patrimonial então? O que que você acha, qual o desafio, o maior desafio que você

T.N.: É, o desafio seria esse né, do da ajuda do município com a questão de transporte (*uhum*). E uma pessoa que auxilie na questão de a sair pra rua pra visualização. Não pode ser uma professora só. E não dá pra ser, as vezes não dá assim pra ser uma aula só, teria que ser mais, mais aulas....A porque você até você sair da escola ajeitar né, então isso vai gastando tempo aí 'A vamo aqui, vamo visualizar, vão, vão né, agora vão visualizar aqui aonde é, por onde a gente passa pra vim pra escola, a rua principal a vamo ver aqui a rua Monsenhor Gercino né, a vamo lá vamo andar aqui pela Monsenhor Gercino', 'O que tem aqui?' né 'A tem o trilho do trem, tem o terminal de ônibus', 'Aonde fica na direita ou na esquerda?' né 'Aqui a gente tem elevações? Tem morro?', 'A tem morro, tem ruas com elevações', tem morro, 'A planície, a, a questão a da vegetação vamo ver, tem muitas árvores?' Né, 'A vamo aqui fora, vamo vê se tá muito quente ou se tá frio né, a o clima como que tá aqui, tá úmido?' Né.

A.C.R.: E assim Tainara...

Diálogo paralelo(22:53-23:05)

A.C.R.: Na sua opinião Tainara, que saberes escolares, que saber você acha que a criança pode ter, pode ser produzido pela criança né, quando você tem projetos que abordam o patrimônio cultural da cidade, do estado, da região aqui do país né. Que saberes você acha que essa criança vai ter, se trabalhar os, o patrimônio cultural com essa criança?

T.N.: A questão da, a questão assim, a de você saber aonde você tá morando né, o lugar que você tenha, a cultura, a questão é, por exemplo vamos dizer, Juarez Machado nós temos um pintor aqui em Joinville, entendeu? E ele é de grande nome e as pessoas não sabem. Tipo não tem cultura sabe, elas, elas, elas não querem, elas, não é que não querem aprender, ninguém ensina pra elas. Que tem essa cultura. Que nós temos os museus que isso é, é informação boa, é que isso faz bem pra nossa cidade, porque muitas coisas aqui na nossa cidade que a gente não consegue perceber porque ninguém mostra porque cultura é uma coisa que abre a mente das pessoas e eles querem pessoas alienadas né, pessoas que...

A.C.R.: E você acha que o papel da escola é esse?

T.N.: Eu acho que o papel da escola é abrir o mundo pras crianças, as informações. Não mentiras, eu falo muito, eu falo bastante pra eles das questões é, é, a história que o povo conta e a história por trás, então as verdades que muitas vezes é colocado pra gente desde que a gente é pequeno e daí você tem que ensinar aquilo porque aquilo tá num livro. E na verdade não é. Então, ensino o que é verdade.

A.C.R.: Isso mesmo. É, você considera importante a discussão e a participação em projetos que tenha assim como tema gerador a educação patrimonial, nos anos iniciais?

T.N.: Projetos?

A.C.R.: É que falem sobre a educação patrimonial

T.N.: É, assim, eu nunca trabalhei com projetos, então não sei te responder (*aham*)isso, mas eu acredito, né, porque eu já tive bastante amigas que trabalharam com projeto e...super né, importante porque daí tu pode pegar outras matérias né (*uhum*)pra trabalhar junto.

D.F.M.: De forma interdisciplinar.

T.N.: É, então fazer projeto 'A fazer o projeto com a professora de português' então eu acho que é bem, bem legal.

A.C.R.: É você acha assim que metodologia, ou que recursos tem que, deve ser priorizados na educação patrimonial, pra eu trabalhar a educação patrimonial aqui na cidade, que recurso eu deveria ter, que metodologia, que método que poderia usar pra isso.

T.N.: Pra poder, é, eu, basicamente o que eu falei né, é essa questão de sair, de trabalho de campo, que eu acho que o é assim o, é o que dá o, o estalo lá pras crianças, sabe? É o que...a tu vai fala, fala em sala e sai a campo pra mostrar pra eles o que realmente é, por exemplo a eu tô dando a matéria é, executivo, legislativo e judiciário, os poderes né, os três poderes, o que quê seria bom eu fazer, ai vamo lá no, vamo lá no, na prefeitura, vamo lá no...

D.F.M.: Câmara de vereadores

T.N.: Câmara de vereadores

A.C.R.: Câmara de vereadores

D.F.M.: No Fórum.

T.N.: É vamo lá no Fórum. Então, vamo lá visualizar (*uhum*). Vamo lá conversar com os vereadores, vamos conversar com o prefeito, o que cada um deles faz. Vamo fingir aqui que você é prefeito, e você é o governador e você é presidente o que cada um vai fazer. Então esse trabalho de campo é bem legal. Então vamos fazer um teatrinho, uma coisa assim. Só que assim a gente tem uma aula (*sim*). Uma aula por semana daí, essa semana tá, 'A fiz isso' semana que vem já esqueceu. Aí você precisa de nota porque é tem que ter ali né, o registro né que o registro em papel esse é o problema (*sim*).

A.C.R.: Uma aula de história por semana?

T.N.: Uma aula de história por semana e uma aula de geografia por semana (*uma aula de geografia por semana*). Antes não, poderia ser trabalhado é todo dia se quisesse né (*sim*). Então daí consegue ter uma amplitude.

A.C.R.: Vocês tem material Tainara?

T.N.: Temos, temos

A.C.R.: Tem livro?

T.N.: Temos, temos, (*é livro*) só que o do quarto ano, não abrange é, o município, no caso porque no quarto ano a gente estuda o município na grade curricular, na matriz curricular.

D.F.M.: É só o município?

T.N.: Então quarto ano é só o município.

D.F.M.: Que legal.

T.N.: A, é ótimo. É muito legal.

D.F.M.: É trabalhado a história e a geografia do município?

T.N.: É, não. Só a história.

D.F.M.: Só história.

T.N.: Aí a geografia

D.F.M.: É geral.

T.N.: É geral, mas como é geral, é geral mas tu pode focar (*uhum*) ali no município por exemplo 'A, os tipos de rio, os rios que cortam Joinville (*Joinville*)' a vegetação daqui, que tipo é a vegetação de Joinville? Qual é o tipo de clima de Joinville? Então a gente já coloca, agloba ali né, na agloba é história e geografia bota junto e fala sobre Joinville, regional.

A.C.R.: Isso é no quarto e quinto ano?

T.N.: Não, quarto ano (*quarto ano*). Quinto ano...

A.C.R.: E o quinto ano?

T.N.: É Santa Catarina.

A.C.R.: An...

D.F.M.: E você trabalha só com o quarto ano?

T.N.: Trabalho só com o quarto ano e o primeiro ano daí não é, a direita, esquerda, horizontal, vertical

D.F.M.: Assim outra, mais inicial.

T.N.: É bem, bem comecinho ali que eles tão aprendendo.

A.C.R.: E o que quê engloba o quarto ano em história?

T.N.: É, história fala sobre Joinville mesmo. Tudo sobre Joinville.

D.F.M.: A história de Joinville.

T.N.: A história de Joinville, desde lá os sambaquianos em 3.200 antes de Cristo e toda essa questão. É muito legal. Muito legal.

D.F.M.: Você começa lá com os sambaquianos (*aham*) e vai até quando mais ou menos na história?

T.N.: A gente vai até o poder executivo até agora.

D.F.M.: Até os dias atuais

A.C.R.: Até os dias atuais

T.N.: Até os dias atuais então 'Quem é o prefeito? Quem é o vice prefeito né, a é, questão histórica, a questão a do, a eu falo do, eu falo bastante assim da questão

cultural né, do, da cultura alemã, italianos, os quilombos que a gente tem aqui né, que tinha e ainda permanece, acho que temos um.

D.F.M.: Tem o Caminho Curto.

T.N.: É temos um né. Ai mas a gente fala toda essa questão histórica sabe (*uhum*)é bem legal assim, a gente fala, aí a gente fala de como era antigamente 'e como tá agora?' Né, a gente trabalha passado e futuro, é o passado e o presente daí futuro a gente vê 'a como que você acha que vai ser Joinville quando for lá 2022' não sei.

D.F.M.: Tem algum tema da história de Joinville que você gosta mais? Assim, a algum momento da história de Joinville pra falar em aula...

T.N.: Eu gosto bastante do começo da história, do princípio.

D.F.M.: Dos sambaquianos.

T.N.: É mas daí eu conto também a verdade né. Não só o que o livro conta. Daí é quando a gente fala pra eles da questão da, do príncipe e da princesa que nunca veio pra cá. (risos)

D.F.M.: É uma decepção.

T.N.: É uma decepção. Meu eles ficam assim 'A, mas professora, como é, não é o príncipe e a princesa não morou aqui?' e não, aquela casa não

D.F.M.: E agora nem dá pra visitar mais porque tá fechada todas as salas.

T.N.: É, então, sempre tá(*isso*)(*uhum*)daí é difícil né. O Museu dos Sambaquis eu acho que agora tá aberto né, mas tava fechado até um tempo aí também.

D.F.M.: Por causa das enchentes.

T.N.: É. daí fica difícil né.

A.C.R.: E esse ano Tainara saíram pra alguma aula de campo?

T.N.: Não, não. Ah, sim. Saímos no começo do ano que foi lá na Câmara de Vereadores mas assim, a gente saiu no começo do ano e a gente estuda isso agora no final, no terceiro trimestre (*hmm*). Aí eles tá, alguns lembravam, outros não.

D.F.M.: Foi muito distante.

T.N.: É, porque a gente ganhou (*uhum*)a gente ganha a saída pra lá. Por isso que tinha ônibus porque a gente ganhou.

A.C.R.: E a história do bairro aqui, também estudam?

T.N.: Isso, a gente estuda, a história do bairro.

A.C.R.: Os patrimônios que tem aqui nesse bairro.

T.N.: Isso. A gente estuda também o bairro, mas não é muito, é, do bairro é se eu não me engano é no terceiro ano (*uhum*)se eu não me engano é no terceiro ano que é bairro.

D.F.M.: A, o terceiro ano é o bairro mais.

T.N.: É, se eu não me engano é o terceiro.

A.C.R.: E o quarto o município e quinto o estado.

T.N.: É o estado.

D.F.M.: Interessante.

T.N.: É porque daí vai do micro pro macro né.

A.C.R.: Isso.

D.F.M.: Tem algum lugar do bairro que é uma referência pras pessoas?

T.N.: É a gente fala bastante...

D.F.M.: Os alunos identificam assim 'A isso aqui' porque a questão de patrimônio do bairro qual seria?

T.N.: O, o cemitério aqui né, eles falam.

D.F.M.: A o cemitério. É faz sentido, faz sentido.

T.N.: O bairro aqui é muito antigo. Daí a gente fala do, do João Costa do, da pessoa João Costa (*sim*)o professor João Costa, ele foi o primeiro professor né, é foi, muito legal e eu conto que a minha vó foi aluna dele.

D.F.M.: Olha.

A.C.R.: Olha que legal isso.

T.N.: É a avó do meu marido na verdade, não, mas é a minha avó né.

D.F.M.: Claro.

T.N.: Aí ela fala que ela apanhava [inaudível]que ele era muito bravo, então é bem legal assim. (*E eles*)Aí tem a igreja né(*sim*)que eles tipo é o patrimônio histórico.

D.F.M.: Pra eles.

T.N.: Pra eles, daí desde a igreja quando era de, de madeira né, então eles falo assim do terminal. Patrimônio histórico também? Querendo ou não é uma coisa que ganharam né (*uhum*)e tá aqui pertinho (*sim*)e a questão do, do trem do trilho de trem que passa, a que, tantos anos já passa, é passa por aqui, quando que foi né.

A.C.R.: E eles gostam de falar de história?

T.N.: Falam meu deus (*gostam?*)eles adoram e daí eles já vão emendando em outras coisas (risos).

D.F.M.:Contadores de história.

T.N.: A, eles adoram.

D.F.M.: E eu tenho uma, uma dúvida, uma pergunta pra você como professor de história, também sou (aham) assim a grande dificuldade eu acho que quando a gente trabalha com criança é a dimensão do tempo. O espaço até eles conseguem a dimensão maior (uhum) agora o tempo é uma extensão muito grande porque entender o que é passado (aham) como é que você tenta trabalhar, como você trabalha isso pra eles entenderem essa dimensão de tempo?

T.N.: Isso, a gente começa ali na dimensão do tempo no primeiro ano já sabe. Sobre o passado e presente, passado e presente, futuro a gente começa no primeiro ano (uhum) então a gente já começa a trabalhar sobre a família deles, a o que é passado, foi ontem daí ele fala ontem, o hoje, o amanhã então a gente começa já no primeiro ano. Chega ali no quarto ano sabendo bastante já, já tem a percepção de passado e presente e principalmente esses alunos atuais aí né que tecnologia é mato pra eles.

D.F.M.: É que o passado deles é tão presente (risos)(é). Eu lembro que eu levava pra sala de aula disquetes e eles não sabiam o que era disquete.

T.N.: Uhum. Não, agora.

D.F.M.: Achavam engraçado.

T.N.: Não, é.

D.F.M.: Pendrive pra eles já é algo(é)ultrapassado.

T.N.: É, e isso aí. Isso aí, pendrive é coisa do passado pra eles.

D.F.M.: É, me sinto um pouco velho. (risos)

A.C.R.: Você que acha, imagina eu. Você Tainara teria interesse em participar de curso de formação sobre o tema educação patrimonial?

T.N.: Sim. É sempre muito importante. Eu acho que qualquer pessoa, é todas as pessoas deveriam ter porque assim, tem coisas que eu aprendi depois que eu comecei a dar aula de história e geografia (uhum) tipo assim eu reaprendi tava lá no passado, guardadinho lá, né. E daí afloro de novo, que eu esqueci, eu acho que essa coisa é, a correria do dia a dia que faz com que a gente não perceba o que tem na nossa cidade. Tem tanta coisa e a gente que mora aqui não dá valor e a gente não consegue visualizar (sim) porque é tão normal pra gente que a gente não consegue visualizar. E quem vem de fora vê 'Meu, tem isso aqui. Meu vocês tem um Mirante', tipo assim, 'Meu dá pra ver a cidade inteira' e isso é legal, esse também é um passeio legal.

D.F.M.: É, sim.

T.N.: Meu é ótimo e dá pra visualizar em trezentos de sessenta graus.

D.F.M.: A Adenise vai todo dia.

A.C.R.: Eu vou todo dia.

T.N.: Tu vai? Ah que bom.

D.F.M.: Vai passear todo dia. (risos)

A.C.R.: Eu vou subir sempre de manhã.

D.F.M.: Que tipo de referência.

A.C.R.: Cinco da manhã eu subi hoje.

T.N.: Queria ter esse pique.

A.C.R.: E todo dia.

T.N.: Eu queria ter esse pique. Olha só (*comentário incompreensível*) Não eu tenho trianta anos e tô morrendo já (risos).

A.C.R.: É.

D.F.M.: Te entendo professora, te entendo.

A.C.R.: Tainara você gostaria de apontar assim, um outro aspecto que a gente não falou, ou fazer um outro comentário que você acha que seria pertinente, sobre esse assunto, sobre essa nossa conversa, teria algum outro comentário, um outro aspecto que a gente não...

T.N.: Mas eu já falei bastante né

A.C.R.: Que não contemplou, você pode falar

D.F.M.: Fala mais, é sempre bom.

A.C.R.: Pra gente é sempre bom.

T.N.: Não, isso é o que basicamente o que eu falei, essa questão de ajuda, de ajudar, o município ajudar mais (*uhum*) as escolas assim, essa questão de trabalho de campo mesmo. Acho que trabalho de campo é muito importante. É a mesma coisa você estudar biologia e não ir pro mar ver as, ver as algas é, ver os peixes, é dese...é dessecar que fala né? Peixe, abrir e ver, o que tem ali dentro deles (*sim*). As vísceras. (risos) Então, você não consegue, só visualizando o seu mundinho ali de, no seu cérebro é muito mais difícil né eu acho que visualização, tocar, passar por onde é, por onde a história tá acontecendo, isso é super importante.

A.C.R.: Quantos alunos Tainara, tem numa sala de aula aqui?

T.N.: É, trinta. Até trinta e cinco.

A.C.R.: Trinta e cinco?

T.N.: É, temos trinta, trinta e dois. As vezes trinta e cinco. Mas a maioria assim é, trinta, trinta e dois. É bastante alunos. Bem difícil.

A.C.R.: Você trabalhou no município também?

T.N.: Você trabalhou no município também?

D.F.M.: Eu fui, não sou mais.

T.N.: É, bem difícil né.

D.F.M.: Sim.

A.C.R.: Você tem alunos de inclusão?

T.N.: Temos. Temos, eu tenho aluno que a mãe é viciada né, em crack e daí ela sai assim, some três meses, de repente volta e o menino parece assim que tem, ele parece que tem mas daí conforme ele foi, a gente, as meninas pesquisaram ali, ele não, ele não tem é, eu achei que ele tinha...como que é....

A.C.R.: Dislexia?

T.N.: Dislexia. É eu achei que tinha mas não. A princípio não. Só que é, a, a escola não pode fazer nada se o pai e a mãe não leva no médico. Então fica difícil porque a gente tenta e ó...mas e a mãe e o pai não leva no médico pra trazer o laudo ter o, pra eu poder trabalhar.

D.F.M.: Os professores.

A.C.R.: Vocês tem apoio da família normalmente ou não?

T.N.: Não.

A.C.R.: A família é bem...

T.N.: Geralmente nessas escolas que são mais...

D.F.M.: Os pais que tão trabalhando o dia todo, não consegue vir na escola.

T.N.: Não. Não capaz, tem pai que nem trabalha.

A.C.R.: Mas não vem a escola.

T.N.: Tem, tem, eu tenho um aluno que ele é super inteligente em matemática assim o cara é fera, tá no quarto ano. Menino é fera em matemática mas deixa, deixa a desejar em outros. Porque isso é normal né.

D.F.M.: Claro, claro.

T.N.: É, daí deixa a desejar em algumas matérias só que assim ó 'E aí fulano, que quê tu faz em casa? Não tá estudando?' daí a irmã 'Não professora, porque ele passa o dia inteiro no celular, jogando videogame', 'E a tua mãe?', 'Ela também tá no celular'. Não trabalha, porque que não educa o filho?

A.C.R.: O papel da escola é muito importante né.

T.N.: É

A.C.R.: Na educação.

T.N.: Tipo assim a você fez filho pra que? Pra que que você botou uma criança no mundo? Se não é pra cuidar? Se não é pra cuidar? É pros outros cuidar? Esse é seu papel, você é mãe, você é pai, você tem que educar o seu filho. Por que que você colocou ele no mundo? Pra que? Pros outros educarem? Né? Eu acho que, eu acho que todo pai, todo mãe, pensou em ter filho, por favor faça o seu papel. Eduque o seu filho. Faça o seu papel. Dê atenção quando ele precisa, não fique focada naquilo, foque no seu filho. Porque que eu fiquei seis anos em casa? Com dois mil reais eu e o meu marido, ganhando dois mil reais. Que quê é mais importante na minha vida? O meu filho. Porque quê eu quis ter? As vezes nem foi porque eu quis foi um né, um descuido. Mas eu tenho que pagar as consequências disso. Ele não tem culpa de ter nascido, então eu vou fazer o meu papel. Eu fiquei tanto de tempo que era pra ter ficado pra conseguir que ele tivesse uma boa formação, agora ele é formado, pronto. Ele tem o caráter dele já. Pronto. Sete anos, já lá né consegue ver é o que é bom, o que é ruim.

A.C.R.: Ele vem pra escola contigo?

T.N.: Não, ele estuda no Mata Pires (*aham*). Mas é um cara dez. Não é porque é meu filho, mas todo mundo elogia, porque ele é um cara dez. Mas eu fiz o meu papel. Fiz o meu papel, eduquei ele porque eu acho todos os pais deveriam ter isso, deixar um pouco o ego de lado, ai o crescimento, ai meu conhecimento profissional. Poxa, você tem um filho, ele necessita disso, a gente sabe, em pedagogia a gente aprende que ele precisa ter um, um, um, um esqueci o nome. Presença né, pra visualizar, pra ver como é que ele tem que se for...tem que se formar, como ele tem que crescer.

A.C.R.: Tainara e você estudou onde aqui em Joinville, além de na Anhanguera você falou

T.N.: Eu estudei...

A.C.R.: Na graduação e o teu ensino fundamental fez aonde?

T.N.: Eu estudei na Escola Municipal Virginia Soares.

A.C.R.: Hmm, lá eu conheço, eu conheço (é).

D.F.M.: Meu irmão estudou lá.

T.N.: É.

D.F.M.: Meu irmão estudou lá.

T.N.: É, como é o nome dele?

D.F.M.: Maicon. Maicon Finder Machado.

T.N.: É, ele não tem a minha idade, não né?

D.F.M.: Acho que é um pouco mais velho eu acho, não.

T.N.: A mais velho

D.F.M.: Nasceu em noventa.

T.N.: Hmm. É, eu, é

D.F.M.: Vocês são contemporâneos.

T.N.: É, Maicon.

D.F.M.: Bem gordo. Sempre foi bem gordo tadinho.

T.N.: É, ai não lembro. Pode ser que tenha estudado comigo.

A.C.R.: Você estudou ensino fundamental todo lá na Virginia?

T.N.: É. Estudei lá e daí depois fui pro Dom Pio de Freitas (*uhum*). Daí lá estudei, me formei e daí esperei, eu fui com vinte e um anos pra, pra

A.C.R.: Graduação.

T.N.: Pra graduação. Fui depois de um tempo assim, não tinha muita perspectiva assim, né. Porque assim, meu pai tem oitenta e quatro anos, então imagina, é muito tempo assim de diferença, tipo as pessoas elas, o meu pai veio do sítio ai, e eles pensam assim em trabalho, eles não pensam em a, em formação pra poder ter um trabalho melhor (*uhum*)pra não, não ficar se judiando tanto né, pra não ser um, pra não ser um, pra não fazer trabalho braçal né. Eles não pensam, eles não pensam nisso.

A.C.R.: Ele trabalhou, ele trabalhou na roça?

T.N.: É, não, ele trabalhou até os dezessete anos com o pai dele lá no sítio e depois ele veio pra cidade e trabalhava de metalúrgico

A.C.R.: Uhum. Na Tupy?

T.N.: Não. É, é uma empresa que não existe mais é. Mas ele era metalúrgico e ele era, ele é um homem muito bom no que ele faz, ele tipo, ele faz tudo com excelência.

D.F.M.: Bom.

T.N.: A minha mãe também.

A.C.R.: E você tem irmãos?

T.N.: Tenho, o meu, daí o meu irmão depois que eu me formei eu era a única graduada, daí depois que eu me formei o meu irmão fez um curso, um, uma pós, uma graduação online né (*uhum*)daí ele fez. Daí se formou em administração (risos)mas ele é um dos meus, meus três irmãos assim são pessoas, é bem inteligentes assim né. Só que tipo a vida, a vida...difícil né, era pobre (*sim*)daí, o pai ganha um salário mínimo só, a gente que ajuda. A gente que...

A.C.R.: Você queria falar mais alguma coisa?

T.N.: Não só isso. (risos)

D.F.M.: Então bem, nós agradecemos a sua entrevista foi muito boa.

A.C.R.: Meu muito, muito, muito foi excelente.

D.F.M.: A Adenise vai ter bastante material

A.C.R.: Bastante, bastante. (risos)

T.N.: Espero que eu tenha ajudado mesmo.

D.F.M.: Ajudou, com certeza.

Fim da entrevista.

AUTORIZAÇÃO

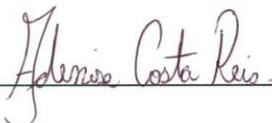
Nome do autor: Adenise Costa Reis

RG: 2.276.698

Título da Dissertação: Educação Patrimonial: Desafios e Perspectivas nos anos iniciais do Ensino Fundamental de Joinville- SC

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 21 de dezembro de 2020.



Nome

